

EXPERIÊNCIAS
EM EDUCAÇÃO
POPULAR

PROPOSTA

Uma revista trimestral da FASE • Ano 23 • Março de 1995 • Nº 64 • Preço: R\$ 6,00

GLOBALIZAR OU INTEGRAR?

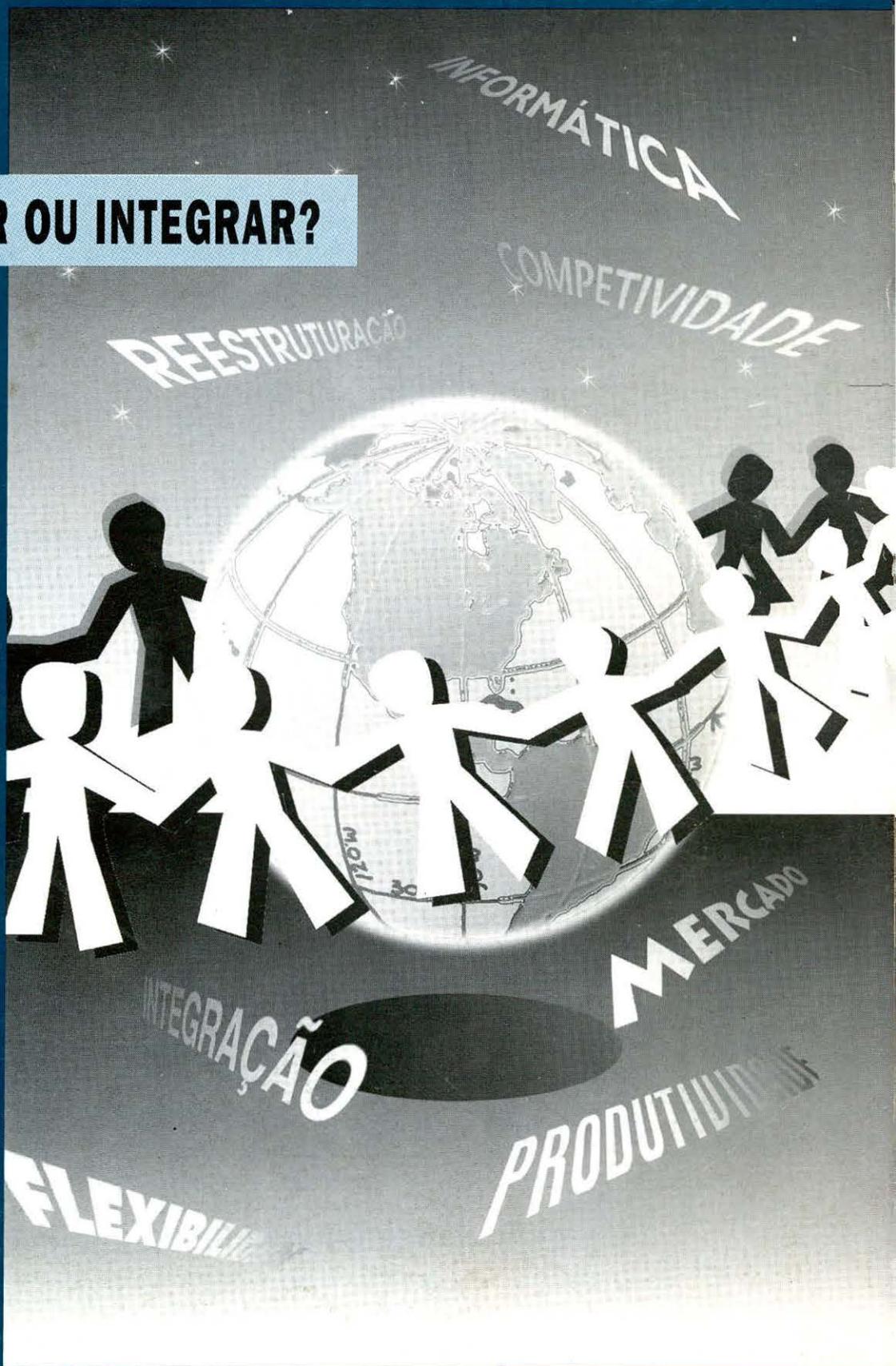
ENTREVISTAS

- Reinaldo Gonçalves
- Liszt Vieira
- Teixeira Mendes

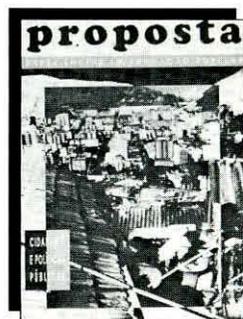
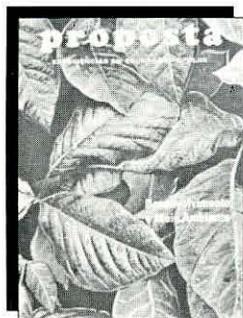
A GLOBALIZAÇÃO DA POBREZA

Michel
Chossudovsky

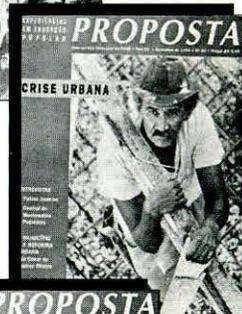
PLATAFORMA POR
UM MUNDO
RESPONSÁVEL E
SOLIDÁRIO



COMPLETE SUA COLEÇÃO DE PROPOSTA!



- n° 64 Globalizar ou integrar?
- n° 63 Trabalho e renda
- n° 62 Crise urbana
- n° 61 Repensando o Brasil
- n° 60 Genocídio social
- n° 59 Cidadania e políticas públicas
- n° 58 Democratização dos meios de comunicação
- n° 57 Revisão constitucional: Estado, trabalho e cidadania
- n° 56 Desenvolvimento e meio ambiente
- n° 55 Trabalho e cidadania nos complexos agroindustriais
- n° 54 Democratizando a cidade
- n° 53 Qual desenvolvimento
- n° 52 Educação básica: essa crise tem solução
- n° 50 Organização sindical nos locais de trabalho
- n° 49 Violência e direitos humanos: uma guerra no Brasil
- n° 48 Amazônia oriental: trabalhadores rurais e meio ambiente
- n° 46 Barragens: movimento ecológico e luta pela terra
- n° 44 Trabalhadores rurais: fazer nossa política agrícola
- n° 43 Vídeo popular: as outras cores da imagem
- n° 42 Assalariados rurais: para onde vai a organização
- n° 41 Mulheres, a política no cotidiano
- n° 40 Comissões de fábrica: uma década do novo sindicalismo
- n° 39 Lutas urbanas: o desafio da articulação
- n° 38 Pescadores artesanais: entre o passado e o futuro



ASSINE PROPOSTA (021)286-1598

Rua das Palmeiras, 90 • 22270-070 • Botafogo • Rio de Janeiro • RJ • Fax: (021)286-1209

■ ■ ■ ■ ■ Visite no local o stand de publicações da FASE e de outras ONGs ■ ■ ■ ■ ■

GLOBALIZAR OU INTEGRAR?

EDITORIAL

GLOBALIZAR OU INTEGRAR? 3

GLOBALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO 5

Paulo Sergio Muçouçah

GLOBALIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E CRISE DOS PADRÕES DE REGULAÇÃO SÓCIO-ESTATAL 8

Haroldo Abreu

A GLOBALIZAÇÃO E O INDIVÍDUO 17

Alfredo Laufer

A GLOBALIZAÇÃO DA POBREZA 23

Michel Chossudovsky

ENTREVISTA

INTERNALIZAÇÃO DA ECONOMIA AGRAVA A VULNERABILIDADE FINANCEIRA EXTERNA DO BRASIL 31

Reinaldo Gonçalves

CONFERÊNCIA DA ONU: NOVAS FORMAS DE REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 34

Fátima Vianna Mello

DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UM COMPROMISSO POLÍTICO INTERNACIONAL 39

Jorge Eduardo S. Durão

ENTREVISTA

ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE CIVIL: UM TRIPÉ ARTICULADO PARA ENFRENTAR A CRISE GLOBAL 42

Liszt Vieira

A POLÍTICA AGRÍCOLA NO MERCOSUL E OS TRABALHADORES 48

Vicente de Azevedo Marques

REESTRUTURAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO: UM DEBATE SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO 53

Wania Sant'Anna62

ENTREVISTA

O DÉFICIT DO MERCOSUL É SOCIAL 58

Raimundo Teixeira Mendes

PLATAFORMA POR UM MUNDO REPONSÁVEL E SOLIDÁRIO 61

FASE NACIONAL

Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
22221-011 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 285-2998
Fax: (021) 205-3099
Tlx.: 213-4201 foas BR

Escritório das Palmeiras

Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
22270-070 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 286-1598
Fax: (021) 286-1209

FASE-RIO

Av. Pres. Wilson, 113/1302 - Centro
20030-020 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 220-7198
Fax: (021) 262-2565

FASE-SÃO PAULO

Rua Loefgren, 1651 casa 6
Vila Clementino
04040-032 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 549-3888
Fax: (011) 549-1307

Escritório do Programa**Trabalhadores Urbanos - PTU**

Rua Apeninos, 939 - Paraíso
04104-020 - São Paulo - SP
Tel/Fax: (011) 573-7256

FASE-RIBEIRÃO PRETO

R. Bartolomeu de Gusmão, 920
V. Tibério - 14050-080
Ribeirão Preto - SP

FASE-VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330 - Vitória - ES
Tel/Fax: (027) 223-7436

FASE-PORTO ALEGRE

Rua Gaspar Martins, 470
90220-160 - Porto Alegre - RS
Tel/Fax: (051) 225-0787

FASE-RECIFE

Rua do Paissandu, 419 - Boa Vista
50070-200 - Recife - PE
Tel.: (081) 221-5478 - Fax: (081) 231-0603

FASE-MACEIÓ

Rua Gonçalves Dias, 62 - Farol
57021-330 - Maceió - AL
Tel.: (082) 221-0667
Fax: (082) 221-3645

FASE-ITABUNA

Rio Barão do Rio Branco, 93/1º andar
45600-000 - Itabuna - BA
Tel/Fax: (073) 211-4498

FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329 - Umarizal
66055-080 - Belém - PA
Tel.: (091) 222-0318
Fax: (091) 241-5310

FASE-ABAEETUBA

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
Caixa Postal 25
68440-000 - Abaeetuba - PA
Tel/Fax: (091) 751-1181

FASE-CAPANEMA

Av. Presidente Médici, 1992
68700-050 - Capanema - PA
Tel/Fax: (091) 821-1716

FASE-MARABÁ

Folha 27, Quadra 07, Lote 07 - Nova Marabá
Caixa Postal 73
68508-970 - Marabá - PA
Tel.: (091) 322-1591
Fax: (091) 322-1558

FASE-SÃO LUÍS

Rua do Pespontão, 256 - Centro
65010-460 - São Luís - MA
Tel/Fax: (098) 221-1175

FASE-MANAUS

Rua São Paulo, 404 - São Jorge
Caixa Postal 531
69033-180 - Manaus - AM
Tel/Fax: (092) 671-6121

FASE-VALE DO GUAPORÉ

Rua XV de Novembro, 136 - Centro
Caixa Postal 10
78200-000 - Cáceres - MT
Tel/Fax: (065) 221-2615

FASE

Federação de Órgãos para Assistência
Social e Educacional
Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
22221-011 - Rio de Janeiro - RJ

Diretoria**Diretor Executivo**

Jorge Eduardo Saavedra Durão
Diretor Administrativo-Financeiro
Virgílio Rosa Neto

Programa Pequenos Produtores Rurais

Maria Emília Lisboa Pacheco
Programa Assalariados Rurais
Leandro Lamas Valarelli
Programa Popular Urbano
Grazia de Grazia

Programa Trabalhadores Urbanos

Paulo Sérgio Muçouçah
Programa de Investigação e Comunicação
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

PROPOSTA

Nº 64 - março de 1995

Experiências em Educação Popular
Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejía
Angela de Carvalho Borba
Clarice Melamed
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Mabel de Faria
Maria Emília Lisboa Pacheco
Paulo Gonzaga
Paulo Sérgio Muçouçah
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Tavares
Sandra Mayrink Veiga
Yara Ninô

Coordenador de Comunicação

Alberto Lopez Mejía

Assessora de Comunicação

Sandra Mayrink Veiga

Editora Responsável

Yara Ninô

Organização nº 64

Paulo Sérgio Muçouçah
Sandra Mayrink Veiga

Apoio Técnico

Silvia Helena Matos Brandão

Capa e Diagramação

Teresa Guilhon
Maria Lúcia Braga

Ilustrações

Marta Strauch

Edição Eletrônica

HD Computação Gráfica

Promoção e Divulgação

Felícia de Moraes Soares

Serviços ao Assinante

Adelir Pires Rodrigues

Redação

Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
22221-011 - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (021) 285-2998

Todas as opiniões emitidas nos artigos
assinados são de inteira responsabilidade
de seus autores.

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - é uma sociedade civil brasileira, de utilidade pública federal, sem fins lucrativos. Seu compromisso fundamental é com o desenvolvimento social e cultural de grupos e setores marginalizados da população, através de um trabalho de educação popular, nas áreas rural e urbana.

Situada no campo das organizações não-governamentais, a FASE define-se por um projeto institucional próprio, independente do Estado e dos partidos políticos. As ONGs são organizações vinculadas à sociedade civil, comprometidas com o processo de construção da autonomia de suas entidades representativas, ligadas aos movimentos populares.

Os principais beneficiários deste trabalho são os trabalhadores do campo - pequenos produtores, assalariados sem terra - operários, moradores da periferia e favelas.

GLOBALIZAR OU INTEGRAR?

A questão do desenvolvimento e das relações Norte-Sul está hoje fortemente condicionada pelas reflexões em torno da noção de globalização. O presente número de PROPOSTA pretende classificar uma conjuntura de aspectos acerca das dificuldades derivadas dos processos de ajuste e reestruturação de cunho neoliberal sobre os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Os problemas das novas formas de dependência e/ou interdependência assimétrica, de desigualdade entre países, regiões e continentes vêm se tornando objeto de uma reflexão que afeta o conjunto das forças sociais e das ONGs que procuram um novo padrão de cooperação internacional com formas de integração e colaboração entre os povos voltados para uma agenda que modifique as prioridades do desenvolvimento, destacando a ênfase financeira-especulativa e competitiva ditada pelos organismos oficiais e instituições multilaterais.

Os artigos deste número abordam, desde ângulos diferentes, as questões referentes ao atual padrão de articulação das relações internacionais e do desenvolvimento com a produção e o aprofundamento de dualismos estruturais.

A crítica à apartação social tanto nos países centrais quanto nas periferias e todos os continentes é a manifestação mais patente do fracasso social da ideologia e da prática do neoliberalismo.

Abordando temáticas específicas como a da revisão social da Cúpula Social em Copenhague ou a dos direitos dos trabalhadores no processo de integração regional do Cone Sul (Mercosul), temos indicações de possíveis perspectivas e visões para a construção de alternativas de desenvolvimento para disputar a orientação dos processos de internacionalização que, na sua forma tecnológica, empresarial, financeira e mesmo cultural, vêm sendo denominados de globalização.

O colapso da ordem internacional do pós-guerra viu nascerem os processos de descolonização como um aspecto de democratização do sistema internacional. A esperança é que a atual multipolarização possa fazer emergir novas alternativas e novos atores capazes de cooperar e marcos direcionados para uma nova cidadania global que respeite a autonomia global e a diversidade nacional.

O registro de um Brasil que quase não conhecemos!



O catálogo de vídeo da FASE reúne um acervo de aproximadamente 200 títulos, com programas produzidos pela FASE e por outros videastas populares do Brasil. São vídeos que tratam de temas sobre a cultura, o cotidiano, as condições de vida e trabalho de diferentes segmentos sociais: trabalhadores do

campo e da cidade, mulheres, negros e outros. As fitas estão disponíveis para empréstimo e venda (produções FASE).

*Conheça o Brasil.
Só assim você
poderá mudá-lo.*

**Você pode adquirir o Catálogo e os vídeos.
Entre em contato conosco!**

**Rua Bento Lisboa, 58 – CEP 22221-011 – Catete
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (021) 285-2998 – Fax: (021) 205-3099
a/c Victória Borlani**

GLOBALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO

Paulo Sergio Muçouçah

Embora o termo “globalização” já tenha se tornado corrente nos dias de hoje, o seu significado ainda permanece bastante impreciso. Na maioria das vezes, ele aparece associado a processos que se desenvolvem na economia como a circulação de capitais, a ampliação dos mercados ou a integração produtiva em escala mundial. Mas há também quem o utilize para descrever fenômenos que vêm ocorrendo em outras esferas da vida social como a criação, expansão e o fortalecimento de instituições supranacionais, a universalização de padrões culturais e o equacionamento de questões que dizem respeito ao planeta na sua totalidade (meio ambiente, desarmamento nuclear, crescimento populacional, direitos humanos etc).

De uma maneira geral, podemos dizer que o termo “globalização” está sendo usado para designar a crescente transnacionalização das relações econômicas, sociais, políticas e culturais que vem se observando no mundo, sobretudo nos últimos 20 anos. Para alguns, porém, este não é um fenômeno tão recente, pois haveria um crescimento contínuo das relações entre os povos pelo menos desde o Renascimento. Outros preferem situar o início da intensificação dessas relações no final do século passado, com a formação dos grandes impérios coloniais.

Ambas as correntes reconhecem, contudo, que o desenvolvimento experimentado pelas tele-



Podemos dizer que o termo “globalização” está sendo usado para designar a crescente transnacionalização das relações econômicas, sociais, políticas e culturais que vem se observando no mundo, sobretudo nos últimos 20 anos.

comunicações nas últimas duas décadas contribuiu decisivamente para a permeabilização das fronteiras nacionais a uma série de processos econômicos, sociais, políticos e culturais. As telecomunicações, entretanto, não fo-

ram as únicas a se desenvolver nesse período, e muito menos o seu desenvolvimento se deu por acaso. Ele foi resultado de pesados investimentos em tecnologia, feitos principalmente pelas grandes empresas multinacionais, visando a incorporação da microeletrônica aos processos produtivos.

Tais investimentos acabaram desencadeando a chamada III Revolução Industrial, que trouxe consigo uma série de mudanças na organização da produção, nas relações de trabalho, na estruturação das empresas e, por fim, na própria configuração da economia mundial. Os altos índices de produtividade propiciados pelas novas tecnologias e pelos novos processos de trabalho acirram extremamente a concorrência entre as empresas, obrigando-as a buscarem novos mercados. Isso explica em grande medida a pregação – sempre acompanhada de pressões de todos os tipos – do governo dos EUA, do Banco Mundial e do FMI em favor do livre comércio entre as nações.

A formação dos blocos regionais

Paralelamente ao rápido crescimento do comércio internacional, intensificavam-se a circulação de capitais e a articulação das

PAULO SERGIO MUÇOUÇAH – Diretor da FASE.

atividades produtivas entre as diferentes economias nacionais. Essa integração econômica desenvolveu-se sobretudo em âmbito regional, já que a sua principal finalidade não era explorar em bases cooperativas uma eventual complementaridade entre as economias, mas sim alavancar a competitividade das grandes empresas no mercado mundial. Tratava-se, portanto, de simplesmente alargar as fronteiras nacionais e não de eliminá-las. Este foi o espírito que presidiu a constituição dos megablocos econômicos na Europa, na Ásia e na América do Norte.

Ainda há quem veja a emergência desses blocos como um fenômeno distinto e até mesmo oposto à globalização. Para estes, estaria ocorrendo não uma “mundialização”, mas uma mera “regionalização” da economia. Eles se esquecem, em primeiro lugar, que esses blocos regionais só vieram a se formar após o extraordinário acirramento da concorrência internacional provocado pela ofensiva das empresas japonesas sobre o mercado mundial a partir de meados da década de 70. A sua constituição só se explica, portanto, enquanto uma reação das grandes potências que, até então, controlavam esse mercado diante da entrada de um novo e agressivo concorrente. Vista sob essa ótica, a regionalização passa a ser uma consequência da globalização.

Além disso, as relações existentes entre os atuais blocos econômicos estão muito distantes da paralisação que havia, por exemplo, entre o bloco soviético e o chamado “mundo ocidental” durante a Guerra Fria. Como dado ilustrativo, as transações comerciais entre eles representam hoje cerca de 40% de todo o comércio internacional. Isso demonstra o alto grau de interdependência que eles mantêm entre si, a despeito da feroz concorrência que motivou a sua criação. Trata-se de um fenômeno que não pode ser

compreendido à luz das antigas teorias sobre as relações internacionais ou sobre o imperialismo, por mais que algumas das suas manifestações sejam parecidas.

A criação do Mercosul, por exemplo, representa muito mais uma estratégia de resistência à hegemonia norte-americana dentro do processo de integração continental do que uma tentativa de constituição de um bloco econômico relativamente autônomo.

Dentre elas, há que se destacar o aprofundamento das desigualdades no plano internacional, seja devido à marginalização econômica inclusive de continentes inteiros, seja em função do estabelecimento de relações de dominação/subordinação entre os países que compõem cada bloco regional. Este é o caso, por exemplo, da relação entre os EUA e o México no interior do Nafta, que acabou transformando o México em praticamente o 51º estado dos EUA. A fim de evitar um destino semelhante, os outros países da América Latina vêm procurando estreitar as relações entre si sobretudo sub-regionalmente (como na América Central, nos Andes e no Cone Sul da América do Sul).

A criação do Mercosul, por exemplo, representa muito mais uma estratégia de resistência à hegemonia norte-americana dentro do processo de integração con-

tinental do que uma tentativa de constituição de um bloco econômico relativamente autônomo. Essa estratégia já começou a render os seus primeiros frutos com a proposta européia de estabelecimento de um tratado de livre comércio entre a União Européia e o Mercosul até o ano de 2020. Isso certamente contribuiu para apressar a iniciativa norte-americana com relação à integração continental, obrigando o governo Clinton a contrapor-se com a criação da Associação de Livre Comércio das Américas já para 2010.

O declínio do Estado-nação

Uma outra consequência da globalização é o relativo enfraquecimento dos Estados nacionais, na medida em que eles não conseguem mais controlar uma série de dinâmicas que extrapolam os seus limites territoriais. O aumento da interdependência entre os processos que se desenvolvem nas mais diferentes partes do mundo acabam reduzindo de fato o seu poder de decisão, ainda que de direito eles continuem sendo senhores absolutos de tudo que ocorre no seu espaço de jurisdição. A menos que eles próprios transfiram deliberadamente uma parte de sua soberania para outras instituições, como no caso da formação de blocos regionais, quando mediante a assinatura de tratados específicos os Estados nacionais assumem o compromisso de se submeterem às decisões de organismos supranacionais criados a partir da integração entre os respectivos países.

Não é isso que ocorre, porém, com as chamadas instituições multilaterais (Banco Mundial, FMI e GATT), cujo poder se assenta principalmente na influência que exercem sobre os agentes financeiros internacionais. O fortalecimento dessas instituições é uma outra tendência que se observa desde me-

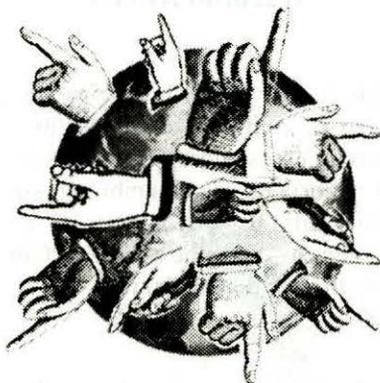
dos da década de 70, quando a crise do petróleo ameaçou levar a pique todo o sistema monetário internacional. O Banco Mundial e o FMI transformaram-se então em verdadeiros tutores das economias dos países endividados ou com problemas na balança de pagamentos, através dos seus programas de ajuste estrutural. O GATT, por sua vez, foi o grande instrumento utilizado pelos países do Norte para abrir os mercados dos países do Sul para os seus produtos, ao mesmo tempo em que mantinha sérias restrições de acesso ao seu próprio mercado.

A ideologia do “livre” comércio acabou se constituindo num dos pilares básicos do chamado “Consenso de Washington”, que hoje é imposto por essas três instituições como panacéia para todos os males da economia mundial.

A aplicação das receitas do FMI e do Banco Mundial espalhou a miséria e a devastação ambiental por diversos países do mundo, como o México, a antiga Iugoslávia, a Somália e Ruanda, entre outros (veja a respeito o artigo de Michel Chossudovsky, “A globalização da pobreza”, publicado nesta edição de **Proposta**). Profundamente debilitado pelo monitoramento exercido por essas instituições, o Estado nacional desses países acabou não resistindo à destruição do tecido social e dos pactos políticos sob os quais eles se assentavam. Em consequência, tivemos a explosão de uma série de conflitos armados, alguns deles revestidos de mera aparência de disputas territoriais, étnicas ou religiosas.

Esta fragmentação das nações tem servido de argumento para aqueles que ainda se recusam a reconhecer a existência do fenômeno da globalização, na medida em que ela configuraria uma contratendência em relação aos processos de integração. Como vimos acima, esse argumento não resiste a uma análise mais profunda, já

que na raiz dessa fragmentação está o enfraquecimento dos Estados nacionais provocado, em última instância, pelas dinâmicas globalizantes. Trata-se, entretanto, de uma integração extremamente conflitiva uma vez que ela se desenvolve fundamentalmente ao sabor das leis de mercado.



A emergência de novos atores

O fato é que ainda não surgiu nenhuma instituição com legitimidade suficiente para desempenhar em escala mundial o papel regulador que os Estados exercem nacionalmente. Há que se reconhecer, porém, que a ONU vem assumindo uma posição bem mais ativa no plano internacional após o fim da Guerra Fria. É o que demonstram, por exemplo, as intervenções militares feitas – pelo

O Banco Mundial e o FMI transformaram-se então em verdadeiros tutores das economias dos países endividados ou com problemas na balança de pagamentos, através dos seus programas de ajuste estrutural.

menos formalmente – em seu nome no Golfo Pérsico, na Somália, na Bósnia, em Ruanda e no Haiti. Além disso, ela vem procurando colocar na ordem do dia a discussão dos grandes problemas globais através de diversas conferências (Eco 92 no Rio, Conferência dos Direitos Humanos de Viena, Conferência de População no Cairo, Cúpula Social em Copenhague etc). Ainda que a eficácia imediata dessas conferências seja bastante questionável, elas têm contribuído sensivelmente para a criação de uma espécie de espaço público mundial para o tratamento de questões que só podem ser devidamente equacionadas em escala planetária.

A constituição dessa esfera pública global tem permitido a emergência de um ator que não pode ficar ausente do processo de globalização: a sociedade civil. Embora este conceito seja igualmente controverso, não creio que haja outro melhor para descrever a multiplicidade de organizações que, em nome dos direitos de determinados grupos sociais ou de uma dada noção de bem-comum, não se submete nem às razões de Estado, nem aos mecanismos de mercado: trata-se sobretudo das ONGs e dos movimentos sociais que, nas últimas décadas, vêm mundialmente se articulando.

A articulação transnacional da sociedade civil tem se constituído por enquanto numa das poucas formas de resistência aos desequilíbrios sociais, políticos e ambientais gerados por um processo de globalização movido principalmente pelos mecanismos de mercado. Os princípios éticos que ela vem afirmando apontam claramente para a instituição de um conjunto de direitos a serem universalmente reconhecidos. Talvez estejamos assistindo agora a invenção de uma espécie de cidadania planetária que pode ser a base sobre a qual venha a se construir uma verdadeira democracia em escala mundial. 🌐

GLOBALIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E CRISE DOS PADRÕES DE REGULAÇÃO SÓCIO-ESTATAL

Haroldo Abreu

De 1945 até o início da década de 70, a economia mundial conheceu um período de prosperidade, do qual tiraram grande proveito alguns países periféricos que já possuíam certa acumulação interna de capital e cujos estados tiveram autonomia para adotar medidas de estilo keynesiano orientadas para a industrialização substitutiva de importações, como foi o caso do Brasil. Entretanto, nenhum dos novos países industrializados da periferia chegou a promover um *welfare state* liberal-democrático. A ausência (ou fragilidade) de uma tradição ético-política liberal, de modo geral substituída por estratégias de modernização conservadora reguladas “pelo alto”, e a fragilidade dos movimentos sindicais e partidos socialistas (ou social-democratas), associada a uma menor produção de excedentes, a uma forte tradição patrimonialista e a uma subalternidade na acumulação/reprodução internacional do capital, não permitiram que estes NICs (*new industrialized countries*) do pós-guerra reproduzissem integralmente o paradigma das modernas sociedades ocidentais capitalistas.

Em decorrência, o “tardio” desenvolvimento industrial desses países reproduziu de um modo muito mais profundo as “naturais” desigualdades do capitalismo com políticas concentradoras de renda e socialmente excludentes. As antigas formas de produção e integração social foram desarticuladas, proporcionando uma grande

mobilidade social com gigantescos – e muitas vezes selvagens – movimentos migratórios, sem que a maioria de seus membros fosse integrada aos novos padrões de produção, consumo e/ou exercício de direitos de cidadania.

Países como o Brasil, México, Argentina e outros possuíam algum espaço autônomo para uma acumulação interna de capital e barganha internacional, o que permitiu a adoção da industrialização substitutiva de importações.

As sociedades periféricas mais subalternizadas na divisão do trabalho e nas relações internacionais, especialmente aquelas que enfrentaram no pós-guerra um processo de descolonização sem uma acumulação interna de capital e sem uma transição modernizadora de seus interesses e valores sócio-históricos, viveram situações ainda mais dramáticas. A desarticulação dos tradicionais modos de produção e estilos de vida represen-

to a pauperização e a exclusão da maioria desses povos de qualquer possibilidade de prosperidade e de integração às conquistas (econômico-sociais e ético-políticas) já alcançadas por uma parte da humanidade. A histórica, e geralmente brutal, espoliação de suas riquezas naturais e potencialidades humanas pelo colonialismo e pelo imperialismo não pode deixar de ser considerada na explicação de suas condições atuais de pobreza, “subdesenvolvimento” e “desintegração” social.

Diferentemente da periferia não-colonial e com certa autonomia no cenário internacional, estas nações e seus atores internos tiveram escasseadas as suas possibilidades objetivas de escolher os caminhos de seu desenvolvimento econômico, social e político. Países como o Brasil, México, Argentina e outros, embora subalternos à reprodução do capital e às disputas políticas internacionais, possuíam algum espaço autônomo para uma acumulação interna de capital e barganha internacional, o que permitiu a adoção da industrialização substitutiva de importações.

O pós-guerra marcou também o surgimento do bloco soviético e da “guerra fria”, polarizando a disputa de valores e a política inter-

HAROLDO ABREU – Professor da Escola de Serviço Social da UFF e consultor da FASE.

nacional: de um lado, o modelo de um estado-partido planejador das atividades e necessidades da sociedade; de outro, o da livre iniciativa privada para acumulação de capital, compatibilizada e legitimada por procedimentos democráticos e políticas de bem-estar. Até o término da guerra do Vietnã, houve uma acirrada luta ideológica sobre quem produzia e oferecia para o resto do mundo o mais rápido desenvolvimento com bem-estar social (embora esta disputa se

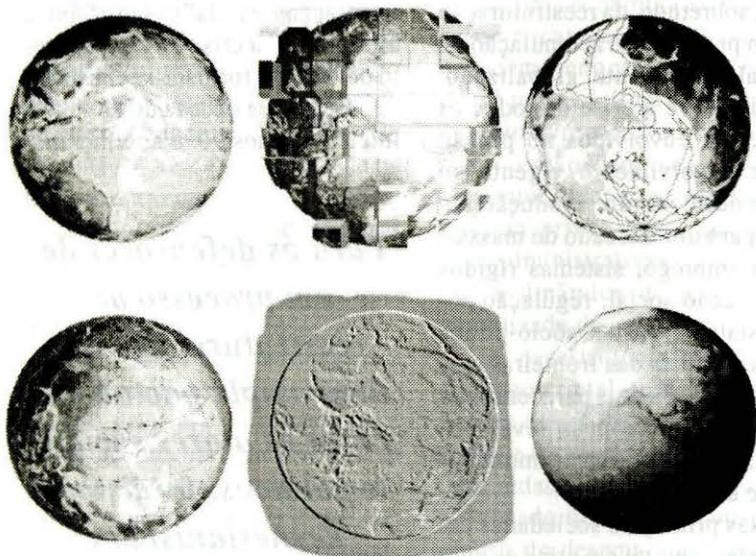
Após os agitados anos 60, as décadas de 70 e 80 marcaram uma inflexão e uma forte reversão no cenário internacional caracterizadas pelos aspectos que se seguem: crise do petróleo e recessão mundial; intenso progresso técnico-científico aplicado ao processo produtivo; reprodução capitalista articulada como realidade supranacional; globalização das comunicações, das informações, dos valores e temas da agenda política internacional (tanto dos renova-

URSS se desgastava no Afeganistão e crescente burocratização das formas de regulação e integração sociais no Ocidente, cerceando os espaços de realização das individualidades e das diferenças.

Todos esses elementos, mediados por uma variedade de processos regionais e nacionais, vêm contribuindo para reafirmar a supremacia dos valores capitalistas na sociedade globalizada. Ao contrário das correntes contemporâneas que tendem a dissociar o processo de globalização dos interesses e valores dirigentes da acumulação de capital, este ensaio caminha no sentido de explicitar este vínculo como elemento essencial da análise e do processo histórico universal.

A articulação desses diferentes processos sintetiza um cenário sócio-histórico favorável ao desenvolvimento de uma nova reestruturação capitalista, tanto no que se refere ao processo produtivo quanto no que concerne à regulação sócio-estatal: uma articulação presidida por um *ethos* e uma racionalidade que identificam a realização humana com a livre iniciativa e a possibilidade de escolha nos limites do mercado e o progresso com o acesso e a operacionalização das novas tecnologias. O mercado é, portanto, recuperado como a matriz estruturadora da vida social e política da humanidade, sobrepondo-se às fronteiras nacionais.

Desta vez, contudo, diferentemente da economia liberal clássica, o mercado não é mais figurado como "riqueza das nações". A internacionalização do processo produtivo, a associação entre capitais de diferentes nacionalidades e o sistema financeiro globalizado, dentre outros elementos, expressam um padrão de acumulação e uma divisão internacional do trabalho que concretizam o mercado mundial como realidade sensível aos produtores e consumidores de mercadorias. Estas são cada vez menos um produto exclusivo do



subordinasse à irracionalidade de uma corrida armamentista potencialmente genocida).

Neste contexto, as lutas sociais, as disputas políticas, as diferenças ou rivalidades nacionais, étnicas e religiosas e quaisquer outros conflitos no chamado "Terceiro Mundo" transfiguravam-se em um "jogo de dominó" entre os dois poderosos blocos e suas duas grandes potências. Se a guerra entre estas foi "fria", para muitos povos subalternos no cenário internacional ela foi violenta e destruidora, envolvendo o sacrifício de milhões de vidas humanas, de recursos produtivos e do meio ambiente.

dores como direitos humanos, desarmamento, defesa do meio ambiente, feminismo etc, como também os de legitimação das diferentes formas de desigualdade e segregação como o fetichismo da mercadoria, o individualismo etc); gradual colapso do dirigismo burocrático e antidemocrático no bloco soviético; aceitação/difusão (por ambos os blocos da "guerra fria") da idéia de que democracia, individualidade e eficiência são valores capitalistas; incapacidade da antiga URSS de manter os esforços na corrida armamentista; longo período sem uma direta intervenção militar americana nos conflitos periféricos, enquanto a

Torna-se cada vez mais difícil falar em capitalismo ou mercado nacional em oposição à acumulação mundial. A imagem e as “virtudes” do mercado são recuperadas como um “valor universal” e não mais como identidade nacional.

trabalho nacional e cada vez mais destinadas ao consumo mundial. Diante disso, torna-se cada vez mais difícil falar em capitalismo ou mercado nacional em oposição à acumulação mundial. A imagem e as “virtudes” do mercado são recuperadas como um “valor universal” e não mais como identidade nacional.

A restauração do *laissez-faire* efetiva-se, pois, em um contexto de capitalismo plenamente globalizado e não mais tem por oponentes, como outrora, as regulamentações de um “monarca absoluto de origem divina” a cercear as liberdades individuais. Doravante, o adversário do neoliberalismo econômico se traduz nas modernas formas de regulação sócio-política dos estados nacionais, sejam estes resultados de pactos democráticos ou não. Trata-se, portanto, de uma restauração da soberania dos interesses privados-possessivos contra o predomínio da vontade política e a regulação pública do mercado e dos direitos; restauração que supõe a desconstrução da racionalidade reguladora e dos pactos sócio-políticos firmados ao longo do século XX, ambos concebidos como “obstáculos” às atuais tendências da acu-

mulação em escala planetária.

As novas tendências do processo de produção – automação, terceirização, associações supranacionais entre capitais, gerência informacional etc – expressam uma forte indicação de superação das condições de acumulação e desenvolvimento dominantes nos últimos cem anos. A reestruturação em curso não é apenas técnico-produtiva, isto é, não se restringe à aplicação produtiva das novas tecnologias, como a microeletrônica, a informática, as telecomunicações, os novos materiais etc. Trata-se, sobretudo, da reestruturação de um processo de acumulação de capital plenamente globalizado, que promove a crise de todos os elementos envolvidos no padrão de desenvolvimento vigente ao longo deste século. Produção em série para um mercado de massas, pleno emprego, sistemas rígidos de proteção social, regulação sócio-estatal e pactos sócio-políticos nos limites das fronteiras e da soberania nacionais parecem estar em contradição com as novas tendências da acumulação mundialmente articulada.

Nas principais sociedades capitalistas, entram em crise os quase seculares pactos liberais-sociais democráticos assentados nas políticas de expansão capitalista com geração de emprego, distribuição de renda, consumo de massas e ampliação dos direitos de cidadania. Para os defensores de um processo de reestruturação sem uma ampla pactuação entre os atores sociais e políticos, fordismo, keynesianismo e marshallianismo tornaram-se simplesmente “coisas do passado”. Para estes setores (leia-se neoliberais), o fundamental tem sido liberar o processo de reestruturação em curso de seus “entraves” sócio-políticos e nacionais, minimizando a presença do Estado – com isto reduzindo as possibilidades e os espaços de intervenção dos cidadãos e das dife-

rentes formas de regulação pública e democrática dos direitos – e das barreiras nacionais.

Embora antinômica com os valores de justiça e equidade sociais e com qualquer regulação pública e democrática do processo de reestruturação e globalização, esta visão de mundo privatista e liberista alcançou grande legitimidade nas sociedades de capitalismo avançado. Nestas, uma grande parcela da cidadania e das classes subalternas integrada ao desenvolvimento capitalista passou a identificar a estratégia de “reestruturação forçada” como a “única alternativa” à crise de esgotamento do modelo fordista-keynesiano.

Durante a década de 80 e até o início dos anos 90, o neoliberalis-

Para os defensores de um processo de reestruturação sem uma ampla pactuação entre os atores sociais e políticos, fordismo, keynesianismo e marshallianismo tornaram-se simplesmente “coisas do passado”.

mo difundiu-se pelo mundo, embasado no dinamismo da reestruturação, no êxito inicial de alguns governos conservadores no “Primeiro Mundo”, no domínio dos meios de comunicação e na orientação de instituições multilaterais (especialmente o FMI). A efetivação das estratégias de inspiração neoliberal derrubou barreiras alfandegárias, desestruturou políticas sociais, privatizou sólidas empresas públicas e promoveu ajustes forçados de economias nacio-

nais periféricas com poucas (ou mesmo nenhuma) condições de se integrarem bruscamente ao processo de reestruturação (e aos mercados globalizados) sem agravar as desigualdades, o desemprego e a pauperização de uma grande parcela de sua população.

Somente algumas poucas nações, cujos estados realizaram previamente diversas reformas sociais e que, desde os anos 60, vinham se industrializando com enormes estímulos ao comércio exterior ocupando determinados nichos do mercado internacional, conseguiram algum êxito em seus esforços desenvolvimentistas, mas sem redistribuir renda, concentrando capital e reorientando os padrões de desigualdade e exclusão. Os chamados "tigres asiáticos" são os melhores exemplos destes NICs, mas estão longe de se configurar como sociedades democráticas e universalizadoras de justiça, equidade e bem-estar sociais.

Diversa é a situação das sociedades periféricas que se industrializaram pela via da substituição de importações, com concentração de renda e de capital, com um grande endividamento externo e que, ao longo de uma crise que se prolonga por mais de uma década, implementam políticas de ajuste patrocinadas por acordos entre suas elites dirigentes, banqueiros internacionais, agências multilaterais de financiamento e outros segmentos interessados na reestruturação capitalista. Estes países sofreram, ao longo destes anos, uma recessão com tendências desindustrializadoras, intensa remessa de capital para o exterior (acima dos excedentes econômicos disponíveis), colapso das finanças públicas, tendência à hiperinflação e desarticulação das frágeis instituições de proteção e/ou promoção social e cultural. Este quadro agravou o desemprego, as desigualdades, a miséria, as diversas formas de exclusão/segregação social e as

alternativas informais e marginais de sobrevivência.

Brasil, México, Argentina e outros países latino-americanos estão claramente envolvidos neste plano de ajuste, incorporando as tendências privatistas e liberistas da reestruturação produtiva e globalização dos mercados sem qualquer contrapartida de ampliação do mercado interno, de reformas sociais e/ou políticas de distribuição de renda e bem-estar.

Também os antigos membros do bloco soviético se encontram atualmente em processo de transição de uma economia estatizada e burocraticamente planejada, embora com pleno emprego, para uma forma pouco definida de capitalismo com livre mercado. Nesta transição estão, em sua maioria, reestruturando a economia com base na privatização, em inovações administrativas e na integração à dinâmica da acumulação globalizada de capital.

A desestruturação do pleno emprego estatal, sem a contrapartida de novas formas de proteção social e dissociada dos valores de uma cidadania democrática, tem provocado um crescimento vertiginoso do desemprego e grandes desigualdades sociais. Muitos desses países enfrentam uma acentuada queda do PIB com uma relativa desindustrialização, como ocorre nas nações da ex-URSS e mais espetacularmente na extinta Alemanha Oriental, criando (ou agravando) inclusive um quadro de miséria e discriminação inimagináveis até poucos anos atrás. Esta situação revela-se ainda mais grave com a quase falência das finanças públicas de muitos desses novos estados e uma profunda deterioração de serviços públicos de saúde, educação etc, que acentuam a exclusão de uma grande parcela da população destes países do bem-estar e das condições de integração e reprodução social.

Resta examinar o caso das for-

mações sociais periféricas ao capitalismo globalizado sem qualquer capacidade de produzir excedentes ou de barganhar vantagens no cenário internacional. Cabe aqui cerca de metade dos países atualmente existentes, com aproximadamente um terço da população do globo, mas que não possui acumulação interna de capital, nem qualquer base industrial ou conhecimento tecnológico ou, ainda, sequer exporta um produto essencial como petróleo ou minerais estratégicos. Em decorrência, a população desses países encontra-se

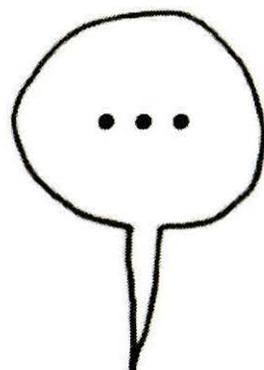
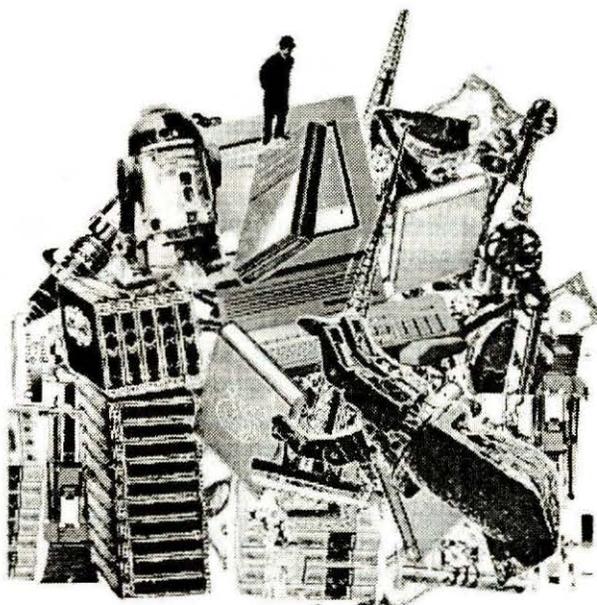
A desestruturação do pleno emprego estatal, sem a contrapartida de novas formas de proteção social e dissociada dos valores de uma cidadania democrática, tem provocado um crescimento vertiginoso do desemprego e grandes desigualdades sociais.

inteiramente alienada dos meios e condições mínimos para alavancar o seu desenvolvimento econômico e social. Nestas circunstâncias, a dependência e a miséria parecem quase insolúveis. Completam este quadro, renda per capita baixíssima e em geral concentrada, antigas relações sociais e estilos de vida desestruturados e, em muitos casos, coexistência conflitiva de nacionalidades, tribos e etnias historicamente rivais, como ocorre em grande parte da África e em algumas regiões asiáticas.

Difícilmente estes povos participarão do progresso material e cultural da humanidade sem uma efetiva ruptura com os velhos vínculos de subalternidade colonial e a sua substituição por novas formas de intercâmbio material e solidariedade humana, que reconheçam as diversidades sócio-culturais. As condições e possibilidades de escolha de caminhos alternativos de desenvolvimento por estes povos supõem uma ordem global que promova a distribuição da riqueza, das informações, do saber e dos direitos humanos para além da retórica das declarações de intenções e do assistencialismo emergencial e paternalista. A solidariedade para com estes povos recém libertos do colonialismo carece sobretudo de vontade e instituições políticas internacionais capazes de efetivar a justiça e a equidade como valores humanos universais.

Concretamente, estes povos estão excluídos não apenas de qualquer possibilidade de influir nos rumos da reestruturação global do capitalismo, mas também de qualquer presença significativa no mercado mundial. Esta situação pode se agravar ainda mais com a atual tendência de constituição de blocos regionais, que articulam nações com economias, instituições e culturas com diversos elementos de identidade e complementaridade entre si. Esta regionalização pode significar para esses povos um distanciamento ainda maior das conquistas já alcançadas por uma parcela da humanidade, ao produzir como con-

Esta situação pode se agravar ainda mais com a atual tendência de constituição de blocos regionais, que articulam nações com economias, instituições e culturas com diversos elementos de identidade e complementaridade entre si.



trapartida à globalização a formalização de diversos guetos no cenário mundial.

Consideremos as tendências da atual ordem mundial e do padrão dominante de desenvolvimento, tais como:

1) O processo de globalização econômica, política e cultural que vem integrando os capitais, os estados e o fluxo de informações, mas que não vem sendo capaz de universalizar a equidade, a justiça, o bem-estar e a participação dos

cidadãos nos destinos da humanidade;

2) A constituição dos blocos regionais que vêm articulando economias e estados com uma relativa homogeneidade ou complementaridade, mas excluindo os diferentes e não-complementares, especialmente os mais desprovidos de condições e recursos para o desenvolvimento sócio-econômico e técnico-científico;

3) A reestruturação em curso que não implica num crescimento do emprego produtivo, que segrega mercados, grupos sociais, povos, regiões do planeta e que subordina os investimentos não só ao lucro mas também aos padrões

de competitividade das grandes metrópoles capitalistas e do mercado internacional, geralmente desarticulando as formas clássicas de regulação dos investimentos, do mercado e do bem-estar, sem substituí-las por novas formas de participação e/ou integração social;

4) Os novos processos tecnológicos que envolvem a automação da produção, dos negócios, dos serviços e da própria gestão (técnico-administrativa) e que vêm desestruturando as identidades tra-

dicionais das classes subalternas (especialmente, o proletariado das nações industrializadas) e as bases sociais (e técnicas) dos Estados (e dos direitos de cidadania) liberais democráticos provedores de bem-estar;

5) O monopólio do conhecimento científico-tecnológico, dos meios de comunicação e fluxos de informação necessários ao desenvolvimento, garantido por patentes, instituições internacionais e pela correlação de forças nas relações internacionais, associado à grande concentração internacional do capital e dos centros de decisão;

6) O tratamento que instituições multilaterais de financiamento, estados-membros do Clube de Paris e grandes banqueiros internacionais conferem à renegociação do endividamento do “Terceiro Mundo”, com imposição de ajustes recessivos e remessas de capitais para além dos excedentes disponíveis em suas economias, e uma integração forçada de seus atores do desenvolvimento às regras e condições dominantes no mercado internacional;

7) A manutenção, em muitas instituições multilaterais e organismos internacionais (inclusive os vinculados à ONU), de espaços privilegiados e direitos exclusivos que reproduzem a discriminação sócio-econômica e político-cultural entre hemisférios, continentes, nações, povos, classes e grupos sociais, reproduzindo o predomínio dos mais ricos e poderosos interesses do planeta na ordem mundial;

8) A hipervalorização do padrão de livre mercado – pelas instituições multilaterais, elites dirigentes e meios de comunicação – que, associada à reestruturação produtiva, à crise de identidade das classes subalternas e à globalização, vem favorecendo a desarticulação das políticas e instituições públicas de regulação econômica e social, a redução dos espaços de

pactuação política entre interesses, opiniões e estratégias de desenvolvimento e a exclusão dos cidadãos dos processos decisórios sobre os destinos da humanidade e das nações.

A partir disso, presenciamos não só o crescimento do desemprego, da pobreza e das diversas formas de exclusão/segregação social, mas também uma profunda crise dos padrões de regulação do processo sócio-histórico.

O atual padrão mundial de acumulação e desenvolvimento, assentado no domínio das informações, do saber e das novas tecnologias – e não apenas do capital e do

O atual padrão mundial de acumulação e desenvolvimento, assentado no domínio das informações, do saber e das novas tecnologias reduz a oferta de empregos produtivos e reforça as tendências de exclusão.

poder de coerção – reduz a oferta de empregos produtivos e reforça as tendências de exclusão de uma parcela cada vez maior de seres humanos das condições e dos frutos do desenvolvimento, agravando o desemprego, a miséria e as diversas formas de alienação. Ao valorizar a competição que favorece o mais poderoso e/ou mais apto (e nesse sentido revalorizando a desigualdade em detrimento da solidariedade, da justiça e da equidade), a reestruturação em curso vem estimulando novos e velhos preconceitos sociais, religiosos, nacionais, étnicos.

Diferentes formas de fascismo, racismo, messianismo e chauvinismo proliferam no mundo atual. No limite, muitas defendem o extermínio dos antagonistas e/ou diferentes, como o demonstram o renascimento dos movimentos contra os migrantes na Europa, a guerra de extermínio entre os povos da ex-Iugoslávia, os conflitos entre nacionalidades até recentemente submetidas à ex-URRS, as guerras civis em diversos países da África etc.

O domínio dos meios e condições – materiais e culturais – do desenvolvimento social encontra-se seletivamente concentrado em poucas nações e, dentro destas, em poucas mãos. Capital, conhecimento científico e tecnológico, acesso e manipulação eficiente das informações e do poder de gestão distanciam cada vez mais “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, incluídos e excluídos no processo de globalização e reestruturação, colocando em crise o paradigma de modernidade e ocidentalidade ou, ao menos, sua identificação com a acumulação de capital articulada com distribuição dos excedentes e ampliação da cidadania.

O desenvolvimento capitalista – universalizador e diferenciador da humanidade – é hoje soberano e reina em todos os quadrantes do planeta praticamente sem concorrência. O estatismo burocrático coletivizador e antidemocrático do bloco soviético não foi capaz de oferecer uma alternativa legítima à acumulação e divisão social capitalista. A globalização da sociedade humana se consuma sob a égide deste modo de produção e de seu estilo de vida social. O planeta configura-se hoje como um espaço social unificado e desigualmente dividido. A divisão do trabalho e da riqueza entre Norte e Sul articula-se com as profundas diferenças intra-regionais e nacionais. Os indicadores de miséria e exclusão social são assustadores na Ásia, na

África e na América Latina. Mas também estão presentes, embora em outra escala, nas sociedades de capitalismo avançado, de consumo de massa e de *welfare state*.

Situação, aliás, que vem se agravando nas duas últimas décadas, marcadas por períodos de recessão, endividamento internacional, concentração da riqueza, reestruturação produtiva e liberalização indiscriminada dos mercados. O desemprego e o subemprego, estruturalmente críticos e endêmicos no chamado "Terceiro Mundo", crescem em proporções ameaçadoras à estabilidade sócio-política nas nações capitalistas mais avançadas. A OCDE admite a existência de mais de 35 milhões de desempregados entre seus 24 países-membros; outros tantos perderam o emprego com a reestruturação forçada no antigo bloco soviético; enquanto mais da metade da população economicamente ativa na África, Ásia e América Latina situa-se fora do mercado formal de trabalho e, assim, do acesso aos meios de desenvolvimento e de exercício dos direitos de cidadania.

No plano sócio-político, ao reafirmar e aprofundar a mercantilização das relações sociais, conforme os interesses e valores que presidem à acumulação globalizada de capital, a reestruturação vem desconstruindo a racionalidade jurídico-política e as diferentes instituições estatais e civis que as regulavam. Para além do colapso do estatismo burocrático do modelo soviético, presenciaremos uma profunda crise dos estados planejadores do desenvolvimento e do padrão de bem-estar social. Tanto as instituições do *welfare state* liberal-democrático quanto as da regulação estatal-corporativa, vinculadas à modernização conservadora das periferias industrializadas, parecem viver uma crise de inadequação ao novo padrão de acumulação mundial e ao processo de globalização.

O desemprego e o subemprego, estruturalmente críticos e endêmicos no chamado "Terceiro Mundo", crescem em proporções ameaçadoras à estabilidade sócio-política nas nações capitalistas mais avançadas.

No caso do *welfare state* liberal-democrático, esta parece se configurar como uma crise de realização e/ou de esgotamento, afetando tanto suas bases de sustentação quanto suas finalidades. O padrão de acumulação e de reprodução social (combinando produtividade crescente da economia com ampliação e diversificação do emprego, do consumo e do bem-estar) e suas mediações sócio-estatais (pactos sócio-políticos e instituições nacionais reguladores dos investimentos, do mercado e dos direitos) vivem, desde os anos 70, um momento de inflexão. Por um lado, garantiram a reprodução do

A acelerada substituição do trabalho vivo por trabalho morto e a progressiva substituição do produtor direto das riquezas por máquinas robotizadas já é significativa.

capitalismo com relativa estabilidade social e consentimento crescente por parte das classes subalternas. Por outro, propiciaram que os trabalhadores conquistassem direitos de participação no poder e de bem-estar inimagináveis por analistas e atores políticos do século XIX. Desse modo, o *welfare state* liberal-democrático conseguiu compatibilizar a divisão social capitalista com a cidadania dos subalternos, cumprindo as suas finalidades.

Ao longo do processo de compatibilização do capitalismo com a cidadania dos trabalhadores, foi crescente o consentimento e a integração destes aos valores e à racionalidade dirigentes do processo social e político. Ao exercer os direitos sociais e políticos conquistados ao longo deste século, o proletariado submeteu-se às normas e procedimentos do *welfare state* liberal-democrático, perdendo gradualmente a sua identidade socialista e/ou revolucionária dominante ao longo do século XIX.

Embora não possamos afirmar que esta desconstrução da identidade proletária-socialista seja definitiva ou irreversível, devemos notar que ela proporciona profundas mudanças no padrão de regulação pública dos interesses e das estratégias de ação, o que vem afetando as bases do próprio processo sócio-político como um todo: a crise de identidade do proletariado retirou de cena (ou pelo menos fragmentou) o ator social que mais se identificava com os valores de equidade, justiça e bem-estar. Certamente, não é por acaso que os partidos mais articulados historicamente com este proletariado e com estes valores também tenham entrado em crise – de representação, de perspectivas estratégicas e da própria concepção ético-gnosiológica da política.

No entanto, o ponto culminante da desestruturação dos atores sociais e políticos que se contra-

punham à lógica e aos interesses da acumulação pode ainda não ter sido alcançado. A reestruturação ainda não chegou a seu momento derradeiro. Contudo, a acelerada substituição do trabalho vivo por trabalho morto e a progressiva substituição do produtor direto das riquezas por máquinas robotizadas já é significativa. A supressão de um dos elementos sócio-técnicos fundamentais à identificação do proletariado como tal tem levado muitos autores a considerar a crise e a superação da “sociedade do trabalho”.

A crise da “sociedade do trabalho” tem sido um tema recorrente na obra de autores como Habermas, Offe, Touraine e muitos outros. Entendendo, entretanto, que esses autores reduzem a categoria trabalho à dimensão técnico-instrumental da ação (no sentido físico) dos homens sobre a natureza. Deixam de pensar que, com o recuo das barreiras naturais relacionado ao desenvolvimento científico e tecnológico, o trabalho adquire cada vez mais um sentido de produção de valores não materiais (intelectuais e morais) mediadores das relações sociais e das interações discursivas dos atores sociais.

Nesse sentido, os pactos liberais-democráticos provedores de bem-estar se descaracterizam e se esvaziam, pois os principais atores e valores, que forçaram e validaram a sua efetivação, não apresentam a mesma força e a legitimidade de outrora. Esta crise de desarticulação da identidade classe-partido-ideologia se globaliza junto com a reprodução ampliada do capital e os fluxos de informações e valores, influenciando os parâmetros de escolhas estratégicas dos diversos atores em praticamente todas as nações do planeta.

É no vazio deixado por esta crise de identidade que os interesses e valores identificados com a desregulação política das relações

sociais vêm progredindo. É razoável supor que dificilmente haveria espaço para os valores neoliberais diante de uma identidade coletiva com força e legitimidade para forçar e implementar novos pactos sociais e políticos. A ausência deste elemento vem permitindo que a nova reestruturação produtiva e sócio-política seja implementada sob a égide dos interesses e valores mercantis-possessivos sem a constituição de contrapoderes ou mesmo de compensações substantivas. Nestas condições, os valores do neoliberalismo vêm des-
construindo as instituições, as nor-

Embora não possamos afirmar que esta desconstrução da identidade proletária-socialista seja definitiva ou irreversível, devemos notar que ela proporciona profundas mudanças no padrão de regulação pública dos interesses e das estratégias de ação.

mas e os procedimentos públicos, tanto os democráticos quanto os tecnoburocráticos, que restringem a liberdade do capital interessado em consolidar o atual processo de reestruturação e globalização da acumulação.

Nas sociedades periféricas que se industrializaram pela via da modernização conservadora, o Estado foi o instrumento decisivo das estratégias de desenvolvimento capitalista, embora o processo de regulação sócio-estatal não possuísse as características do *welfare*

state. A fragilidade da tradição e da burguesia liberal, dos movimentos proletários e socialistas e da própria industrialização capitalista, permitiu que as elites oligárquicas e patrimonialistas (ou uma parcela destas), aliadas à tecnoburocracia estatal e às corporações militares, estruturassem o Estado como agência de desenvolvimento e regulação social. No caso brasileiro (de 1930 aos anos 70) observamos o corporativismo estatal inteiramente funcional às estratégias de acumulação e industrialização.

No plano econômico, o Estado regulava política e burocraticamente a captação pública dos recursos naturais, técnicos e financeiros e os distribuía, favorecendo os segmentos produtivos que eram priorizados. Através de incentivos fiscais, crédito subsidiado, câmbio favorável, proteção alfandegária, infra-estrutura necessária, concessões de direitos etc, a regulação estatal garantia o processo de acumulação, substituindo importações e ampliando o parque industrial instalado. O modo de articulação desses instrumentos e os setores por eles privilegiados variaram conforme as conjunturas e as estratégias governamentais. Mas a racionalidade da acumulação centrada e articulada nos aparelhos estatais manteve-se como uma constante de todo o período.

No plano da regulação das relações sociais, o corporativismo estatal voltou-se integralmente para o processo de proletarização das classes subalternas mediante uma política de socialização, controle e coerção. Seu objetivo era formar uma nova classe trabalhadora de origem nacional, treinada, disciplinada e que valorizasse (ou pelo menos aceitasse) passivamente as condições do processo de proletarização. O reconhecimento de direitos sociais compensatórios à alienação da força de trabalho, sob a forma de concessão das eli-

tes dirigentes e do Estado, foi acompanhado de um controle coercitivo sobre os sindicatos, de uma estrutura previdenciária corporativa e seletiva nas concessões de benefícios, de políticas de formação profissional e de uma intensa campanha de convencimento e cooperação dos trabalhadores e de suas lideranças.

Esta estratégia transformista funcionou com algum êxito dos anos 30 ao início dos anos 60, sendo substituída, em 64, por uma estratégia centrada quase que exclusivamente no controle e coerção de um proletariado já constituído. O “novo” padrão de acumulação implementado supunha políticas mais abrangentes de concentração de capital e de renda, o que entrava em conflito com as estratégias transformistas e populistas que envolviam concessões aos trabalhadores.

Nos anos 70, a sociedade brasileira já havia alcançado e completado o estágio correspondente à segunda “revolução industrial”, mas sem revoluções, sem pactos sociais e políticos, sem uma ampliação democrática do estado (e dos direitos de cidadania) e sem *welfare state*. A via da modernização conservadora centrada na regulação estatal consumou-se em um contexto de crise e reestruturação da economia mundial. No cenário internacional, os atores dirigentes do processo de reestruturação e globalização passaram a exigir menos regulação dos estados nacionais e despolitização da economia. Internamente, o crescente endividamento “público” (das agências estatais e das empresas por elas dirigidas) com elevadas taxas de juros e a escassez de (ou incapacidade dos dirigentes para encontrar) novas fontes de recursos levou ao esgotamento do Estado patrocinador do desenvolvimento.

Sem nos determos na análise da recessão com inflação ascen-

Tanto o novo contexto internacional quanto a crise das finanças “públicas” retiraram do Estado nacional toda e qualquer possibilidade de reproduzir o “modelo de desenvolvimento”.

dente e da própria insolvência estatal, podemos afirmar que tanto o novo contexto internacional quanto a crise das finanças “públicas” retiraram do Estado nacional toda e qualquer possibilidade de reproduzir o “modelo de desenvolvimento”. Os próprios atores burgueses redefiniram as suas estratégias para as recentes tendências da acumulação mundial, buscando se inserir no processo de reestruturação e globalização econômica, infligindo o “golpe final” nas políticas de acumulação centradas no Estado-ator que articulavam o processo de substituição de importações.

No caso brasileiro, esta crise/ esgotamento do modelo de regulação do Estado tornou-se ainda mais explícita com a exigência da sociedade civil e as reivindicações de diferentes categorias e movi-

mentos sociais por direitos de cidadania. As instituições estatais-corporativas de controle e coerção perderam progressivamente a sua eficácia, deixando, assim, de serem funcionais à reprodução da ordem. O processo de democratização vivido ao longo dos anos 80 proporcionou uma transferência gradual do poder estatal, enfraquecendo os aparelhos corporativos em favor das instituições representativas. Dessa forma, a mediação estatal tornou-se objeto de disputa eleitoral (pelo consentimento da cidadania) entre as estratégias definidas pelos principais atores políticos.

Por tudo isso, parece razoável supor que a crise do Estado brasileiro se insere em uma crise dos Estados nacionais e de suas formas já objetivadas de regulação. Esta crise torna-se mais ampla e complexa quando a associamos à desarticulação das entidades coletivas das classes subalternas, enquanto atores sociais e políticos, e à reestruturação da economia mundial e das relações internacionais. Nesse sentido, apontamos na direção de investigar cada um desses processos em suas especificidades e em seus rebatimentos recíprocos, pois nos parece que estes são elementos centrais e decisivos do momento atual, envolvendo e condicionando o desenvolvimento histórico-social. ☉

Assine PROPOSTA
REPRODUZA O CUPOM DA PÁG. 30 OU FAÇA SUA ASSINATURA PELO TELEFONE: (021) 2861598

A GLOBALIZAÇÃO E O INDIVÍDUO

Alfredo Laufer

A discussão sobre a globalização ou a internacionalização da economia leva-nos a considerar os diversos conceitos que a categoria “globalização” possa ter nos vários segmentos e escolas de pensamento.

Assim como a estética, a ética, a razão, a verdade, a justiça etc têm conotações e conteúdos complementares ou alternativos de acordo com as experiências histórico-políticas da época – desde que representem movimentos de influência de uma teoria ou de uma práxis –, o termo “globalização” também passa pelo mesmo processo de metamorfose.

Ao tentarmos analisar os diversos acontecimentos políticos, econômicos ou sociais mais significativos e representativos do período pós-guerra, acreditamos que o indicativo paramétrico generalizado é a tentativa crescente de autonomia do indivíduo como o condutor filosófico e fundamental de todas as ações e reflexões.

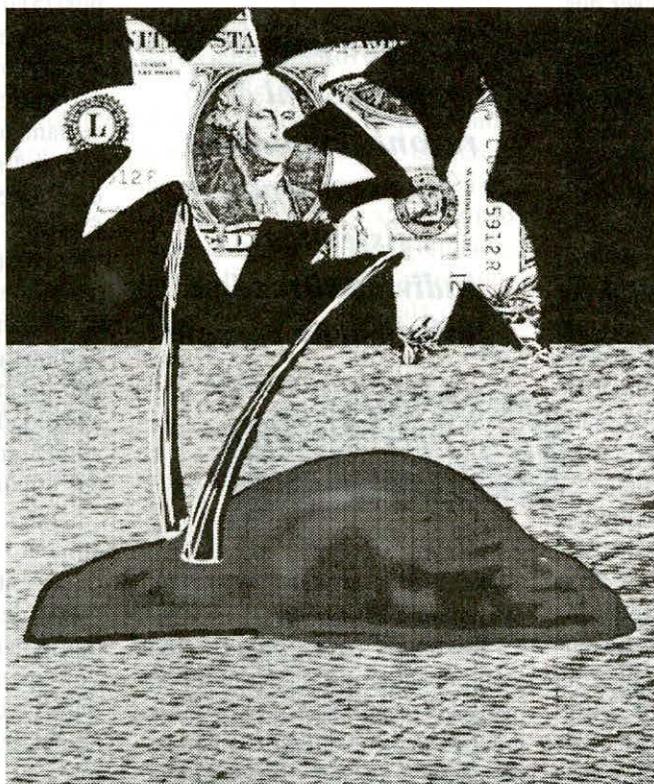
Diversos filósofos – entre eles, Horkheimer, Adorno, Marcuse, Erich Fromm, Habermas – se insurgem contra o que chamam “a nova barbárie da sociedade do pós-guerra”. Horkheimer, em seu livro

“Dialética do conhecimento”, diz: “Na era industrial, a idéia de interesse pessoal conquistou gradativamente o primeiro plano e finalmente suprimiu os outros moti-

de todos os governantes, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. O particular tomou conta do universal.

Questões ligadas ao emprego, ao bem-estar e ao conhecimento começaram, por exemplo, a ter não só mais atenção, mas principalmente mais recursos orçamentários de todos os governos. Reflexos destas ações de âmbito mundial puderam ser observados nas mais diversas áreas da sociedade: no segmento empresarial houve a explosão da criação de micros e pequenas empresas como grandes geradoras de empregos; o novo papel da mulher na família, cada vez mais relevante, veio estabelecer novos conceitos de autonomia; a tecnologia e a mídia de

mercado de consumo passaram a ser a bússola indicativa dos novos desejos; os microcomputadores pessoais possibilitaram a multiplicação da criatividade e a forma-



vos considerados fundamentais ao funcionamento da sociedade; esta atitude predominou nas principais correntes de pensamento e, durante o período do liberalismo, na mentalidade pública. Mas o mesmo processo trouxe à superfície as contradições entre teoria do interesse pessoal e a idéia de nação.”

O indivíduo e suas relações passaram a ser as questões básicas

ALFREDO LAUFER – Empresário, coordenador do PNBE e fundador da FLUPEME.

ção de escritórios ambulantes; a telefonia móvel e as pílulas anti-concepcionais permitiram a “ligação” no momento desejado. Uma interminável série de outros exemplos poderiam ser citados.

Outro aspecto fundamental para o desenvolvimento e o crescimento do indivíduo e sua conseqüente emancipação e autonomia é, sem dúvida nenhuma, a questão da renda. Na medida em que os governos dos países desenvolvidos possuem superávites comerciais e fluxos folgados de caixa, a geração de empregos pode ficar em segundo plano, uma vez que todas as tensões sociais podem ser desfeitas através de subsídios, cheques-desempregos ou pagamento de gordas pensões aos aposentados. Alguns países podem até se dar ao luxo de importar empregados para cuidar da limpeza pública, remoção de detritos contaminados de hospitais etc. Na medida em que estes fluxos diminuem por algumas circunstâncias – como, por exemplo, o surgimento de uma nova ameaça asiática –, o abalo da nova classe burguesa, acostumada ao conforto e ao status, já não se conforma com os cheques magros do desemprego e exigem aqueles postos antes recusados. O recolhimento do lixo ou de detritos contaminados passam a ser disputados como ofícios dignos e bem remunerados. Acordos bilaterais com países de economia mais frágil passam a ser impostos para o devido retorno de seus cidadãos aos países de origem.

O papel do indivíduo e sua conseqüente autonomia passam a preponderar na cultura do cotidiano. Valores tidos até então como absolutos passam a ruir; muros intransponíveis passam a ser rompidos com imagens do cotidiano de outros países captadas por pequenas antenas parabólicas.

O que parece paradoxal é reconhecidamente uma integração sistêmica: individualização e glo-

balização passam a ter conceitos e entendimentos complementares. A individualização depende cada vez mais de uma globalização e vice-versa. Existe uma relação clara, diretamente proporcional e biunívoca entre estes dois conceitos.

Para que um simples sistema de trânsito funcione, é imprescindível que o indivíduo tenha o “conhecimento básico” do que significa cada uma das cores de um sinal luminoso. Por outro lado, para que este indivíduo possa adquirir este conhecimento básico, também é imprescindível que exista um

O que parece paradoxal é reconhecidamente uma integração sistêmica: individualização e globalização passam a ter conceitos e entendimentos complementares.

sistema educacional funcionando de maneira eficaz.

Este ciclo irreversível tem componentes que necessitam ser refletidos e analisados para que os conceitos ditos universais não sejam entendidos mais uma vez como fatores determinantes de uma nova barbárie para países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, trazendo condições cada vez menos dignificantes ao ser humano.

Integração econômica e bem-estar

O objetivo fundamental da atividade econômica é o aumento do bem-estar. Para avaliar se a integração é ou não desejável, torna-se

necessário considerar a forma como a integração econômica contribui para o bem-estar da sociedade.

O conceito de bem-estar é muito subjetivo. Dificuldades de comparação entre pessoas sobre o conceito de bem-estar é um dos obstáculos. Porém, utilizaremos o conceito de Bela Balassa, em seu livro “Teoria da integração econômica”: “O aumento de bem-estar de um indivíduo se realiza quando não se verificar nenhuma diminuição do bem-estar de quaisquer membros do grupo.”

No caso da globalização, o bem-estar econômico será afetado por: (a) uma variação na quantidade de bens produzidos; (b) uma alteração no grau de discriminação entre produtos fabricados internamente e no estrangeiro; e (c) uma redistribuição do rendimento dentro de cada país. A opinião de Cournot é bastante significativa: “Não basta que o rendimento nacional aumente e que ‘algumas pessoas’ ganhem mais do que outras perdem: os princípios de equidade não permitem que as atuações da autoridade pública tendam por si a aumentar a desigualdade natural das condições.”

Não é possível apregoar um aumento do bem-estar mundial se o aumento do rendimento real de países desenvolvidos for maior do que as perdas dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Fatores de infra-estrutura básica respondem pela eficiência dinâmica de resultados: o progresso tecnológico dos países do Primeiro Mundo, as incertezas e inconsistências das decisões econômicas de países inflacionários, a distribuição dos investimentos etc. Rosenstein-Rodan, em seu livro “Les besoins des capitaux des pays sous-développés”, estima que de 70 a 80% das necessidades de capital das regiões subdesenvolvidas seriam destinadas às infra-estruturas econômicas e sociais, pois estas infra-estruturas e as relações

interindustriais desempenham, sem dúvida, um papel importante no desenvolvimento regional, ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos, onde as diferenças inter-regionais e sociais são bem menores.

Se a principal finalidade da integração econômica ou globalização é o aumento do bem-estar, não só o aumento do rendimento nacional per capita, mas também as disparidades inter-regionais terão que ser consideradas ao serem avaliados os efeitos de diferentes políticas. O pleno emprego e a estabilidade são os objetivos de uma globalização. As transferências de rendimentos de regiões desenvolvidas para as regiões subdesenvolvidas podem ser benéficas se aplicadas no desenvolvimento produtivo, ao contrário das aplicações especulativas, onde se verificam transferências de rendimentos de países subdesenvolvidos para os mais desenvolvidos.

A globalização surge não só da necessidade destes novos mercados de consumo de produtos mas também – e principalmente – pela globalização financeira. Hoje os montantes transacionados superam em centenas de vezes todo o volume de trocas mercantis. O grande capital necessita de uma grande velocidade de deslocamento e isto obriga os governos do Primeiro Mundo a buscar a retirada de empecilhos para as transações das elites capitalistas. O deslocamento atual de capitais nas bolsas de ações do mundo superam muitas vezes as transações de importações e exportações de bens.

Estes ganhos de capitais se deslocam para os “paraísos fiscais” para que as rentabilidades de seus acionistas não sejam comprometidas. Infelizmente, este trânsito de capitais pouco ou nenhum emprego gera nos países por onde andam. Mas a globalização de uma economia é necessária para frutificar operações desta natureza.

A globalização surge não só da necessidade de novos mercados de consumo de produtos mas também – e principalmente – pela globalização financeira.

Neste cenário de globalização, outras diferenças merecem uma reflexão mais aprofundada: são as que se referem a salários e impostos.

As diferenças de salários por si só não indicam quaisquer vantagens ou desvantagens no comércio internacional. Economistas têm ensinado que os custos salariais não representam hoje fator preponderante sobre os preços. A produtividade, a tecnologia aplicada, os cus-

tos sobre o capital e outros elementos são fatores muito mais relevantes. O capital mover-se-á para uma indústria onde os salários mais elevados sejam compensados por uma produtividade mais elevada do trabalho.

A comparação dos encargos sociais deve ser considerada em função dos usos a que são destinadas as receitas de impostos. Receitas fiscais, por exemplo, gastas em fins produtivos tais como redes de estradas de ferro, tornariam o volume dos encargos menores; financiamento aos esquemas de previdência social tornaria os aposentados em massa de consumidores; um esquema educacional de maior eficácia daria condições mínimas de acesso ao conhecimento – este sim o maior ingrediente de disparidades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos – e fariam com que o volume de encargos pagos se transformasse em contribuições funcionais e desenvolvimentistas tanto para as empresas quanto para todo o país.

Para demonstrar que o conhecimento se tornou o grande “astro” da globalização, basta que verifi-



quem os resultados da reunião do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) em recente rodada de negociações comerciais conhecida como Rodada do Uruguai. Nesta rodada, os países desenvolvidos e responsáveis pelas formulações políticas em todo o mundo apontaram os problemas emergentes no campo da proteção à propriedade intelectual do comércio de serviços e dos investimentos como um dos focos principais de ação

Estes países, que sempre receberam “tratamentos” especiais das nações industrializadas, não precisam desempenhar um papel mais agressivo e responsável.

global. Para conjugar este esforço, foram incluídos um número maior de países em desenvolvimento no GATT. Estes países, que sempre receberam “preferências” unilaterais e “tratamentos” especiais das nações industrializadas, vão precisar rever suas posições tradicionais e desempenhar um papel mais agressivo e responsável.

Segundo Horkheimer, “a valorização do conhecimento, detida nas mãos de uma elite, processa um sistema de divulgação de conceitos de globalização muito diferenciados. O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado, ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam, uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face

dos poderes econômicos. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade de massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados. A elevação do padrão de vida de classes inferiores, materialmente considerável e socialmente lastimável, reflete-se na difusão hipócrita do espírito. A enxurrada de informações precisas e diversas assépticas desperta e idiotiza as pessoas ao mesmo tempo.”

Histórico da globalização

O processo de globalização teve sua origem a partir de 1913, quando o aumento de restrições e de pagamentos fez com que as importações de países industrialmente desenvolvidos da Europa se desviasse das economias evoluídas para as menos evoluídas que não eram especializadas em produtos manufaturados. Durante o período 1913-38, o volume de produção de bens na Europa aumentou 32%, enquanto que o comércio no interior da Europa diminuiu 10%. Portanto, a formação de uma União Européia pôde ser encarada como uma possível solução para a reintegração das economias européias.

Até a Segunda Guerra Mundial, não se iniciaram uniões econômicas significativas devido aos obstáculos políticos. Atingiu-se um certo grau de integração durante a Segunda Guerra quando os nazistas procuraram integrar, do ponto de vista econômico, a Alemanha com os países satélites e os territórios ocupados. A integração econômica surgiu como uma forma de expansão imperialista.

Precedido pela experiência da comunidade européia do carvão e do aço, o Mercado Comum Europeu nasceu oficialmente com o Tratado de Roma assinado em 1957 pelos países do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), a França, a República Federal da Alemanha e a Itália.

Em 1960, seis países sul-americanos – Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai e México – assinaram um acordo para o estabelecimento da Associação de Comércio Livre Latino-americana. Enquanto isso, quatro países da América Central – São Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua – assinavam um tratado criando o Mercado Comum da América Central. O mesmo ocorreu nas Índias Ocidentais, no continente asiático e na África entre os diversos novos países independentes.

Para os países subdesenvolvidos, esta pretensa integração surgiu como consideração primordial para a dinamização de seu crescimento econômico, pois foram criados programas de industrialização para o aproveitamento de economias de escala que não são possíveis nos reduzidos mercados nacionais. O estabelecimento de uma união deveria intensificar o desenvolvimento econômico através do aumento do poder de negociação e da redução da vulnerabilidade externa dos países-membros.

Infelizmente, esta “pretensa” integração está totalmente dependente de desenvolvimentos tecnológicos, o que faz com que estes blocos sirvam de base para o estabelecimento de normas globais de qualidade e ambientação (como, por exemplo, a ISO 9000 e avaliações do meio ambiente) e adotem parâmetros balizadores com interesses específicos de países desenvolvidos.

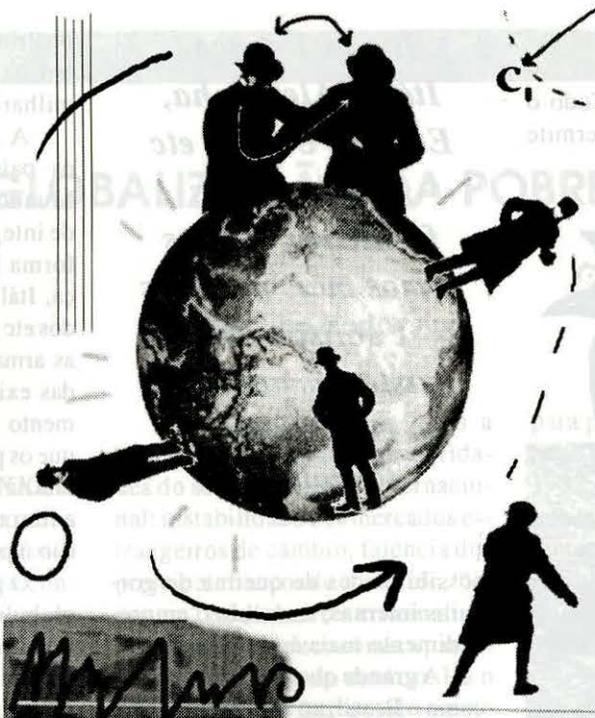
Economia mundial

Hoje, o comércio mundial de bens e o comércio de serviços são muito maiores do que a alguns anos atrás: juntos, faturam de US\$ 2,5 a US\$ 3 trilhões por ano. Mas o mercado londrino do eurodólar – onde as instituições financeiras do mundo tomam emprestado e emprestam entre si – movimenta US\$ 300 bilhões por dia útil

ou US\$ 75 trilhões por ano, volume 25 vezes superior ao do comércio mundial de bens e serviços. Além disso, há transações com moeda estrangeira nos principais centros monetários do mundo que alcançam perto de US\$ 150 bilhões ou cerca de US\$ 35 trilhões por ano, ou seja, 12 vezes o comércio mundial de bens e serviços.

As grandes nações têm se utilizado da economia internacional de maneira sem precedentes para evitar ter que enfrentar problemas internos desagradáveis: os Estados Unidos elevaram suas taxas de juros para atrair capital estrangeiro e evitar atacar a questão do déficit; os japoneses estimularam as exportações para manterem o emprego apesar da lentidão com que caminha sua economia interna. Esta política da economia internacional é também fator da extrema volatilidade e instabilidade dos fluxos de capital e das taxas de câmbio.

Peter Drucker, em seu artigo "A economia mundial transformada", afirma que "a teoria econômica ensina que fatores de vantagem comparativa da economia real – custos comparativos da mão-de-obra e produtividade do trabalho, custos de matérias primas, da energia, do transporte etc – determinam as taxas de câmbio. Praticamente todos os negócios baseiam suas políticas nesta noção. Entretanto, cada vez mais são as taxas de câmbio que decidem como os custos do trabalho no país A se comparam com os mesmos custos no país B. As taxas de câmbio são, portanto, um custo comparativo e totalmente fora do controle do mundo empresarial. Qualquer empresa participante da economia internacional tem que se dar conta



de que está em dois negócios ao mesmo tempo: não somente fabrica bens (ou fornece serviços), mas é também uma entidade financeira. Não pode descuidar-se das duas coisas."

Otmar Emminger, ex-dirigente do Banco Central da República Federal da Alemanha, confirma a visão de Drucker ao sustentar a tese de que "a taxa de câmbio do dólar, as taxas de juros dos Estados Unidos e a taxa de crescimen-

Acreditamos que um dos aspectos preponderantes, quando estudamos e analisamos qualquer fenômeno econômico, é que ele seja avaliado do ponto de vista de suas repercussões internas.

to da economia dos Estados Unidos são as três influências mais poderosas sobre a evolução econômica e financeira do mundo".

Daqui por diante, prossegue Drucker, "qualquer país ou qualquer negócio, especialmente os grandes que desejem prosperar, terá que admitir que a economia mundial é que exerce a liderança e que as políticas econômicas domésticas serão bem sucedidas somente se fortalecerem, ou pelo menos não prejudicarem, a posição competitiva internacional do país. Isto pode ser a mais importante – decerto é a mais surpreendente – característica do processo de transformação da economia mundial."

Conclusões

Acreditamos que um dos aspectos preponderantes, quando estudamos e analisamos qualquer fenômeno econômico, é que ele seja avaliado do ponto de vista de suas repercussões internas. Nem sempre os mesmos "remédios" produzem os mesmos efeitos. Os organismos fortes comportam-se de modo diferenciado dos fracos e uma dose normal para um pode ser fatal para o outro.

Parece-nos que a "globalização" seja um caminho natural e um processo interativo histórico das nações desenvolvidas no sentido de proporcionar às suas sociedades um maior "bem-estar", um melhor "bem-estar" para todos.

É também compreensível que a força de uma mídia mundial atue no sentido de alargar os horizontes e as fronteiras de seus países. Também nos parece que o processo da globalização tem características

bastante positivas no que se refere à dinamização de processos e melhorias de eficiências. Todo o sistema aberto de trocas permite



uma interação mais dinâmica com novas tecnologias, novos conceitos de medição de produtividade e

***Japão, França,
Itália, Alemanha,
Estados Unidos etc
guardam suas
fronteiras com as
armas mais potentes
e sofisticadas
existentes até hoje:
o conhecimento
tecnológico.***

possibilidades de queima de gorduras internas, tornando o empreendimento mais ágil e enxuto.

A grande questão para um país como o Brasil, ao se defrontar com estes novos paradigmas, é de que nossa infra-estrutura social é extremamente débil em relação aos países desenvolvidos. Uma abertura "total" como a apreçada pela "onda da modernidade" e inserção

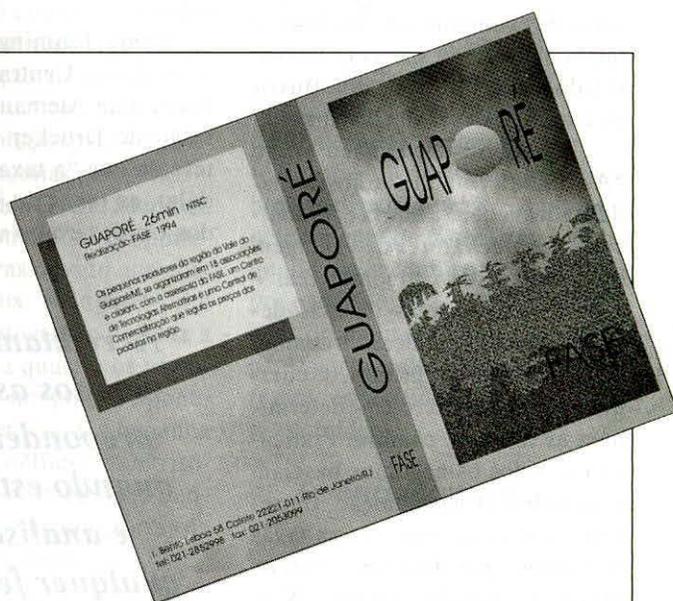
no Primeiro Mundo pode provocar um naufrágio ou afogamento de milhares de empregos.

A conduta histórica de todos os países do chamado Primeiro Mundo mostra-nos que o processo de integração econômica se deu de forma lenta e gradual. Japão, França, Itália, Alemanha, Estados Unidos etc guardam suas fronteiras com as armas mais potentes e sofisticadas existentes até hoje: o conhecimento tecnológico. Não foi à toa que os países desenvolvidos colocaram na Rodada do Uruguai do GATT a sua principal reivindicação: proteção à propriedade intelectual.

O primeiro passo para a nossa globalização será a abertura total e sem nenhuma restrição de fronteiras à massa de milhões de brasileiros miseráveis, desempregados e subempregados que ainda insistem em ser cidadãos do mundo. Isto só será possível quando o SER tiver o básico e fundamental para a sua autonomia : Saúde, Educação, Renda. 🌐

GUAPORÉ

Na região do Vale do Guaporé (MT), os camponeses protegem a terra do desgaste e da infertilidade utilizando técnicas alternativas de produção, baseadas na diversificação de culturas. Este vídeo apresenta os projetos agroflorestais desenvolvidos pelo Centro de Tecnologia Alternativa e pela Equipe Fase, voltados para a capacitação destes pequenos produtores reunidos em 18 associações agrícolas. Mostra também o funcionamento da Central de Comercialização, que os pequenos produtores criaram para eliminar o atravessador e que vem funcionando também como reguladora de preços, e o debate sobre o acesso aos fundos de crédito agrícola.



U-MATIC, 26', 1994, NTSC

Direção: Alberto Lopes Mejia

Produção: FASE/Programa de Investigação e Comunicação

Preço: R\$ 21,00 (despesas com correio não incluídas)

A GLOBALIZAÇÃO DA POBREZA

Michel Chossudovsky

Introdução

Na aurora do século XXI, a economia global se encontra numa perigosa encruzilhada. O processo da reestruturação econômica conduziu o mundo em desenvolvimento à fome e ao brutal empobrecimento de grandes parcelas da população, enquanto contribuiu para a “terceirmundização” dos países do antigo bloco do Leste. Esta nova ordem financeira internacional se alimenta de baixos salários e da pilhagem ao meio ambiente. No Sul, no Leste e no Norte uma minoria social acumulou enormes quantias de riqueza.

Os líderes do G-7 (grupo formado pelos sete principais países desenvolvidos) têm fracassado no tratamento das causas estruturais e na avaliação das conseqüências sociais da crise. A visão dominante entre os economistas neoliberais é de que a recessão está marcada por uma “curva descendente cíclica e temporária” e que o mecanismo do “livre” mercado finalmente assegurará a recuperação econômica.¹ Por outro lado, a pobreza, a fome e a eclosão de guerras civis através do mundo são postos de lado como algo quase “inevitável” e “próprio” dessas sociedades em transição, constituindo-se em “um estágio doloroso na sua evolução de um Estado de Partido Único em direção à democracia e ao livre mercado”. Nenhuma conexão é feita entre o colapso das economias nacionais e o subjacente processo de reestruturação global.

A crise global afeta tanto a economia real quanto as atividades do setor financeiro internacional: instabilidade dos mercados estrangeiros de câmbio, falência dos principais bancos de comércio, “lavagem” de dinheiro e criminalização da atividade econômica passaram a fazer parte do cenário. Há o perigo real de um desabamento financeiro global, particularmente em face à ausência de uma regula-

***Ironicamente, a
globalização da
pobreza ocorre em
época de notável
progresso tecnológico
nas áreas da
engenharia de
produção,
telecomunicações,
computadores e
biotecnologia.***

ção pública eficaz sobre as instituições financeiras e as principais bolsas de valores. O principal “interruptor de circuito” (introduzido após a “Segunda-feira Negra”, em outubro de 1987, quando da quebra de Wall Street) – que consiste no “congelamento” do programa de negócios do computador quando a Dow Jones caiu mais de 50 pontos – mostrou-se ineficiente

para prevenir um desastre.² Cinco anos após, em 5 de outubro de 1992, numa explosão de pânico nos negócios em Wall Street, o “interruptor de circuito” mostrou-se ineficiente para prevenir uma quase repetição da quebra de 1987.

Além disso, diferente dos anos 20, as principais bolsas do mundo estão interconectadas através de redes de computador: instabilidade em Wall Street “derrama-se” sobre os mercados de ações da Europa e Ásia e, portanto, rapidamente permeiam todo o sistema financeiro, inclusive os mercados de câmbio e de commodities.

Excedente global

O aumento dos níveis de pobreza em todas as principais regiões do mundo não é atribuída a uma escassez dos recursos econômicos. Enquanto a capacidade produtiva é imensa, esta economia global de mão-de-obra barata se

1- A crença de que a recessão econômica é cíclica e não estrutural é reforçada pelos vários prognósticos de um crescimento econômico. Estes se baseiam, invariavelmente, numa extrapolação de tendências passadas.

2- Ver “Five years on, the crash still echoes”, *The Financial Times*, 9/10/1992.

MICHEL CHOSSUDOVSKY – Professor de Economia da Universidade de Ottawa.

afirma sobre elevados índices de desemprego e baixos salários. Ironicamente, a globalização da pobreza ocorre em época de notável progresso tecnológico nas áreas da engenharia de produção, telecomunicações, computadores e

***A fome não é
mais consequência
de "uma escassez de
comida". A fome
explode como uma
resultante direta da
superabundância
global de gêneros
alimentícios.***

biotecnologia. Enquanto aumentam dramaticamente as capacidades produtivas da economia, estas inovações de alta tecnologia reduzem significativamente, por toda parte, a necessidade de mão-de-obra na indústria e na agricultura. Novas linhas de montagem robotizadas são abertas enquanto demitem-se trabalhadores nas plantas existentes. Este empreendimento global minimiza mundialmente os custos com mão-de-obra através da sua habilidade de conectar-se (e subcontratar) com os lugares no mundo da produção de mão-de-obra barata: trabalhadores são demitidos em um país (de altos salários) e a produção é transferida para outro país (de baixos salários).

***Comprimindo a
capacidade de
consumo da sociedade***

Esta minimização mundial dos custos da mão-de-obra leva à compressão da capacidade de consumo da sociedade. A cada fase da crise, o movimento tem sido no sentido de um crescimento da ofer-

ta (mundial) e um declínio da demanda de consumo. Esta reestruturação promove uma estagnação da produção de bens e serviços de primeira necessidade e redireciona o sistema econômico no sentido de investimentos para "a economia do consumidor de alto padrão aquisitivo", que sustenta o estilo de vida de não mais que 15% da população mundial.

Neste contexto, a agricultura mundial, pela primeira vez na história da humanidade, tem capacidade para satisfazer as necessidades alimentares de todo o planeta. A fome, portanto, não é mais consequência de "uma escassez de comida". A fome explode como uma resultante direta da superabundância global de gêneros alimentícios. Desde os primórdios dos anos 80 os mercados de grãos estão desregulamentados sob a supervisão do Banco Mundial. Os excedentes norte-americanos e europeus são usados para destruir os produtores, independentes dos países em desenvolvimento e desestabilizar a agricultura nacional produtora de alimentos. Ademais, o processo de "modernização" da agricultura (incluindo a Revolução Verde) tem levado à expropriação dos camponeses, ao crescimento dos sem-terra e à degradação do meio ambiente.

A "agricultura nacional" está insidiosamente debilitada em todo o mundo em desenvolvimento; a segurança alimentar e os agricultores independentes estão subordinados às exigências dos monopólios globais de alimentos.

***Em direção a uma nova
ordem social***

À medida que a recessão se aprofunda, a economia mundial se vê ameaçada por um punhado de bancos internacionais e monopólios globais. Estes poderosos interesses industriais e financeiros estão entrando em conflito crescente

com os interesses da sociedade civil. O desenho da política macroeconômica dos Bancos Centrais do G-7 e as instituições financeiras internacionais sediadas em Washington dão suporte a estes interesses financeiros e sancionam o progresso dos monopólios privados: o grande capital destrói o pequeno capital em todas as suas formas. Com o impulso na direção da formação de blocos econômi-

***Esta reestruturação
promove uma
estagnação da
produção de bens e
serviços de primeira
necessidade e
redireciona o sistema
econômico para o
consumidor de alto
padrão aquisitivo, não
mais que 15% da
população mundial.***

cos tanto na Europa quanto nos EUA, o empresariado regional e local foi extirpado, a vida na cidade se transformou e a propriedade individual de pequena escala foi eliminada. "Livre comércio" e integração econômica proporcionam mobilidade para a iniciativa global enquanto que, ao mesmo tempo, suprimem (através de taxaço e barreiras institucionais) o movimento do pequeno capital local.³

3- Por exemplo, enquanto as grandes multinacionais se movem livremente dentro da área de livre-comércio dos EUA, restrições tarifárias não permitem que o pequeno capital local de uma região no Canadá estenda suas atividades para outra região.

A “integração econômica” (sob a denominação de iniciativa global), enquanto demonstra uma aparente unidade política, freqüentemente promove o nacionalismo e contendas sociais entre e dentro de sociedades nacionais.

Evolução da crise global

A primeira fase desta crise global foi marcada pela queda dos preços dos artigos primários, pela crise da dívida e pelo empobrecimento do Terceiro Mundo. O poder de compra interno foi comprimido e os países devedores foram encorajados (sob a orientação do FMI) a reduzir internamente o poder de compra e produzir somente para o mercado dos países ricos. Como resultado, os artigos primários continuaram a cair e uma fatura de exportações industriais de baixos salários do Terceiro Mundo inundou o mercado mundial, deslocando importantes áreas de indústria leve nos países desenvolvidos.

Concomitantemente, os programas de “ajuste estrutural” impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento (como condição para a renegociação de suas dívidas externas) ocasionaram o empobrecimento de centenas de milhões de pessoas. Contrário ao espírito do acordo de Bretton Woods, que proclamava a “reconstrução econômica” e a estabilidade das principais cotações de câmbio, o programa de desajuste contribuiu grandemente para desestabilizar moedas nacionais e arruinar as economias dos países em desenvolvimento. Houve o colapso do poder de compra interno, a fome explodiu, os sistemas de saúde

e de educação estão falidos, milhões de crianças tiveram o seu direito à educação primária negado. Em diversas regiões do mundo em desenvolvimento, as reformas contribuíram para o ressurgimento de doenças infecciosas, inclusive da tuberculose, da malária e da cólera.

A segunda fase foi marcada pela quebra do bloco comunista e pela reinserção do Leste europeu e da ex-União Soviética no sistema global de mercado. O comércio entre os países do antigo Comecon (Conselho de Assistência Econômica Mútua), assim como entre o



À medida que a recessão se aprofunda, a economia mundial se vê ameaçada por um punhado de bancos internacionais e monopólios globais, cujos poderosos interesses industriais e financeiros estão entrando em conflito crescente com os da sociedade civil.

Terceiro Mundo e o antigo bloco de países comunistas, foi abortado. Em outras palavras, todo o sistema de comércio foi desmantelado, a produção foi reestruturada (sob a supervisão do FMI – Clube de Paris), a demanda interna foi brutalmente reprimida pela redução dos salários na ex-União Soviética (para menos de US\$ 10 por mês) e as exportações foram redirecionadas para os mercados do Oeste. O resultado foi um maior excedente de produtos primários e manufaturados, o que trouxe uma queda nos preços.

Com base nas experiências dos países do Terceiro Mundo, o mesmo “receituário econômico” foi imposto pelas instituições de Bretton Woods à Europa Oriental, Iugoslávia e ex-União Soviética, com conseqüências econômicas e sociais devastadoras.

A destruição das economias nacionais

Enquanto “a crise da dívida está oficialmente terminada”

– pelo menos do ponto de vista dos bancos internacionais e das instituições financeiras –, a chamada “década perdida” dos anos 80 se constitui para vários dos países devedores como o início de uma “terceira fase”: a da devastação econômica e social. Distúrbios urbanos na Venezuela, violência de castas na Índia, o recente aparecimento do Fundamentalismo Islâmico na Argélia, Tunísia e Egito, a rápida criminalização da atividade econômica na ex-União Soviética... Qual a relação entre o programa de ajuste estrutural do FMI-Banco Mundial que varreu o Sul e o Leste desde a segunda metade dos anos 70 e a subsequente

erupção, em diversas partes do mundo em desenvolvimento, de inquietação social, luta étnica, fundamentalismo religioso e guerra civil? Qual a relação entre a dívida global e a crise econômica mundial?

À primeira vista, nenhuma relação porque a mídia ocidental obscureceu e cuidadosamente distorceu as causas internas do colapso político e social. Guerra civil na Somália, Iugoslávia e Ruanda: a cronologia da ajuda humanitária e a intervenção militar são brilhantemente retratadas, uma agenda exata das Nações Unidas para a “manutenção da paz” e uma “diplomacia preventiva” são descritas enquanto são alardeadas nas telas de TV do mundo inteiro a propagação da fome e as péssimas condições em que se encontra a população civil... Enquanto o G-7 retoricamente lastima a derrogação dos direitos humanos fundamentais, nenhuma ligação é estabelecida entre a erupção da guerra civil e a desintegração anterior do Estado pelo peso do serviço da dívida externa e do ajuste estrutural, nem a mais remota conexão com a habitual interferência dos credores ocidentais nos assuntos internos desses Estados é feita...

O colapso do Estado na Somália se deu em grande medida como resultado de um programa de austeridade imposto pelo FMI no início dos anos 80 para inviabilizar que Mogadisho cumprisse com suas obrigações frente aos credores oficiais do Clube de Paris. A afluência da ajuda alimentar norte-americana e o *dumping* do excedente de grãos também desempenharam um papel fundamental para a desestabilização da agricultura na Somália.

Na Iugoslávia, o primeiro programa de ajuste implementado pouco tempo antes da morte do Marechal Tito “desencadeou um massacre econômico e político”... Crescimento econômico mais len-

Contrário ao espírito do acordo de Bretton Woods, o programa de desajuste contribuiu grandemente para desestabilizar moedas nacionais e arruinar as economias dos países em desenvolvimento.

to, acumulação da dívida externa e desvalorização levaram a uma queda do padrão de vida do iugoslavo médio... A crise econômica ameaçou a estabilidade política... também agravou as tensões étnicas que estavam a ponto de estourar.”⁴ As aspirações separatistas na Eslovênia e na Croácia ganharam impulso fruto do colapso do padrão de vida e do enfraquecimento do sistema do Estado (federal) durante o programa de ajuste estrutural.

O exemplo de Ruanda

Sob vários pontos de vista, Ruanda era considerada “um modelo bem sucedido” de desenvolvimento rural integrado. A anulação da política governamental local de auto-suficiência e segurança alimentar (ordenada pelas instituições de Bretton Woods) e a queda dos preços internacionais do café em 1989 levaram ao empobrecimento massivo dos pequenos fazendeiros. Esta deterioração econômica, aliada às reformas macroeconômicas impostas pelas instituições de Bretton Woods, exacerbaram as tensões étnicas e aceleraram o processo do colapso político... A desvalorização do franco ruandês ordenada pelo FMI foi implementada seis semanas

após o início da guerra civil em outubro de 1990 e foi apresentada para a opinião pública como o caminho para a reabilitação da economia do país destruída pela guerra. Não é de espantar que se tenha conseguido exatamente o efeito contrário, exacerbando a guerra civil. De uma situação de relativa estabilidade dos preços, a queda do franco ruandês contribuiu para disparar a inflação e aumentar a perda do poder de compra real dos salários. A situação da balança de pagamentos deteriorou dramaticamente e a projeção da dívida externa aumentou 34% entre 1989 e 1992. O aparelho administrativo do Estado desorganizou-se, as empresas estatais foram levadas à falência e os serviços públicos entraram em colapso.⁵ A saúde e a educação ruíram sob a pressão do FMI por medidas de austeridade.

A crise econômica chegou ao seu clímax em 1992 quando os fazendeiros ruandeses em desespero arrancaram 300 mil pés de café.⁶ Apesar da elevação dos preços domésticos, o governo havia congelado o preço de venda do produtor de café no patamar de 1989 (RFR\$ 125/kg) segundo os termos do acordo realizado com as instituições de Bretton Woods. A crise da economia cafeeira rebateu na produção dos gêneros alimentícios tradicionais levando a uma queda substancial na produção de mandioca, feijão e sorgo... O siste-

4- Sean Gervasi, “Germany, US and the Yugoslav crisis”, *Covert Action*, n° 43, Winter 1992-93.

5- World Bank, *World Debt Tables, 1993-94*, Washington DC, p.383. A dívida de Ruanda aumentou mais de 400% desde 1980 (passou de US\$150,3 milhões em 1980 para US\$804,3 milhões em 1992).

6- Esta é uma estimativa conservadora. Economist Intelligence Unit, *Country Profile, Rwanda Burundi 1993/94*, Londres, 1994, p.10.

ma das cooperativas de poupança e empréstimo que fornecia créditos para os pequenos fazendeiros também havia se desintegrado. A liberalização do comércio e a desregulamentação dos mercados de grãos (segundo as recomendações das instituições de Bretton Woods), a importação (pesadamente subsidiada) de comida barata e ainda a ajuda alimentar dos países ricos que estava entrando em Ruanda desestabilizaram os mercados locais.

Sob o sistema do “mercado li-

***A política
macroeconômica tem
transformado as
economias nacionais
em territórios
economicamente
abertos, criando as
condições para a
desintegração de
nações inteiras.***

vre” imposto a Ruanda, nada era economicamente viável. Todo o sistema agrícola foi empurrado para a crise, o aparato administrativo do Estado estava em desordem por causa da guerra civil mas também como resultado das medidas de austeridade e queda dos salários dos servidores públicos... Esta situação contribuiu inevitavelmente para exacerbar o clima de insegurança generalizado que iniciara em 1992...

Crescimento do mercado negro

A evidência (a partir do estudo de um grande número de países) confirma que a manipulação das forças do mercado sob a orientação das instituições financeiras sediadas em Washington tem contribuído para distorcer as relações sociais fundamentais e descontrolar o tecido das instituições políticas nacionais. O programa de reforma econômica do FMI enriquece um pequeno segmento da sociedade às custas da grande maioria da população, inclusive dos grupos de renda média. Encoraja a corrupção nos escalões mais altos da burocracia do Estado, enquanto favorece a consolidação de uma nova elite social fortemente comprometida com o Consenso de Washington. A pobreza e o desemprego geram inquietação social; o colapso do padrão de vida que acompanha o “receituário econômico” do FMI exacerba as tensões e divisões sociais dentro das sociedades nacionais. Apesar do programa de ajuste estrutural não poder ser diretamente responsabilizado, ele tende a criar um ambiente favorável ao divisionismo político, à insegurança social e ao colapso da sociedade civil.

A política macroeconômica crescentemente tem transformado as economias nacionais em territórios economicamente abertos, criando as condições para a desin-



tegração de nações inteiras. O mercado interno é substituído pelas importações e o setor exportador desintegra-se como resultado da queda dos preços de commodities. A produção e a comercialização ilícitas tornam-se “o setor dominante” bem como a principal fonte de operações cambiais no exterior. Em outras palavras, o vácuo criado na economia legal e o conseqüente colapso do padrão de vida tendem a encorajar em vários países em desenvolvimento o surgimento e o fortalecimento de uma “economia alternativa” com base no mercado de drogas, além de uma série de atividades ilícitas.

Esta reestruturação da economia real (nacional e mundial) também é acompanhada por uma profunda mudança no sistema monetário mundial. As reformas macroeconômicas não só contribuem para a reestruturação da economia real como também favorecem a remoção das barreiras para movimentação do dinheiro no sistema bancário internacional. As reformas nos mercados internacionais de dinheiro (incluindo o desenvolvimento de transferências eletrônicas e a desregulamentação dos mercados de câmbio de moeda estrangeira) tendem a facilitar a circulação e a reciclagem do dinheiro sujo e ilícito no sistema bancário internacional. Os principais bancos comerciais internacionais não só se constituem em meio para a lavagem de dinheiro como também fornecem crédito aos agentes do comércio ilegal (frequentemente em detrimento da agricultura e da indústria legais).

O caixa dois e a lavagem do dinheiro sujo em âmbito mundial tornaram-se fatores inerentes ao sistema bancário internacional. As atividades legais e ilegais estão cada vez mais interliga-

das. O comércio ilícito permeia o tecido das operações financeiras e dos negócios bem como os organismos de poder do Estado. Reciprocamente, as atividades legais investem na economia criminal através da aquisição de bancos, companhias comerciais etc envolvidos na lavagem do dinheiro sujo e/ou ligados diretamente com organizações criminosas. A evidência sugere que estes últimos também exercem controle sobre os principais interesses bancários. O processo opera nas duas direções: as organizações criminosas (com

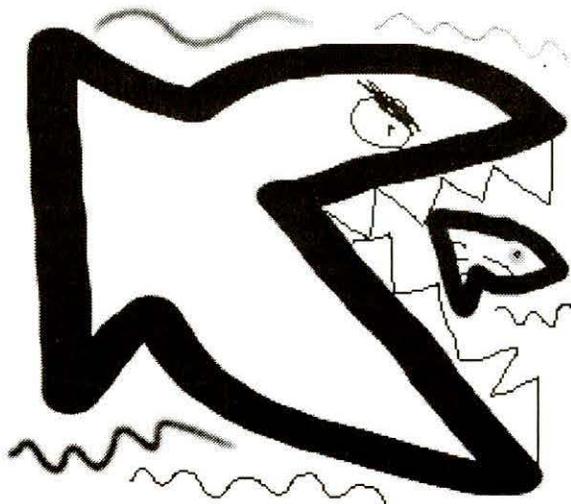
interesses na narco-economia e comércio ilegal) adquirem massas falidas de bancos e indústrias na economia legal e, ao mesmo tempo, interesses financeiros e econômicos legais passam a ter suporte financeiro na economia ilegal.

Este processo também afeta a estrutura do Estado nacional: políticos proeminentes e o primeiro escalão dos governos nacionais devem obediência às organizações criminosas. Há uma distorção nas relações políticas e sociais que traz conseqüência direta na formulação das políticas públicas e, inclusive, na articulação da reforma macroeconômica. As organizações criminosas envolvidas no comércio ilícito cada vez mais se constituem em um poderoso lobby secreto que opera em âmbito nacional e internacional, influenciando na extensão e na direção das políticas governamentais.

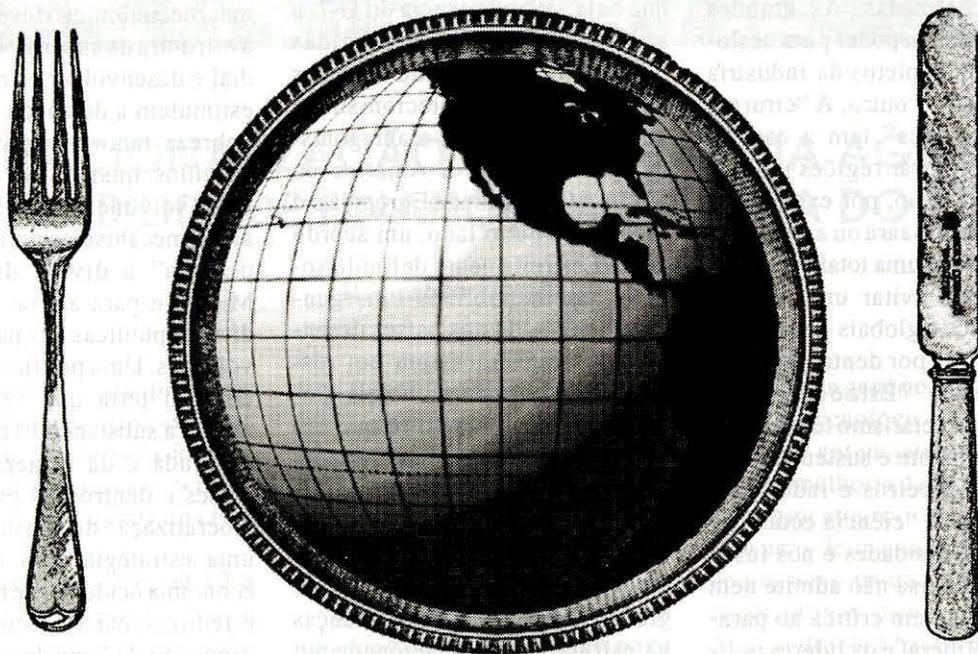
As organizações criminosas envolvidas no comércio ilícito cada vez mais se constituem em um poderoso lobby secreto que opera em âmbito nacional e internacional, influenciando na extensão e na direção das políticas governamentais.

A crise fiscal do Estado

A crise global se alimenta da dívida. O aumento da dívida é um elemento essencial do sistema global que tem um impacto profundo na estrutura do Estado. Tanto nos países ricos quanto nos pobres, o Estado tornou-se insolvente como resultado de suas próprias políticas monetárias. A desobrigação em relação aos recursos humanos e materiais exacerba a crise fiscal através da falência das empresas e de um crescente desemprego e ameaça a arrecadação de impostos do Estado que se encontra em perigo, isto é, a queda na arrecadação e o de-



7- Ver Michel Beaud, *Histoire du Capitalisme, 1500-1980*, Editions du Seuil, Paris, 1981, cap.4.



sempre levam a uma queda nos rendimentos públicos. Por outro lado, o peso dos investimentos do Estado direcionado para os desempregados e os socialmente destituídos tem crescido dramaticamente durante a crise econômica. Ao longo da década de 80, nos países em desenvolvimento, uma grande parte das “perdas financeiras das empresas” negociadas em fusões de companhias e aquisições foi invariavelmente “financiada” pelo Estado através de generosas anistias de impostos, o que contribuiu para o aprofundamento da dívida pública. Ao invés de arrecadar os impostos das empresas, o Estado “paga um tributo” ao setor empresarial na forma de isenção fiscal e empréstimos. Por outro lado, uma grande parcela do erário público coletado em cima dos impostos cobrados do setor assalariado é direcionado ao pagamento dos serviços da dívida, isto é, os impostos coletados pelo Estado são “devolvidos” aos bancos comerciais e instituições financeiras. Com uma dívida pública elevada, o Estado é empurrado a operar como um receptor.

***Tanto nos países
ricos quanto
nos pobres,
o Estado tornou-se
insolvente como
resultado de suas
próprias políticas
monetárias.***

A crise fiscal está também diretamente relacionada ao processo de evasão de impostos. Os interesses industriais e financeiros globais usam o sistema bancário internacional e os vários “paraísos fiscais” do mundo para burlar sistematicamente o pagamento dos impostos estatais. Bilhões de dólares de dinheiro “sujo” (que escapam da taxação) são depositados nas contas das subsidiárias e das corporações fantasmas nos paraísos fiscais. A ausência de um controle efetivo e de uma política intergovernamental regulatória combinada com as novas tecnologias bancárias tendem a facilitar o crescimento da chamada caixa dois.

**Existe uma
política econômica
alternativa?**

Quais são as perspectivas para o século XXI? Qual será a consequência da crise? É necessário ter-se um sentido histórico para responder a estas perguntas. O capitalismo passou por duas “grandes depressões” anteriores: a de 1873-96 (iniciada com a quebra da bolsa de valores de Viena em 1873 e a falência dos bancos na Alemanha) e a de 1930⁷. Entretanto, a economia mundial hoje é extremamente mais complexa. Basta vermos que a magnitude da superprodução global não encontra precedentes na história. A revolução tecnológica (combinada com a reestruturação) baixou dramaticamente os custos da produção ao mesmo tempo em que empobreceu milhões de pessoas. Em outras palavras, as forças da recessão global são significativamente mais profundas, mais extensas (incidem simultaneamente sobre todas as principais regiões do mundo) e mais prejudiciais que as de 1930. A política econômica e as decisões sobre a produção estão

internacionalizadas. As grandes corporações têm poder para deslocar ramos completos da indústria de um país para outro. A "cirurgia macroeconômica" tem a capacidade de empurrar regiões inteiras do mundo (como, por exemplo, a África do Sub-Saara ou a ex-União Soviética) para uma total pobreza...

Podemos evitar um desastre de dimensões globais através de "uma reforma por dentro do sistema econômico"? Esta é uma tarefa difícil. O monetarismo tem se afirmado fortemente e sustenta os interesses financeiros e industriais dominantes. A "ciência econômica" nas universidades e nos institutos de pesquisa não admite nem discordância nem crítica ao paradigma neoliberal e os líderes políticos do G-7 continuam a aceitar cegamente o dogma monetarista.

Talvez com exceção do Japão, não há à vista nenhuma evolução na política macroeconômica. Ademais, na economia global de hoje, estes "pacotes de socorro" em favor das empresas doentes tendem a encorajar os concorrentes a imporem barreiras tarifárias. A não ser

que haja a concordância do G-7, a adoção unilateral de medidas "expansionistas" pode resultar numa onda de protecionismos, guerras de comércio e antagonismo político entre a América do Norte, a Comunidade Européia e o Japão. Por outro lado, um acordo do G-7 estreitamente definido sobre "gastos públicos emergenciais", centrado nos países desenvolvidos que fracassam em responder à lógica da economia global do trabalho barato (e que exclui os países em desenvolvimento), não pode se constituir numa "solução" para a crise. São necessárias reformas fundamentais no modo de operar do capitalismo global, inclusive com mudanças na estrutura e no funcionamento das grandes corporações, com novas regras concernentes ao comércio internacional, ao direito de propriedade intelectual e ao fluxo de capital entre os países ricos e pobres, ou seja, uma "democratização dos Bancos Centrais do G-7 e uma total reformulação do GATT e das instituições de Bretton Woods. De outro lado, a política

macroeconômica deve responder à estrutura da superprodução mundial e desenvolver estratégias que estimulem a demanda e aliviem a pobreza tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. São necessários ainda mecanismos para dar "como perdida" a dívida do Terceiro Mundo e para aliviar o peso das dívidas públicas dos países desenvolvidos. Uma política alternativa também teria que responder de maneira substancial à distribuição da renda e da riqueza (entre os países e dentro dos países): "democratização do consumo", isto é, uma estratégia para restringir a economia ocidental de bens de luxo e redirecionar os recursos para a produção de bens de consumo essenciais e serviços sociais.

Este programa é politicamente factível? À medida em que a crise econômica se aprofunda, estreitam-se crescentemente os caminhos políticos disponíveis. E frente à ausência de reformas sócio-econômicas fundamentais, um desastre mundial parece quase inevitável. (Traduzido por Sandra Mayrink Veiga) 🌐

Assine já a revista **PROPOSTA**

**Envie o
cupom
para:**

Revista PROPOSTA
R. das Palmeiras, 90
CEP: 22270-070
Rio de Janeiro - RJ

**Ou faça sua
assinatura pelo
telefone:**
(021) 286-1598

CUPOM DE ASSINATURA

Cheque nominal à FASE Vale Postal - Ag. Botafogo

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

CEP: _____

Cidade: _____

Estado: _____

Profissão: _____

Tel/Ramal: _____

Data: _____

Área de interesse: Sindicalismo Questões rurais Questões urbanas
 Comunicação Ecologia Outros

Assinatura Anual

Número Avulso

Exterior

R\$ 20,40

R\$ 6,00

US\$30.00

INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA AGRAVA A VULNERABILIDADE FINANCEIRA EXTERNA DO BRASIL

Reinaldo Gonçalves

PROPOSTA – Já podemos falar de colapso ou fracasso das políticas de ajuste com âncora cambial, pelo menos em termos de médio prazo, a partir da crise mexicana?

REINALDO GONÇALVES

– A estabilização macroeconômica com base em âncora cambial e abertura financeira tem fôlego curto e envolve grandes riscos visto que depende do nível de liquidez internacional (isto é, do volume de dinheiro disponível no mundo). Na realidade, o fôlego da âncora cambial é tão curto quanto menor é a liquidez internacional. México, Argentina e outros tiveram um fôlego mais longo porque a recessão mundial significou uma extraordinária oferta de capital estrangeiro. Quando há uma reversão do quadro recessivo internacional a partir do final de 1993, os fluxos de capitais começam a se retrair e, como resultado, há uma crise ou uma pressão forte sobre o balanço de pagamentos, de forma que a sobrevalorização cambial fica insustentável.

Contrariamente ao que vem sendo divulgado, a situação brasileira é pior que a do México, quando este iniciou o processo de ajuste em 1989. Isto porque a introdução da âncora cambial no Brasil ocorre quando a liquidez internacional está se reduzindo e os juros internacionais aumentando. O resultado é que o fôlego da âncora cambial no Brasil é muito curto. Se o governo não mudar a sua política, a âncora deve se romper

num futuro não muito distante. E, como sempre, o governo vai tentar ancorar o ajuste nos salários, via congelamento ou uma política salarial que envolva perdas ainda maiores para o trabalhador.

PROPOSTA – Quais as tendências e cenários possíveis para o governo FHC em termos de reestruturação e reforma empresarial e produtiva?

REINALDO GONÇALVES

– A agenda política-econômica-social do governo está muito con-

Contrariamente ao que vem sendo divulgado, a situação brasileira é pior que a do México, quando este iniciou o processo de ajuste em 1989.

gestionada e o esquema de coalizão política não deve facilitar, no curto e médio prazo, medidas concretas de reestruturação produtiva. No curto e médio prazo é provável que o governo responda a pressões setoriais específicas, perdendo-se em medidas emergenciais no varejo. Desta forma, não acho provável que o governo enfrente seriamente problemas como a absorção e o desenvolvimento de

tecnologias genéricas do novo paradigma tecnológico (inclusive as técnicas gerenciais-organizacionais), a melhoria da produtividade de segmentos orientados para o consumo de massa e a promoção de um novo padrão de vantagens comparativas menos dependente da mão-de-obra barata e de recursos naturais. Ademais, a política de uso dos recursos orçamentários, disposta a continuar pagando elevado serviço da dívida externa e interna, não deve permitir a alocação de recursos significativos para a consolidação do enfraquecido sistema nacional de inovação e elevação dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

PROPOSTA – Em seu livro “Ô abre-alas” você diz que a economia brasileira já é por demais internacionalizada. Poderia resumir as suas principais afirmações?

REINALDO GONÇALVES

– De fato, o Brasil apresenta uma das economias mais internacionalizadas do mundo. Isto pode ser facilmente verificado empiricamente e é o que fazemos no livro, apresentando inclusive dados comparativos com os EUA. A internacionalização da economia brasileira é não somente profunda como também bastante abrangente, vis-

REINALDO GONÇALVES – Presidente do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro, membro do PACS e professor da UFRJ.

to que atinge as esferas monetária-financeira, tecnológica, produtiva e comercial.

Para ilustrar, o problema da dívida externa foi o principal determinante da crise na qual nos encontramos desde 1980 e este é um problema (contrariamente ao que se anuncia) que está longe de ser resolvido. Não me surpreenderei se, no médio prazo, o Brasil começar a ter problemas para pagar os juros da dívida externa, entrando inclusive numa moratória forçada no pagamento dos juros dos bônus emitidos recentemente.

Com relação à esfera produtiva, poucos países no mundo têm tantas empresas transnacionais operando como no Brasil. Na indústria brasileira, um terço da produção é feita pelas empresas transnacionais e a presença destas empresas é ainda muito maior nos setores mais dinâmicos. Na área comercial, a importância relativa do comércio exterior na economia é compatível com aquela observada em economias de porte continental (inclusive os EUA).

Nos últimos anos uma abertura grande já começa a se refletir na queda do saldo da balança comercial. Entretanto, o problema de maior gravidade é, sem dúvida alguma, a enorme vulnerabilidade financeira externa dos países. Lamentavelmente, o novo governo, considerando as manifestações do presidente do Banco Central, vai aumentar ainda mais esta vulnerabilidade através do avanço do processo de liberalização cambial e de maior liberdade de atuação de bancos estrangeiros no país.

PROPOSTA – Qual a possível relação entre mercado interno de massas e um novo modelo econômico numa era de abertura internacional e reformas liberalizantes?

REINALDO GONÇALVES – No caso da economia brasileira, não há incompatibilidade alguma entre

expansão do mercado interno de massas e a ampliação dos fluxos de comércio exterior (tanto exportações como importações). Para que este tipo de diretriz estratégica seja viabilizada é necessário uma política ativa de reestruturação produtiva e de aumento de produtividade. E af voltamos à questão anterior, pois este governo não está indicando que vá fazer qualquer coisa nesta direção. Ademais, a expansão do mercado interno de massas depende da renda, mais especificamente dos salários.

O veto presidencial ao aumento do salário mínimo é bastante indicativo da política governamental que negligencia o mercado interno de massas. Por outro lado, a abertura comercial e as reformas liberalizantes, sem uma orientação mais seletiva, acaba fazendo com que o mercado mais dinâmico seja aquele dos consumidores de altas rendas – carro importado, turismo internacional, telefone celular etc. O mercado é implacável. Isto significa que os investimentos privados acabam sempre orientados para os consumidores de rendas mais altas. Com isso, acabaremos produzindo e importando cada vez mais produtos e serviços consumidos pelas classes mais privilegiadas.

PROPOSTA – Como você situa o debate sobre desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade diante das vulnerabilidades crescentes e riscos ecológicos e sociais para as economias periféricas?

REINALDO GONÇALVES – Eu vejo com grande preocupação e por uma razão muito simples. As transformações globais e as mudanças político-econômicas recentes nos países pobres acabaram levando a um casamento singular entre o “democrata novo” e o “liberal novo”. O resultado deste casamento é, na realidade, uma *joint-venture* de velhos oportunistas.

As classes dirigentes se perpetuam e a tradicionalidade aparece travestida de modernidade.

O projeto neoliberal predominante, por exemplo, na agenda da administração de FHC só deve reforçar as vulnerabilidades e fragilidades sociais e ecológicas. Lamentavelmente, acho que o debate e as perspectivas sobre os problemas associados ao *apartheid* social e às agressões ecológicas são muito mais promissores em outras regiões do mundo do que na América Latina e, em particular, no Brasil.

PROPOSTA – O que você acha do fenômeno de dualização da sociedade e do trabalho como uma tendência derivada do capitalismo flexível e da automação microeletrônica com seu paradigma de competitividade sistêmica ?

Não me surpreenderei se, no médio prazo, o Brasil começar a ter problemas para pagar os juros da dívida externa.

REINALDO GONÇALVES – O avanço do progresso tecnológico e o predomínio da agenda da competitividade são fatores cada vez mais determinantes de um crescente processo de *apartheid* social. Mas isto ocorre não por causa de algum determinismo técnico qualquer, mas simplesmente por uma opção de estratégia de desenvolvimento. Não me parece lógico ver a dualização como algo inevitável. O problema do progresso é uma questão de ritmo, profundidade e seletividade. O mesmo ocorre com a competitividade. E isto sig-

nifica tomar decisões políticas. Deixar a trajetória e a velocidade da incorporação do progresso técnico-econômico ao sabor do mercado e subordinar a agenda de opções à competitividade só vai agravar o fenômeno de exclusão social.

PROPOSTA – Como você vê o futuro das instituições multilaterais no quadro do colapso do sistema Banco Mundial-FMI?

REINALDO GONÇALVES

– Hoje há quase que um consenso (que inclui muitos liberais) a respeito do colapso do sistema Banco Mundial-FMI. Há anos as ONGs vêm alertando sobre o impacto nefasto da atuação destes dois organismos multilaterais. Este quase-consenso deve ser visto, entretanto, com cuidado.

É verdade que o FMI e o Banco Mundial têm atuado como instrumentos importantes de política externa de países avançados. Também é verdade que estes organismos têm sido altamente incompetentes para assistir os países pobres na resolução dos seus problemas. Os efeitos dos programas de estabilização do FMI foram terríveis, enquanto que a maioria dos projetos financiados pelo Banco Mundial tiveram efeitos negativos sobre os países em termos não só do impacto ambiental, mas também em termos da natureza das reformas estruturais exigidas. Não há dúvida que cabe uma reforma

O veto presidencial ao aumento do salário mínimo é bastante indicativo da política governamental que negligencia o mercado interno de massas.

drástica das instituições de Bretton Woods.

Há anos eu venho argumentando a favor do fechamento do FMI, que não cumpre nenhuma das suas funções, não tem recursos suficientes e só complica a vida dos países pobres. Os recursos de capital do FMI poderiam ser transferidos para o Banco Mundial, que criaria uma linha específica de financiamento de projetos orientados para enfrentar os problemas de miséria, fome e desemprego nos países pobres.

O Banco Mundial, por seu turno, seria transformado num Banco de Desenvolvimento e analisaria projetos específicos, inclusive a fundo perdido, sem qualquer tipo de condicionalidade e com base no mérito técnico e social do projeto. Este novo Banco Mundial teria um conselho de administração formado pelos Estados-membros e o mesmo número de representantes da sociedade civil mundial (indi-

víduos e representantes de organizações não-governamentais). Estes últimos teriam um mandato por tempo limitado e seriam escolhidos entre pessoas eminentes no mundo inteiro, cujo histórico de vida pessoal os qualificaria como representantes da sociedade civil mundial. De qualquer forma, estas instituições não podem continuar como estão.

PROPOSTA – Existem hoje elementos para compor uma alternativa de desenvolvimento para o Brasil que não seja a de reprodução de modelos asiáticos, japoneses etc?

REINALDO GONÇALVES

– Sem dúvida alguma precisamos de uma alternativa. A reprodução de modelos não me parece o melhor caminho. Nós temos valores diferentes e condições materiais distintas. O nosso grande desafio é encontrar uma trajetória alternativa de desenvolvimento. O nosso “trem” tem que correr em “ramal” e trilhos próprios e numa outra direção. Eu, particularmente, acho que o nosso “ramal” deve partir de uma trajetória socialista-democrática. Mas exatamente com que bitolas, espaçamentos de dormentes etc, cabe à sociedade decidir. Se a sociedade não quiser enfrentar desafios e continuarmos com as classes dirigentes operando *joint-ventures* de velhos oportunistas, *bye-bye* Brasil! ☺

O Banco Mundial e as Ongs

de Ricardo Tavares

Com um texto bastante acessível, esta cartilha dá algumas informações básicas sobre a relação entre o Banco Mundial e as Organizações Não-Governamentais.

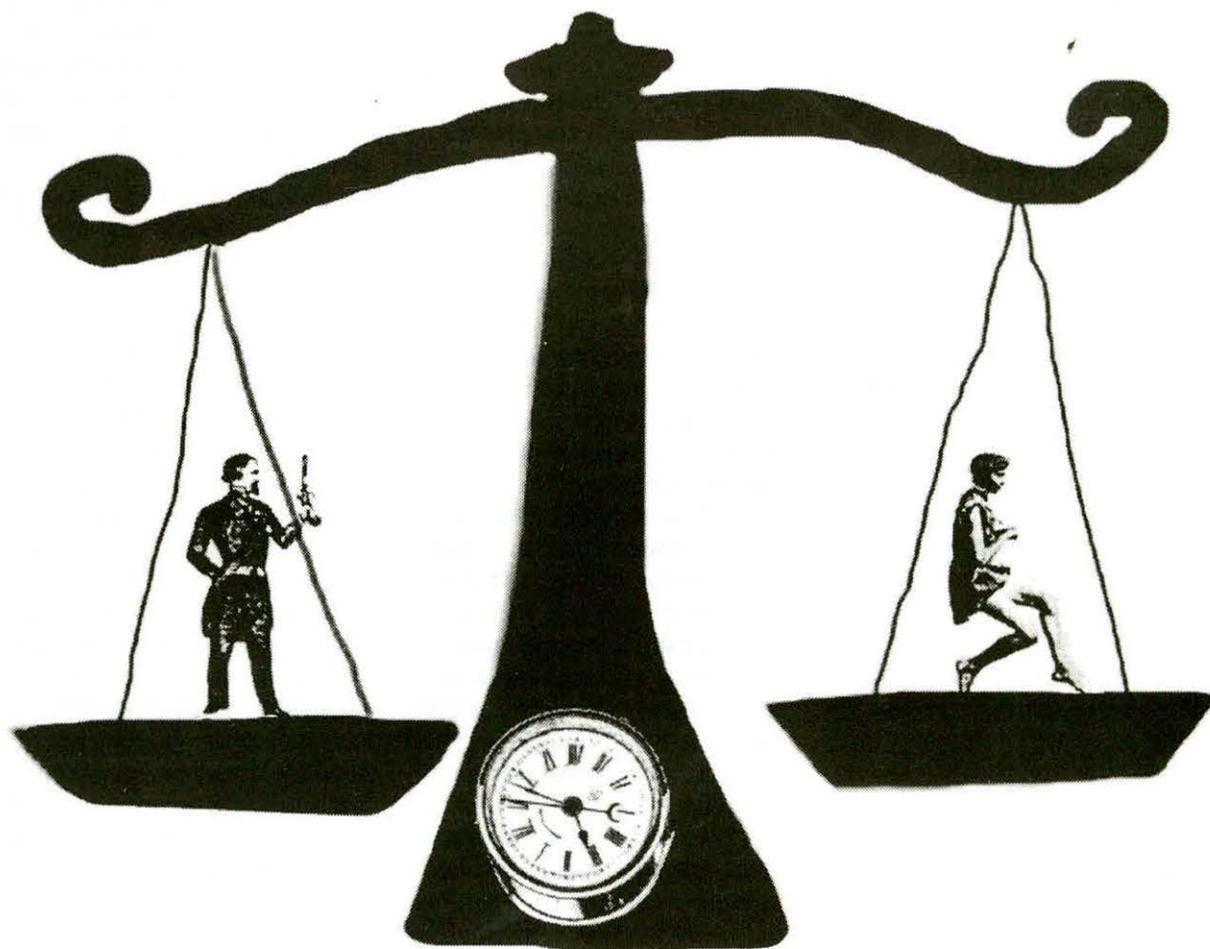
O autor defende a importância de se utilizar os recursos políticos facultados pelo regime democrático para tornar mais transparentes atividades do governo brasileiro frente ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).



Onde adquirir
FASE
Rua das Palmeiras, 90
Botafogo - CEP 22270-070
Rio de Janeiro - RJ
Tel (021) 286 1598

CONFERÊNCIAS DA ONU: NOVAS FORMAS DE REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fátima Vianna Mello



Desde o início dos anos 90, a agenda de boa parte das ONGs e movimentos sociais brasileiros tem sido marcada por uma intensificação da presença de temas internacionais, sobretudo da pauta definida pelas conferências convocadas pelas Nações Unidas. As organizações não-governamentais brasileiras participaram – e, vale dizer, tiveram influência decisiva – na

elaboração dos conteúdos do ciclo de conferências das Nações Unidas, que inclui a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), sobre Direitos Humanos (Viena 93), sobre População e Desenvolvimento (Cairo 94), e estão trabalhando intensamente nos processos preparatórios da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (Copenhague 95),

na IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing 95) e no Habitat II, a Conferência sobre Assentamentos Humanos (Istambul 96).

Qual é o significado e a importância da participação da sociedade

FÁTIMA VIANNA MELLO – Assessora da Área de Relações Internacionais da FASE.

de civil brasileira nessas conferências internacionais? Em que medida essas negociações e acordos internacionais podem contribuir para a democratização da sociedade brasileira? Como a dinâmica dessas conferências e a ampliação da participação da sociedade civil se articulam com o processo de globalização?

Em primeiro lugar, é necessário compreender o contexto internacional em que esse ciclo de conferências das Nações Unidas se insere. Durante a Guerra Fria, que era o principal elemento ordenador das relações internacionais e da estratificação de poder entre as nações, as relações internacionais eram vistas primordialmente como um campo estratégico de alinhamento. O fim da bipolaridade, portanto, favoreceu a emergência de novas agendas, sem os antigos constrangimentos ideológicos oriundos do chamado “equilíbrio do terror” ou da primazia das questões estratégico-militares na agenda internacional. O contexto pós-Guerra Fria favoreceu a emergência de uma pluralidade de questões, especialmente aquelas ligadas aos problemas sociais, ambientais e do desenvolvimento. A natureza global desses problemas torna-se cada vez mais nítida, deixando clara a perspectiva de que sua solução requer também um enfrentamento global. É neste contexto que o debate sobre o desenvolvimento pode se impor como temática central.

No contexto pós-Guerra Fria, portanto, vem se operando uma redefinição da própria noção de segurança internacional. A interdependência dos processos econômicos, dos problemas ambientais, de questões como as migrações internacionais, desemprego, direitos humanos etc não deixa dúvidas sobre a existência de novos elementos necessários à preservação da ordem internacional – como, por exemplo, a noção de desenvol-

O contexto pós-Guerra Fria favoreceu a emergência de uma pluralidade de questões, especialmente aquelas ligadas aos problemas sociais, ambientais e do desenvolvimento.

vimento sustentável e a proteção universal dos direitos humanos –, muito embora o uso da força militar ainda se mostre em diversos casos como um mecanismo de manutenção do *status* das nações mais poderosas.

Essa crescente interdependência cria a necessidade de novas formas de regulação das relações internacionais e as conferências das Nações Unidas são precisamente a expressão dessa necessidade. É claro que isso traz inúmeras dificuldades, das quais uma das mais sérias é o impacto que a dinâmica da interdependência e da criação desses consensos e acordos internacionais causa sobre os Estados nacionais: as noções de soberania e de independência nacionais deixam de ser absolutas pois a legitimação de questões e de direitos de natureza global (direitos humanos, direitos reprodutivos, sustentabilidade

Mesmo que não haja mecanismos internacionais que obriguem um Estado a cumprir determinados acordos, o custo político do seu não cumprimento pode ser muito alto.

ambiental etc), em muitos casos, coloca os direitos individuais e o enfrentamento de questões de natureza global acima das soberanias, sendo tratados como questões universais e não como referentes a apenas um determinado Estado nacional.

A interdependência resulta, portanto, inevitavelmente, em maior permeabilidade e erosão dos Estados nacionais. Afinal, mesmo que não haja mecanismos internacionais que obriguem um Estado a cumprir determinados acordos, o custo político do seu não cumprimento pode ser muito alto, além de causar impactos sobre outras áreas de interesse de um país através da aplicação de sanções comerciais, condicionalidades ou dificuldades na captação de recursos da cooperação internacional.

O novo contexto é marcado não só pela introdução de novos temas na agenda de negociações internacionais, mas também pela presença de novos atores nas relações internacionais. Embora os Estados nacionais continuem sendo as unidades negociadoras dos acordos, as organizações não-governamentais e movimentos sociais passam a intervir cada vez mais na agenda das negociações e aumentam a capacidade para tal através de laços transnacionais cada vez mais articulados.

A participação de atores não-estatais nas relações internacionais depende, em larga medida, do grau de consolidação da dinâmica e das instituições democráticas no âmbito nacional. O caso brasileiro é exemplar nesse sentido: com a difícil transição para a democracia, a diplomacia brasileira está sendo chamada a negociar suas posições defendidas nos fóruns internacionais com o Congresso Nacional e em fóruns de consulta com as organizações da sociedade civil. É importante ressaltar, inclusive, que recentemente estão ocorrendo importantes e positivas

evoluções no diálogo de ONGs e movimentos sociais com o Ministério das Relações Exteriores.

A participação do governo brasileiro nas recentes conferências das Nações Unidas revela que suas posições externas estão sendo definidas por uma combinação entre os seus interesses tradicionais (transferência de tecnologia e de capitais, crescimento econômico, interesses comerciais etc), a sua inserção no sistema internacional como país periférico e dependente e os interesses e demandas advindos da esfera doméstica ativada pela democratização. As posições defendidas pelas delegações oficiais enviadas para representar o Brasil em Viena, no Cairo e no Rio durante a Eco 92 revelam que o chamado interesse nacional não é único e não pode mais deixar de ser negociado com a sociedade brasileira, cujos interesses múltiplos e diversificados devem ser compatibilizados.

Ao mesmo tempo em que pressionam a política externa brasileira “por dentro” do país, as ONGs ampliam suas alianças internacionais no campo da sociedade civil, o que acaba por pressionar a diplomacia brasileira também “por fora”. Afinal, para o governo brasileiro é alto o custo político de não dialogar com as organizações da sua sociedade quando estas estão atuando na esfera pública internacional através de outros canais e laços transnacionais. A atuação das organizações de mulheres brasileiras para o Cairo é um exemplo significativo: as brasileiras tiveram papel de destaque e liderança nas articulações internacionais, sistematizaram propostas, realizaram ações de lobby e organizaram o mais importante encontro não-governamental preparatório para a conferência (Encontro do Rio). Ou o governo brasileiro ouviria sua própria sociedade ou ficaria à reboque dela, o que não é recomendável para um país que deseje

ter lugar de destaque no sistema das Nações Unidas.

A diplomacia brasileira, portanto, passou a se movimentar em um terreno onde se combinam democratização no âmbito doméstico, crescente interdependência internacional (e a respectiva e inevitável erosão de soberania nacional), introdução de novos temas e de novos atores nas negociações internacionais. Na tentativa de se destacar em meio a esta ordem internacional em transição, o governo brasileiro vem tendo uma atuação múltipla: ao mesmo tem-

***Para o governo
brasileiro é alto o custo
político de não
dialogar com as
organizações da sua
sociedade que estão
atuando na esfera
pública internacional
através de outros
canais e laços
transnacionais.***

po em que continua priorizando a conquista de um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente, sua diplomacia tem uma clara percepção da oportunidade que se apresenta hoje no sentido de afirmar a sua agenda para o desenvolvimento (centrada nas áreas tradicionais de interesse do governo brasileiro mencionadas acima).

A especificidade brasileira dentre os países do Sul – resultado sobretudo do fato de ter simultaneamente traços e, portanto, interesses tanto de Primeiro como de Terceiro Mundo – começou a emergir de forma mais nítida a partir do fim da bipolaridade.

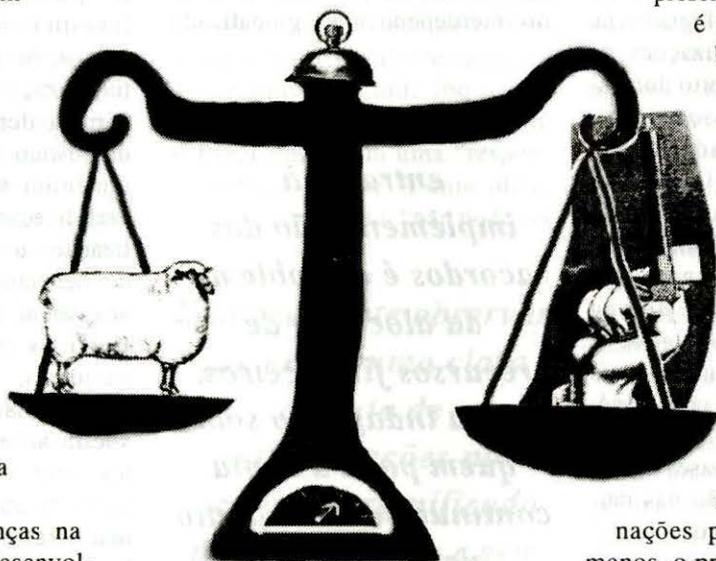
O Grupo dos 77, por ter sido criado no contexto da Guerra Fria com o objetivo de maximizar as possibilidades de ação política coletiva dos países do Terceiro Mundo, jogando com a importância de suas matérias primas e produtos primários para a economia mundial, vem se revelando cada vez mais como instância inadequada para a ação privilegiada da diplomacia brasileira. O fim da bipolaridade, de cuja dinâmica o G-77 extraía uma correlação de forças favorável, fez emergir com força crescente profundas diferenças entre os países-membros do G-77. A Conferência do Cairo revelou que são muitas as diferenças religiosas e culturais até a questão democrática: enquanto no Brasil a democracia tem raízes e uma grande legitimidade na sociedade, o mesmo não pode ser dito de outros países do Terceiro Mundo, onde a legitimidade da democracia é questionada e freqüentemente vista como uma “imposição dos países do Ocidente”.

Além da busca de novos nichos e de uma nova inserção na ordem internacional, a diplomacia brasileira terá que lidar também de maneira crescente com os conflitos no âmbito doméstico. Na medida em que o desenvolvimento tende a se consolidar como temática central nos fóruns e eventos internacionais, fica difícil para um país marcado por desigualdades tão inaceitáveis como o Brasil defender no plano internacional uma agenda para o desenvolvimento que critica o gap tecnológico entre Norte e Sul, por exemplo, sem tratar de seus conflitos internos e da dimensão distributiva. Esta pode ser a tarefa central das ONGs e movimentos sociais brasileiros: requalificar a agenda para o desenvolvimento, introduzindo a dimensão distributiva e as questões sociais nos debates sobre desenvolvimento econômico.

Talvez a deficiência maior de muitos esforços internacionais no campo do desenvolvimento seja precisamente o fato de que não há um questionamento em profundidade do paradigma de desenvolvimento. Iniciativas como a do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), de criação de um índice de desenvolvimento humano, ou seja, de criação de novas formas e indicadores para mensurar o desenvolvimento (que, ao invés dos tradicionais indicadores econômicos como o PIB e a renda per capita, construa o índice basicamente a partir de indicadores de saúde, educação e distribuição da renda), ainda disputam um lugar para se consolidar dentro do sistema das Nações Unidas que abrigam no seu interior agências tão conservadoras como o Fundo das Nações Unidas para População.

Além das diferenças na abordagem sobre o desenvolvimento no interior do sistema das Nações Unidas, há também o problema da falta de compatibilidade entre esse sistema e o das instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional). Embora o sistema de Bretton Woods – criado há 50 anos para atender às necessidades econômicas do contexto pós-Segunda Guerra Mundial – revele claros sinais de inadequação às demandas do quadro internacional da atualidade, suas instituições parecem deter um poder crescente. Um claro indicador desse poder é a incrível inviolabilidade das políticas macroeconômicas internacionais, mesmo diante da definitiva constatação da inadequação dos programas de ajuste estrutural já detectada por reconhecidas ins-

A sociedade brasileira, ao intervir nos debates internacionais, deve fazê-lo através da tentativa de democratização do Estado brasileiro.



tituições internacionais governamentais, não-governamentais, acadêmicas e até por departamentos existentes no interior dessas instituições. Mesmo assim, tais políticas macroeconômicas continuam imunes aos novos parâmetros e consensos construídos arduamente nas conferências convocadas pelas Nações Unidas.

Diante de uma incompatibilidade de tal ordem entre as Nações Unidas e as instituições de Bretton Woods, as ONGs e movimentos sociais deveriam questionar a esquizofrenia das políticas dos países chamados doadores: enquanto alocam recursos para políticas de desenvolvimento humano via PNUD, destinam verbas para o sistema Banco Mundial/FMI que,

por sua vez, contribuem para a destruição de sistemas públicos de saúde e educação.

Essa incompatibilidade entre os dois sistemas também pode ser detectada pela falta de transparência na elaboração de políticas e de mecanismos consistentes de consulta entre o sistema Banco Mundial/FMI e a sociedade civil, enquanto que nas Nações Unidas as ONGs já garantiram um espaço (embora ainda limitado) de participação. Também o sistema de representação nos dois sistemas é desigual: nas Nações Unidas cada nação tem um voto; no sistema de Bretton Woods a importância de cada nação é dada pelo seu peso econômico-financeiro. É claro que no sistema das Nações Unidas frequentemente as nações periféricas e dependentes têm que barganhar seus votos em troca de ajuda financeira das nações poderosas. Mas, pelo menos, o princípio da representação é democrático.

Na verdade, a construção de uma nova institucionalidade de regulação das relações internacionais – de caráter democrático – requer uma base mínima de compatibilidade entre os dois sistemas, sem a qual os esforços de requalificação dos termos do debate sobre desenvolvimento ficarão inviabilizados.

A Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (Copenhague, março de 95) parece ser a grande oportunidade para tal. Seus temas centrais – combate à pobreza, criação de emprego produtivo e integração social – coincidem em larga medida com a agenda da Ação da Cidadania que hoje mobiliza inúmeros e diversificados atores na sociedade brasileira. O pro-

cesso preparatório para a Cúpula Social tem revelado a importância da participação das ONGs que vêm atuando no sentido de articular os temas da conferência com os impactos das políticas macroeconômicas, tentando dar, dessa maneira, consistência política à conferência e tentando evitar com que a dimensão social seja reduzida à “face humana” dos programas de ajuste.

Além da relevância da atuação das ONGs nos debates internacionais, essas conferências também têm tido o mérito de tornarem-se momentos privilegiados de articulação das organizações da sociedade civil no âmbito doméstico. No caso do processo preparatório para a Conferência de Beijing, por exemplo, o evento internacional está sendo o “gancho” que o movimento brasileiro de mulheres precisava se rearticular nacionalmente. O processo para Beijing está se revelando ativador e mobilizador das dinâmicas locais e estaduais na medida em que busca unificar e homogeneizar temáticas, além de construir bases democráticas de representação das mulheres brasileiras para o evento.

É claro que uma análise da importância da participação nessas conferências deve também levar em conta os limites e entraves que têm se apresentado. Em primeiro lugar, a incompatibilidade entre o sistema das Nações Unidas e o de Bretton Woods revela, na verdade, que a crescente interdependência observada no sistema internacional da atualidade ainda não está sendo acompanhada de uma nova institucionalidade política global. O problema é que a emergência de questões de natureza global – e que, portanto, transcendem as fronteiras nacionais – coloca a indagação sobre qual devem ser as bases políticas do consenso, dado que o mecanismo legitimador das decisões políticas nos planos nacionais não responde aos desafios colocados pela globa-

lização e pela interdependência.

A ausência dessa nova institucionalidade resulta em graves problemas quanto à implementação dos acordos internacionais. Não há uma autoridade supranacional que crie uma obrigatoriedade de cumprimento dos acordos, o que leva muitos analistas a afirmarem que, no final das contas, cada governo cumprirá os acordos na medida do seu interesse ou de acordo com os anseios de seu eleitorado. No entanto, essa perspectiva deve ser relativizada pois, em um mundo interdependente e globalizado

***Um dos principais
entraves à
implementação dos
acordos é o problema
da alocação de
recursos financeiros,
onde a indagação sobre
quem paga a conta
continua sendo o ponto
nevrálgico nas
negociações.***

como o atual, os meros cálculos de maximização do poder e do interesse nacional resultam em custos políticos altos demais para serem desprezados.

Um dos principais entraves à implementação dos acordos é o problema da alocação de recursos financeiros, onde a indagação sobre quem paga a conta continua sendo o ponto nevrálgico nas negociações. Isso é verdade no caso da Eco 92. Esperamos que seja melhor equacionado na implementação das decisões tomadas no Cairo e que, em Copenhague, sejam definidas metas justas e factíveis. Na verdade, quando se

discute alocação de recursos, o debate de fundo é a definição de um novo padrão de financiamento para o desenvolvimento, onde o modelo em crise (no caso brasileiro, por exemplo, o modelo de endividamento externo) ainda não deu lugar a nenhuma solução alternativa de caráter democrático.

O que está em jogo, nesta luta pela criação de uma esfera pública internacional, é a democratização das formas de regulação das relações internacionais. Por esse motivo, a sociedade brasileira deve investir na intervenção nesses processos. Ao mesmo tempo, há mútuo reforço e interação entre a dinâmica democrática nos planos doméstico e internacional, onde um influi sobre as condições de viabilização do outro: a democratização e a respectiva necessidade de negociação no plano interno acabam modificando substantivamente as relações entre Estados nacionais.

É por isso que a sociedade brasileira, ao tentar intervir nos debates internacionais, deve fazê-lo também através da tentativa de democratização do Estado brasileiro, pois os Estados nacionais continuam sendo as unidades negociadoras no plano internacional e os responsáveis pela mediação entre as esferas doméstica e internacional, atuando como negociadores no plano externo e como ratificadores dos acordos no âmbito interno.

A anarquia não deve ser vista como a condição inevitável das relações internacionais. Apostar em um nível razoável de institucionalidade e em regimes internacionais é uma tarefa fundamental e factível. No entanto, esse não deve ser visto como um desafio apenas para os Estados nacionais, mas também – e sobretudo – para a sociedade civil, sem o que as novas formas de regulação das relações internacionais não serão efetivamente democráticas. 🌐

DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UM COMPROMISSO POLÍTICO INTERNACIONAL?

Jorge Eduardo S. Durão

Desenvolvimento social: responsabilidade de quem?

No debate sobre a globalização, quando se vai além do enfoque fatalista dos adeptos do neoliberalismo – com a sua apologia indireta dos impactos negativos desse processo sobre a maioria da população mundial –, pode-se chegar aos poucos a uma perspectiva mais otimista de constituição de uma esfera pública internacional, espaço privilegiado para atuação de uma sociedade civil internacional (também em gestação), capaz de se contrapor aos descabimentos da nova (des)ordem mundial.

A sucessão de conferências das Nações Unidas, inclusive as de mais alto nível como a Eco 92 e a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Social (que se realiza em março deste ano em Copenhague), aparentemente apontam, com suas agendas bastante sintonizadas com as tragédias do nosso mundo atual globalizado, para uma nova consciência internacional a que corresponderia talvez uma nascente vontade política dos governos de fazer face a esses desafios.

Mas na reta final da Cúpula Mundial do Desenvolvimento Social, quando os representantes dos governos já chegaram muito perto da formulação definitiva da declaração e dos compromissos que serão firmados e assumidos pelos chefes de Estados de governos, fica claro que persistem as ambigüidades e a falta de clareza com

respeito ao papel de cada país e da comunidade internacional com relação ao desenvolvimento social, o qual foi apresentado no esboço da Declaração (Draft Declaration, documento A / Conf. 166 / PC / CRP 5 de 26/01/95, produzido no II PrepCom) como uma “responsabilidade nacional”, cujo pleno sucesso, no entanto, “não pode ser

É interessante observar que existe uma clara disputa de interpretações no tocante ao significado da globalização e seu impacto com respeito às condições sociais da humanidade.

alcançado sem o compromisso coletivo e esforços da comunidade internacional”.

A pergunta que se coloca, conseqüentemente, diz respeito à existência ou não de vontade política por parte dos governos e organismos multilaterais para enfrentar os desafios do desenvolvimento social.

Globalização e desenvolvimento social

Para nos aproximarmos dessa questão, é interessante observar que existe uma clara disputa de inter-

pretações no tocante ao significado da globalização e seu impacto com respeito às condições sociais da humanidade (da mesma forma que no tocante à problemática ambiental), disputa essa “resolvida” diplomaticamente com o enunciado simultâneo de aspectos negativos e positivos das grandes transformações em curso em escala mundial, que se anulam reciprocamente do ponto de vista de uma interpretação mais rigorosa do que realmente vai pelo mundo. Assim, nos deparamos com diagnósticos “elucidativos” do tipo “estamos testemunhando em diversos países do mundo a expansão da prosperidade para alguns, desafortunadamente acompanhada por uma expansão de indizível pobreza para outros”.

Embora seja um avanço do discurso, reconhece-se que esta contradição – inaceitável – pouco adianta em matéria de diagnóstico quando se busca estabelecer os nexos entre essa contradição e a chamada globalização. Esta é também descrita empiricamente como uma série de fenômenos ora positivos (crescente mobilidade humana, avanço das comunicações, ampliação do comércio e fluxos de capital, desenvolvimentos tecnológicos, aprendizado de uns países com a experiência dos outros etc),

JORGE EDUARDO S. DURÃO – Diretor executivo da FASE Nacional, ex-presidente da ABONG.

ora negativos (intensificação da pobreza, desemprego e desintegração social, ameaças ao bem-estar humano e riscos ambientais “que também foram globalizados” etc).

Seria esperar muito de uma superestrutura política e ideológica como a ONU imaginar que, nos fóruns em que se prepara a Cúpula Social, fosse possível deslindar os nexos internos entre tais fenômenos e pôr a nu as relações intrínsecas entre o aprofundamento das desigualdades características do desenvolvimento mundial – com sua trágica seqüela de miséria e injustiças sociais – e o processo de reestruturação capitalista que está conformando a história da humanidade nesse final de século. Além do que, temos como grande novidade o fato de que já se estende a segmentos cada vez maiores das populações dos países ricos do Norte o ônus dessa reestruturação capitalista*, com crise dos “pactos liberais-sociais democráticos asentados nas políticas de expansão capitalista com geração de emprego, distribuição de renda, consumo de massas e ampliação dos direitos de cidadania”.

Globalização ma non troppo

No plano político e diplomático, essas transformações de fundo e todas as contradições delas decorrentes se expressam através de um emaranhado de interesses, blocos de países e estratégias bastante difíceis de entender e mais ainda de influenciar.

É gritante, por exemplo, a incompatibilidade entre os diagnósticos mais ou menos consensuais sobre a insustentabilidade e a inaceitabilidade da miséria, do desemprego e da desintegração social e os desacordos generalizados sobre qualquer interpretação mais aprofundada e concreta dos problemas e suas soluções. É praticamente impossível esperar-se mai-

Temos como grande novidade o fato de que já se estende a segmentos cada vez maiores das populações dos países ricos do Norte o ônus da reestruturação capitalista.

ores avanços e o estabelecimento de estratégias conjuntas a partir de premissas tão radicalmente inconciliáveis como a exigência dos programas de ajuste estrutural como panacéia universal e pré-requisito do desenvolvimento social, a denúncia dos impactos sociais intrinsecamente negativos dos mesmos ou a ilusão de que esses programas possam ser formulados incorporando na sua formulação preocupações de ordem social.

Tampouco existe coerência aparente entre o discurso e a prática de muitos governos, já que boa parte dos que se opõem à hegemonia da política do ajuste já se submetem aos ditames do FMI e impu-

É gritante a incompatibilidade entre os diagnósticos sobre a insustentabilidade e a inaceitabilidade da miséria, do desemprego e da desintegração social e os desacordos generalizados sobre qualquer interpretação dos problemas e suas soluções.

seram ditos programas aos seus povos. Enquanto os EUA, evidentemente, por mais que enveredem pela linha de redução dos programas sociais na sua política interna, longe estão de buscar a tão falada austeridade fiscal e outras exigências das políticas de estabilização e desmonte do Estado impostas aos países do Terceiro Mundo.

Os blocos principais que dominam as Nações Unidas e o processo de preparação da Cúpula Mundial do Desenvolvimento Social são mais ou menos homogêneos e consistentes e, obviamente, têm um poder bastante desigual. Mas têm todos em comum uma espécie de má consciência que dá a sensação, a um observador pouco viciado por esses processos, de estarem adotando as mesmas táticas defensivas ou de obstrução, mais ou menos escancaradas, em que são guiados sempre por interesses inconfessáveis.

Isto pode levar a combinações bastante curiosas, como o papel aparentemente progressista dos EUA nas questões de gênero ou relativas ao papel da sociedade civil e das ONGs, a par de sua truculenta diplomacia do *big stick* no tocante à ordem econômica internacional.

Seu grande contendor no último PrepCom foi o heterogêneo, e cada vez mais inconsistente, bloco do G-77 (sempre aliado à China, essa troglodita dos direitos humanos e das relações de trabalho), repleto de ditaduras, de Estados refratários ao reconhecimento da universalidade dos direitos humanos e que, no final das contas, não conseguem uma unidade mais profunda sequer no que diz respeito aos pontos fundamentais de sua

(*) Ver a respeito o artigo de Haroldo Abreu, “A Conferência da ONU sobre desenvolvimento social: considerações iniciais”.

estratégia de intervenção para Copenhague e cujos porta-vozes deixaram bem claro o tempo todo estar centrada na questão dos recursos. Esta questão crucial, objeto de disputa acirrada entre o G-77 e os países do antigo bloco socialista – ora se autodenominando “economias em transição” –, não é capaz, no entanto, de unificar os interesses e as estratégias do universo diferenciado de países que integram o G-77. O Brasil é um bom exemplo das tendências centrífugas que ameaçam a existência desse bloco, revelando mais uma vez a precariedade dos consensos que se gestam a nível internacional.

O Brasil na Cúpula Social: espremendo o limão não sai caldo

Para não dizermos que o Brasil não se identificou em nada com as bandeiras do G-77 nesse processo de preparação para Copenhague, temos que reconhecer que a proposta de um 10º compromisso, relativo à educação, a ser assumido pelos chefes de Estado não apenas mobilizou a nossa delegação como também parece estar em plena sintonia

Temos que reconhecer que a proposta de um compromisso relativo à educação não apenas mobilizou a nossa delegação como também parece estar em plena sintonia com as prioridades do nosso atual Presidente da República.

com as prioridades do nosso atual Presidente da República. Vá alguém entender, no entanto, por que tão explosivo tema se tornou um cavalo de batalha para a União Européia, tão bem representada no III PrepCom pela França, terra da cultura por excelência!

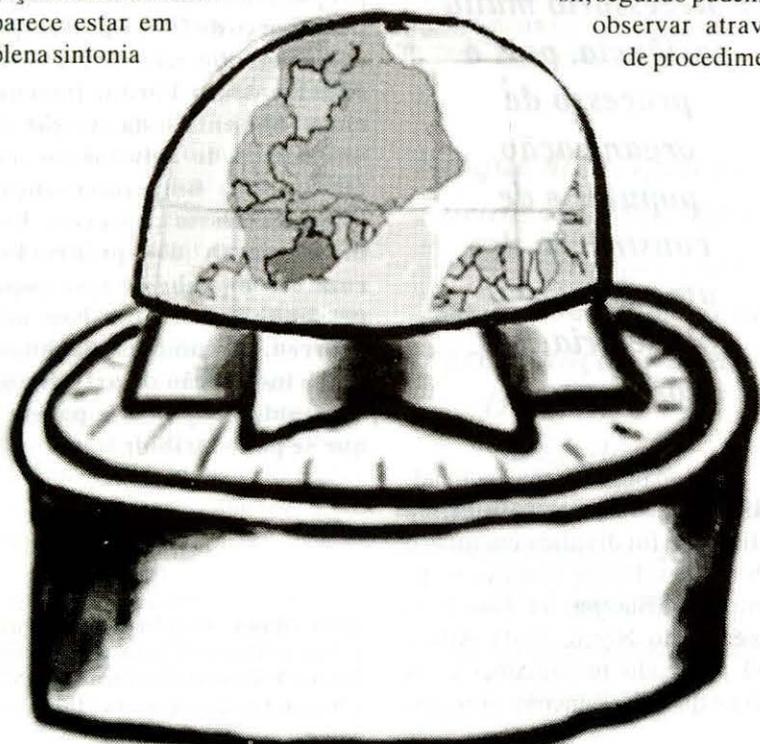
A questão principal que continua em aberto – a do financiamento, *leitmotiv* do G-77 – parece não interessar absolutamente ao Brasil, segundo pudemos observar através de procedimen-

tos e declarações de nossos diplomatas. Os pontos principais relativos a recursos – ampliação da ajuda oficial ao desenvolvimento, intensificação da ação da ONU no campo do desenvolvimento social e taxaço de certas transações internacionais – seriam inócuos para o país, quando não prejudiciais (como seria o caso da taxaço dessas transações) na avaliação do Itamaraty.

Por outro lado, a questão do cancelamento da dívida externa, em particular a dos países africanos, não teria nenhuma simpatia da parte do nosso governo. Note-se que o governo brasileiro se opõe ao cancelamento, mas não à redução da dívida. O fato de a África viver hoje um quadro trágico do ponto de vista social, com a perda de milhões de vidas humanas, parece irrelevante do ponto de vista de uma *real politik* de quem é “grande credor” dos países africanos.

Assim chegamos à constatação de que nosso país optou (noutros tempos certamente) por um alinhamento que hoje, paradoxalmente, não responde em quase nada a seus objetivos nacionais. E aí é inevitável perguntar o que o Brasil espera da Cúpula Mundial do Desenvolvimento Social. Por incrível que pareça, apesar de todos os constrangimentos que as relações internacionais e as imposições do FMI e do Banco Mundial possam oferecer ao desenvolvimento social brasileiro, a resposta parece ser: nada. Ou, no máximo, um conjunto de compromissos dos chefes de governos a serem cobrados internamente pela sociedade civil brasileira do atual e futuros governos.

É verdadeiramente decepcionante que seja isso o que resta depois de tantos esforços como expectativa oficial face a essa importante Conferência de Cúpula. Ao que parece, a força da globalização não é ainda suficiente para prevalecer sobre as costuras defensivas de Estados nacionais e dos blocos em que eles se alinham. 🌐



ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE CIVIL: UM TRIPÉ ARTICULADO PARA ENFRENTAR A CRISE GLOBAL

Liszt Vieira

PROPOSTA – Um dos principais eventos do Fórum Global durante a realização da Eco 92 aqui no Rio – o Fórum das ONGs – teve uma participação bastante expressiva de ONGs do mundo inteiro. Acabou produzindo 36 tratados alternativos que deveriam ser uma espécie de plataforma de ação para as ONGs no mundo todo quanto a questões de interesse global. De lá para cá, quase não ouvimos mais falar neste Fórum. Você poderia nos contar o que se passou de lá para cá? Que dificuldades o Fórum vem enfrentando para se articular, para cumprir os seus objetivos e quais eram esses objetivos assumidos coletivamente pelas ONGs desde o início?

LISZT VIEIRA – Depois do encontro realizado no Rio do Fórum Internacional de ONGs, milhares dessas entidades assinaram tratados alternativos cobrindo os mais diversos assuntos (econômicos, sociais, ambientais etc). O Fórum definiu que a etapa subsequente ao encontro seria um retorno ao plano local. Não havia muito sentido, depois do Rio, perseguir a realização de outro encontro internacional. As ONGs refluíram para sua atividade local e nacional e os contatos no plano internacional foram feitos no plano administrativo da coordenação das ONGs.

Menos espetacular, este é um período muito profundo porque se mergulhou nas bases da sociedade onde as ONGs locais estão enrai-

zadas para enfrentar problemas e contribuir com questões locais e nacionais para a formulação de alternativas ao desenvolvimento sustentável no plano global e levar os aportes da ação local e nacional para novos encontros internacionais.

Há aí uma dialética extremamente complexa, difícil de realizar e lenta. Aqueles que imaginam que a glória será alcançada com poucos movimentos e com poucas ações vão se decepcionar. É necessário muita paciência, pois o processo de organização popular e de construção de uma cidadania planetária é de longo prazo.

É necessário muita paciência, pois o processo de organização popular e de construção de uma cidadania planetária é de longo prazo.

Nós, no plano organizacional, realizamos encontros na América Latina que foi dividida em quatro sub-regiões. Foram realizados encontros na Europa, na Ásia e na América do Norte. O da África será realizado proximamente. A idéia é que esses encontros regio-

nais elejam delegados para participar de uma reunião internacional de ONGs prevista para junho de 95. O objetivo é discutir um plano de ação para as ONGs que participam dessa rede de cooperação internacional que é o Fórum Internacional de ONGs.

PROPOSTA – De lá para cá, já ocorreu uma série de outros eventos internacionais, de caráter global, que trataram das questões objeto dos tratados por parte do Fórum. Houve a Conferência dos Direitos Humanos de Viena, a Conferência do Cairo de população e vai haver a Conferência de Pequim este ano. Estamos vivendo o processo de preparação da Cúpula Social para março de 1995 e parece que nesses eventos não surgiu nada semelhante ao Fórum Internacional no sentido da criação de um espaço de aglutinação das ONGs para uma intervenção conjunta nesses processos. Era de se esperar que o próprio Fórum desempenhasse esse papel nesses eventos. Mas isso não ocorreu. E também nenhuma outra instituição ou articulação conseguiu ocupar esse papel. A que se pode atribuir isso?

LISZT VIEIRA – Presidente do Instituto de Ecologia e Desenvolvimento (IED), coordenador do Fórum Internacional de ONGs e professor de Sociologia na PUC-RJ.

LISZT VIEIRA – Primeiro, pelo que já assinalei, ou seja, depois do processo global da Eco 92, houve um movimento no sentido do refluxo em busca das raízes locais e da ação local e nacional. Isso me parece natural. Segundo, houve a dificuldade da Cooperação Internacional das ONGs no sentido de uma resistência à construção de um *modus operandi* internacional de mecanismos que possam encaminhar no plano global objetivos definidos como necessários no plano nacional. Essa resistência é real e é fruto de várias causas: uma delas é o medo de que uma coordenação possa querer assumir uma representação das ONGs em detrimento de sua diversidade.

Eu costumo dizer que a diversidade é a riqueza das ONGs, mas também pode ser a sua fraqueza na medida em que o processo de globalização no plano econômico exige também uma globalização no plano político. A globalização econômica, imposta pelos agentes econômicos de mercado no plano internacional, aponta para a necessidade de construção de instituições internacionais no plano político com a função de regulamentação, senão passaremos a viver uma situação caótica, na qual a lógica econômica exclusiva se torna soberana e ignora a dimensão cultural, social, ambiental etc. Acho que essa resistência tem que ser rompida e certamente o será ao longo do tempo.

Apontei, portanto, duas razões: as ONGs refluíram para o local e o nacional e a resistência existente na construção de mecanismos internacionais porque muitas ONGs receiam uma tentativa de representação política, o que não seria bem o caso.

No que diz respeito ao Fórum Internacional, está claro que não existe esse objetivo de representação política. O objetivo é a articulação internacional de ONGs, uma

A diversidade é a riqueza das ONGs, mas também pode ser a sua fraqueza na medida em que o processo de globalização no plano econômico exige também uma globalização no plano político.

cooperação internacional visando a construção de alternativas. Não se trata de ação política direta, mas de busca de alternativas para modelos insustentáveis de desenvolvimento que hoje prevalecem no mundo. Isso também, às vezes, não é muito atraente porque grande parte das ONGs está mais ligada à ação direta, projetos e contestação. A busca de alternativas muitas vezes exige estudos e pesquisas, o que se, por um lado, agrada a algumas ONGs, por outro, não compõe o perfil de outras entidades mais ligadas à ação direta. Temos aí também uma série de

No que diz respeito ao Fórum Internacional, está claro que não existe esse objetivo de representação política.

O objetivo é a articulação internacional de ONGs, uma cooperação internacional visando a construção de alternativas.

dificuldades. Mas para mim fica claro que a Rio 92 foi um grande ponto de partida porque permitiu pela primeira vez a construção de uma articulação internacional.

Do ponto de vista político, a Rio 92 promoveu o que chamei de “casamento do social com o ambiental” porque depois do encontro das Nações Unidas sobre o tema ninguém mais pôde separar o meio ambiente do desenvolvimento, coisa que antes era sempre feita. Essa questão sócio-ambiental enfrenta agora um grande desafio que é a Cúpula do Desenvolvimento Social de Copenhague (março de 95) porque a agenda permite a relação do social e do econômico e a pauta fala em pobreza, renda, emprego etc.

Essa será uma grande oportunidade histórica para obrigar a lógica econômica a se abrir para incorporar a dimensão social e ambiental. Estamos em uma situação bastante precária porque os próprios países do hemisfério norte não estão interessados nessa Conferência que vai discutir temas que o próprio processo de globalização econômica internalizou nos países do Norte como, por exemplo, o desemprego. Esse processo de globalização econômica tem efeitos perversos não somente no Sul mas também no Norte. Em princípio, essa Conferência das Nações Unidas da Cúpula Social está ameaçada de fracasso pelo boicote dos países do hemisfério norte que não estão interessados em discutir questões sociais que dizem respeito não apenas ao financiamento do desenvolvimento sustentável no Sul, mas que diz respeito também ao seu próprio desenvolvimento, ao seu próprio modelo hoje colocado em xeque.

Essa é, a meu ver, a questão mais importante da conjuntura de 95. Creio que as ONGs terão um papel extraordinário a desempenhar nessa conjuntura. Essa conferência oficial dos governos está

ameaçada de fracasso. E aí, exatamente, recaí sobre as ONGs uma responsabilidade muito grande: se os governos fracassam, a sociedade civil organizada assume uma responsabilidade muito grande de avançar para formular alternativas. Os governos não conseguem chegar a acordos porque estão prisioneiros de seus interesses de Estado; porém, as organizações não-governamentais de todo o mundo têm propostas para apresentar e avançar sobre essas questões.

Os tratados aprovados no Rio nunca pretenderam ser bíblicos. Eles são instrumentos de trabalho que foram usados irregularmente pelo mundo afora, foram traduzidos em muitas línguas (inicialmente inglês, português, francês e espanhol e depois em muitas outras). Em alguns lugares, serviram até de instrumento de trabalho para a organização do campesinato, por exemplo, como aconteceu no Peru. Em outros, foram ignorados ou, ainda, viraram plano de governo. Nesse último caso, fórum de ONGs e governo montaram comissões de desenvolvimento sustentável que levaram em conta esses tratados na formulação de políticas públicas. Isso ocorreu nas Filipinas, na Noruega e no Canadá.

PROPOSTA – Numa conferência recente no Canadá, eles estavam sendo citados pelo pessoal da universidade como uma das referências. Inclusive havia algumas pessoas perguntando o que teria acontecido com os tratados do povo.

LISZT VIEIRA – Exatamente. Eles passaram a ser uma referência internacional, porém bastante irregular: ignorados em alguns países e ajudando a formular políticas públicas em outros. Mas nosso mundo é assim mesmo: o processo é bastante irregular e a longo prazo. De qualquer maneira, havia

A Conferência das Nações Unidas da Cúpula Social está ameaçada de fracasso pelo boicote dos países do hemisfério norte que não estão interessados em discutir questões sociais.

uma expectativa muito grande em relação ao Fórum Internacional e creio que ele está indo muito mais devagar do que se imaginava por essas duas razões básicas que já apresentei.

Teremos no Fórum Internacional esse encontro com reuniões abertas à participação de qualquer entidade. O encontro tem um caráter popular e, de modo geral, as grandes ONGs internacionais não participam; as ONGs de base popular têm interesse nele porque se fortalecem ao participar de uma rede internacional. O movimento está em andamento e é difícil prever o seu desfecho. Não há nenhuma pretensão de se estabelecer uma coordenação que monopolize a cooperação internacional, mas é uma das articulações internacionais mais importantes no campo das ONGs.

PROPOSTA – Embora o Fórum Internacional não tivesse

Creio que as ONGs terão um papel extraordinário a desempenhar nessa conjuntura.

voltado a desempenhar esse papel de grande articulador internacional de ONGs, parece que alguns tratados acabaram dando origem a algumas redes que se mantêm relativamente articuladas até hoje. Você tem informações mais concretas sobre isso?

LISZT VIEIRA – Alguns desses tratados viraram redes: dívida externa, educação ambiental, modelos econômicos alternativos, comércio internacional. Temos alguns exemplos de redes que se dinamizaram a partir dos tratados. Em vários países do mundo isso ocorreu e ocorre de maneira irregular e intermitente.

O desafio da rede como uma das propostas de cooperação internacional foi vencido pelo fato de ter havido no Rio de Janeiro o grande encontro que produziu um resultado importante como os tratados. Realmente ela tem potencialidade de ser talvez a mais importante rede de ONGs de caráter popular no plano internacional, desde que consiga vencer essa fase de organização de encontros regionais e nacionais no mundo inteiro, o que é extremamente difícil e complexo. Por exemplo, a África Oriental fala inglês, a África Ocidental fala francês, a África do Norte é árabe. Há uma grande dificuldade de comunicação. Por isso é muito difícil fazer articulações regionais quando existem conflitos que não estão superados naquela região, como é o caso da África, da Ásia etc. Na América Latina o processo está mais adiantado.

Em meados de 95 pretendemos fazer esse encontro internacional para discutir um plano de ação, uma estratégia. Nosso plano de trabalho terá três pontos básicos:

1) discussão da criação de instituições democráticas e responsáveis com poder de decisão, tanto governamentais quanto não-gover-

namentais, no plano global;

2) construção de modelos econômicos alternativos que promovam desenvolvimento social e ecologicamente sustentável; e

3) fortalecimento dos valores de comunidades sustentáveis em sociedades também sustentáveis.

Essa é a contribuição das organizações locais, do poder local, das experiências locais de sustentabilidade, em três planos: institucional, de modelos econômicos alternativos e de experiências locais de sustentabilidade que envolve toda a questão cultural. Esses são os três grandes planos de atuação do Fórum Internacional.

PROPOSTA – Como foi a relação do Fórum Internacional com as grandes ONGs internacionais? Parece que essas grandes organizações internacionais (tipo Greenpeace, Rede do Terceiro Mundo etc) não tiveram uma relação muito amistosa com o Fórum, não muito cooperativa, digamos assim, em relação ao Fórum. Como foi isso?

LISZT VIEIRA – Depende. No caso do Greenpeace e da Rede do Terceiro Mundo, a relação foi muito amistosa. Ambos participaram do processo de redação da Eco 92 e ainda participam. No pós-Rio 92 se afastaram um pouco, mas as relações continuaram muito boas. O Greenpeace e a Rede do Terceiro Mundo são organizações internacionais mais à esquerda, digamos assim. As outras organizações internacionais mais conservadoras nunca participaram e jamais participarão. São organizações mais ligadas ao *establishment*, seja o Estado ou grandes empresas, e não têm muito interesse em participar. Exatamente as duas que você citou foram as que, de certa maneira, participaram, desde a criação, de todo o processo até a Rio 92. Aqui e acolá continuam envolvidas, embora através de uma par-

ticipação mais indireta mas bastante positiva no processo.

PROPOSTA – E os fóruns nacionais ou internacionais que se constituíram também durante esse processo da Eco 92? Sabemos que alguns se mantêm até hoje, como no caso do Fórum Filipino.

LISZT VIEIRA – É, ele já existia antes.

PROPOSTA – Já existia antes mas se mantêm. Mas o Fórum Brasileiro acabou sofrendo uma desmobilização muito grande. Certamente era de se prever essa desmobilização com o passar do momento da Conferência. Mas atualmente ele está também com grandes dificuldades de se manter. Como é que você analisa as dificuldades de manutenção desses fóruns? O que você conhece de experiências nesse sentido?

É muito difícil conseguir recursos para uma mobilização internacional de ONGs que têm como atividade principal fazer reuniões e que têm como produto uma estratégia de articulação global.

LISZT VIEIRA – Existem dificuldades de ordem financeira, administrativa, mas há também uma questão de fundo. Talvez esses fóruns não tenham encontrado o seu papel, não tenham definido precisamente qual seria a sua função depois da Rio 92. Eles foram criados para a Rio 92; depois deci-

diu-se que deveriam continuar, mas não ficou muito bem claro o seu papel político. Daí uma certa indefinição e uma certa intermitência na sua atuação, que passou a ter um caráter irregular, com fluxos e refluxos, avanços e recuos. Eu creio que tenha havido dificuldade em estabelecer a sua identidade, de fixar o seu papel político na nova conjuntura pós-Rio 92.

PROPOSTA – E do ponto de vista dos recursos materiais, quais são as condições de sustentação que o Fórum internacional tem e teve ao longo desse processo? Quais foram as fontes de recursos a que ele teve acesso e em que medida essas fontes de recursos têm sido suficientes para sustentar as atividades que o Fórum se propõe a fazer hoje em dia?

LISZT VIEIRA – É muito difícil conseguir recursos para uma mobilização internacional de ONGs que têm como atividade principal fazer reuniões e que têm como produto uma estratégia de articulação global. Para os órgãos financiadores isso não é nada. Para eles é muito mais fácil financiar projetos de caráter de inserção local com produtos mais concretos. Por isso é difícil essa mobilização de recursos, o que acaba explicando o andamento mais lento do Fórum Internacional.

Nossa proposta supunha uma articulação internacional em todos os continentes e estamos nos baseando mais nas redes do que nas ONGs. Seria impossível trabalhar só com as ONGs pela diversidade, às vezes pelos conflitos. Então, com base nas redes existentes nos planos nacional, regional, continental, estamos tentando trabalhar para organizar esses encontros regionais (no sentido de continentais) para daí podermos discutir estratégias regionais e uma estratégia global. Acredito que nós

chegaremos lá este ano com a realização de um encontro internacional, com legitimidade, para discutir uma proposta de um plano de ação para as ONGs que quiserem se incorporar nesse processo democrático, com vistas à formulação de estratégias alternativas à ordem econômica, social e política vigente.

PROPOSTA – Em que medida você acha que as ONGs dessas articulações todas são hoje efetivamente atores dentro do processo de globalização? Sabemos que esse processo está sendo impulsionado basicamente pela economia, pelos processos econômicos, pelo mercado principalmente, pela ampliação dos mercados e, sem dúvida nenhuma, talvez o principal ator nesse processo sejam as empresas multinacionais. Acho que até os próprios estados nacionais vão mais ou menos à reboque dessa dinâmica dada fundamentalmente pelo plano econômico. Mas será que já poderíamos dizer que as organizações da sociedade civil não estão atuando nem dentro da lógica do mercado nem se submetendo *strictu sensu* às razões de Estado, aos interesses nacionais? Na sua opinião, essas organizações já poderiam ser consideradas como atores dentro do processo de globalização?

LISZT VIEIRA – Bom, eu acho essa é a tendência, mas ainda não se constituíram. Elas estão vivendo um processo de construção de sua identidade política como ator nesse processo de globalização. A participação dessas ONGs é muito irregular. Elas participam fazendo lobby nas grandes organizações internacionais, na ONU, nas organizações multilaterais. Elas participam ajudando na formulação de políticas ou de decisão quanto a projetos, mas não estão articuladas e coordenadas para dar uma eficácia

política a essa atuação no plano internacional. Por isso digo que tendencialmente essas organizações irão se constituir como atores.

Se não for o Fórum Internacional, surgirá uma outra articulação porque a necessidade já está colocada historicamente. A necessidade é objetiva. O processo de globalização mais cedo ou mais tarde será acompanhado pela criação de uma nova institucionalidade no plano internacional. Esse processo de globalização é hoje sobretudo econômico; mas ele cer-

Esse processo de globalização é hoje sobretudo econômico; mas ele certamente acabará produzindo ou acabará acompanhado de uma globalização de ordem política.

tamente acabará produzindo ou acabará acompanhado de uma globalização de ordem política.

É preciso dizer também que essas organizações tendem a desempenhar um novo papel, por seu caráter privado e por suas finalidades públicas. Se conseguirem ter a eficácia da empresa privada e cumprir funções públicas, realmente estarão fortalecidas em todos os espaços nacionais. Em consequência, vão se fortalecer no plano internacional porque estão cumprindo a finalidade pública e estão se organizando em termos privados. Essa modalidade *sui generis* das ONGs, do ponto de vista histórico, leva-as a cumprir um papel extremamente importante de sentar ao lado do governo para formular políticas públicas. Aliás, na oposi-

ção, elas também podem contribuir construtivamente para formulação de políticas públicas.

Esse fortalecimento das ONGs em todo o mundo, fruto da constatação de que somente o Estado e o Mercado não vão resolver a crise econômica, social e ambiental em que estamos mergulhados, tende a fortalecer as organizações da sociedade civil e o papel das ONGs na construção dessas alternativas e de mecanismos institucionais de cooperação internacional de ONGs. Portanto, elas tendem a se constituir como atores no processo de globalização, seja no plano econômico, seja na sua contribuição para a própria constituição de uma nova institucionalidade política global.

Feita essa ressalva, creio que a tendência é das ONGs se articularem no plano internacional. E não é só através do Fórum Internacional. Há outras iniciativas em curso. Há uma tendência dessas iniciativas, hoje dispersas, a se encontrarem.

PROPOSTA – As sociedades civis, por exemplo?

LISZT VIEIRA – Não sei. Eu não posso falar porque não conheço propriamente o que propõem.

Existem ONGs que já vêm trabalhando em cooperação internacional há muitos anos. São ONGs que têm afinidades. Por exemplo, ONGs que atuam na área do desenvolvimento, há muitos anos cooperam, recebem financiamento e travam diálogo. Algumas já construíram associações ou instituições internacionais e que têm uma tradição de trabalho conjunto que facilmente poderiam construir, se fosse o caso, uma articulação internacional com organicidade. Várias iniciativas tendem a confluir para a construção de uma cooperação internacional de ONGs com o objetivo de buscar alternativas ao modelo econômico dominante que é insustentável. Esta é uma neces-

sidade que está colocada.

O Estado de um lado e a empresa de outro, esses dois atores sozinhos não têm condições de enfrentar e resolver o desafio colocado pelos novos tempos: a grande crise ecológica e social. Então, a sociedade tem um papel histórico extremamente importante a desempenhar. O que temos são tendências para a formação de um tripé Estado, mercado e sociedade civil. As organizações do governo, as empresas e a sociedade civil (ONGs, sindicatos etc) se constituirão enquanto atores que irão negociar as soluções para a superação da crise global, da crise de caráter planetário colocada pelo atual modelo econômico insustentável.

PROPOSTA – E para você qual é o papel das chamadas instituições multilaterais? Elas são instituições formalmente constituídas a partir de Estados nacionais mas que acabaram ganhando uma certa autonomia na medida em que não podem se identificar estreitamente – pelo menos teoricamente – com os interesses de um ou outro estado nacional. Na prática, os Estados nacionais tendem a ter um maior peso principalmente junto a algumas instituições como de Bretton Woods, Banco Mundial, GATT etc. Mas essas instituições acabaram assumindo um caráter democrático e, de certa forma, realmente supranacional. Qual o papel que essas instituições podem desempenhar na construção dessa nova ordem?

LISZT VIEIRA – Este aspecto teria que ser discutido paralelamente à reformulação das Nações Unidas. O sistema das Nações Unidas e das instituições multilaterais está em crise. Elas foram criadas depois da Segunda Guerra Mundial e de Bretton Woods, quando cumpriam um determinado pa-

pel que creio, hoje, não ser mais o mesmo. A partir da reorganização das Nações Unidas, seria necessário discutir e redefinir o papel das instituições multilaterais. Evidentemente esta será uma questão delicada, sobretudo depois do fim da bipolaridade no mundo. Os Estados Unidos hoje são uma potência quase que exclusiva na área internacional do ponto de vista econômico e, principalmente, do ponto de vista político. Eles enfrentam o Japão, a Comunidade Européia e ainda tem parceiros. Mas do ponto de vista político... Por isso será uma questão extremamente difícil.

Esta questão também estará referenciada na discussão do desenvolvimento. Pelo que pude observar nos últimos encontros internacionais, sobretudo o encontro do Cairo, parece haver uma tendência por parte dos países do Norte de negligenciar a problemática do desenvolvimento. É como se eles tivessem chegado à conclusão de que esse desenvolvimento

O que ainda sustenta o resquício de diálogo Norte/Sul é a esperança por parte dos países do Sul de uma política de desenvolvimento.

seria impossível e que eles iriam apenas fazer uma política de caráter paliativo em casos de grandes crises e conflitos sociais, mas basicamente iriam implementar uma visão neoliberal de integração econômica internacional para ligar todos os mercados alimentados pelas demandas economicamente ativas existentes no mundo. Isso faz com que os bolsões de pobreza dos países do Norte e a miséria dos

países do Sul cresçam cada vez mais.

(A Conferência do Cairo, em setembro de 94, não soube ou não quis fazer a relação entre população, meio ambiente e desenvolvimento. Mas, na periferia da Cidade do Cairo, a quinze minutos do Centro de Conferências, para os milhões de pobres vivendo num ambiente degradado e subdesenvolvido, a relação entre população, meio ambiente e desenvolvimento faz parte da vida cotidiana.)

Se isso realmente for verdade – não posso afirmar que é uma política definida pois me parece uma tendência – e todo o discurso do desenvolvimento pós-guerra, da teoria da estratégia de desenvolvimento e das excelências do crescimento econômico do desenvolvimento for abandonado na prática – embora possa permanecer como retórica –, aí teremos uma reordenação geral das relações políticas internacionais. O que ainda sustenta o resquício de diálogo Norte/Sul é a esperança por parte dos países do Sul de uma política de desenvolvimento. Mas podem chegar à conclusão de que os países do Norte estão abandonando essa política de desenvolvimento, deixando restar apenas políticas paliativas e compensatórias, tentando dar prioridade à integração econômica de mercados e ao controle migratório para impedir a imigração para os países do Norte (até por que têm que enfrentar o aumento de desemprego nos próprios países, cujo padrão tecnológico vem gerando cada vez mais desemprego).

Diante desse quadro, os países industrializados do Norte tendem a abandonar o discurso, a prática e a política do desenvolvimento. Essa postura irá reordenar as relações políticas internacionais e colocar a necessidade da discussão de uma reorganização das instituições internacionais e do próprio sistema das Nações Unidas. 🌐

A POLÍTICA AGRÍCOLA NO MERCOSUL E OS TRABALHADORES

Vicente de Azevedo Marques

O processo de integração regional tem comportado análises de dimensões bastante variadas. Neste texto, a política agrícola no Mercosul será abordada a partir da perspectiva e da possibilidade de uma atuação propositiva das entidades dos trabalhadores pela consolidação da democracia em um novo espaço regional.

Na primeira parte, será feita uma síntese da evolução das principais negociações governamentais no âmbito do Subgrupo de Trabalho Política Agrícola (SGT-8). Na segunda parte, será feito um resumo dos trabalhos realizados sobre uma cadeia produtiva específica: a do leite. Na terceira e última parte, será discutida a articulação dos trabalhadores rurais – especialmente os agricultores familiares – frente aos desafios colocados pelos temas citados.

Alguns pontos das negociações governamentais

De uma forma geral, a estratégia de negociação implementada pelo SGT-8 tem como característica principal a busca de uma convergência de posições a respeito das tendências mundiais de liberalização comercial e de desregu-



lamentação dos mercados agrícolas através da redução da intervenção governamental.

Estas tendências estão expressas em acordos internacionais, especialmente o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta) e os Tratados da União Européia.

Destacaremos aqui as negociações relativas à Tarifa Externa Comum (TEC) e aos temas do SGT-8 considerados prioritários pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais (harmonização da política agrícola, reconversão produtiva e articulação dos pequenos produtores). Além desses assuntos, o SGT-8 está organizado em unidades que tratam da política tecnológica agropecuária e agroindustrial; do diagnóstico de competitividade setorial; das barreiras à livre circulação de produtos; da sustentabilidade dos recursos naturais e proteção ambiental no setor agropecuário; do registro de agroquímicos e da harmonização das legislações fito-zoo-sanitária e de sementes.

No início de agosto de 1994, os presidentes dos quatro países (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) que integram o Mercosul definiram os parâmetros básicos de um espaço de livre-

VICENTE DE AZEVEDO MARQUES – Engenheiro agrônomo, técnico do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da Central Única dos Trabalhadores pelo Desemp.

comércio e para a criação de uma união aduaneira, sem acenar, no entanto, com um projeto de desenvolvimento regional. A Proposta de Acordo Geral sobre a TEC foi discutida em outras instâncias simultaneamente aos trabalhos do SGT-8. A proposta acordada prevê uma TEC máxima de 20% que deverá entrar em vigor a partir de janeiro de 1995. (Além disso, os países deveriam apresentar, até o início de outubro de 1994, as suas respectivas listas de execuções temporárias à TEC.)

Na proposta, os produtos das indústrias alimentares, de bebidas e do fumo estão mais protegidos pois apresentam tarifas de importação maiores que as dos produtos de origem animal e vegetal com pouco ou nenhum processamento e que se concentram em torno de 6% a 9%, excluído o caso do leite.

A TEC pode ser entendida como um instrumento fundamental para a integração de políticas agrícolas e industrial em nível regional. A sua definição envolveu conflitos políticos baseados nos diferentes interesses nacionais característicos da diversidade das estruturas produtivas e sociais entre países. No entanto, no caso do setor agropecuário e agroindustrial, o consenso sobre a TEC foi facilitado pela sua aproximação com o regime tarifário brasileiro que resultou da desregulamentação do comércio exterior empreendida a partir do governo Collor (e cujas consequências negativas para o emprego e a auto-suficiência em grãos e fibras são conhecidas).

Observe-se, porém, que os representantes dos quatro países no SGT-8 sugeriram ao Grupo Mercado Comum (GMC) estudar a possibilidade de aplicar mecanismos complementares que permitam que a TEC dos grupos agropecuários e agro-industriais possa ser elevada aos níveis máximos (de até 55%) propostos na Rodada

No início de agosto de 1994, os quatro países que integram o Mercosul definiram os parâmetros básicos de um espaço de livre-comércio e para a criação de uma união aduaneira, sem acenar, no entanto, com um projeto de desenvolvimento regional.

Uruguai do GATT quando ocorrerem importações subsidiadas ou afetadas por práticas desleais de comércio.

Estas preocupações são justificáveis diante da provável perspectiva de conflitos decorrentes das normas aprovadas pelo GATT que eliminaram, em alguns casos (ou limitaram em outros), a aplicação de medidas de defesa da produção e do comércio nacionais.

A proposta de harmonização da política agrícola no Subgrupo 8

Até agosto de 1994, o SGT-8 havia cumprido apenas parcialmente o cronograma oficial, com particular atraso no caso das medidas relativas à articulação dos pequenos produtores.

O principal documento elaborado foi o Projeto de Acordo para Ajuda Interna à Agricultura, ainda não aprovado pelo GMC. Este Acordo tem como objetivo procurar coordenar as políticas agrícolas para que estas possibilitem condições de competitividade razoavelmente semelhantes entre os pro-

dutores dos países-membros. Pode-se dizer que esse Projeto, pela sua amplitude, tende a condicionar as medidas de reconversão e de articulação dos pequenos produtores.

Segundo o Projeto, cada país se compromete a reduzir, até o ano 2000, a ajuda interna aplicada em favor de produtores ou dos diversos produtos. O período base (1991-1992) e a metodologia (Medida Global de Ajuda - MGA) para determinar esses compromissos e as suas respectivas exceções foram os mesmos utilizados pelo GATT para estabelecer um sistema de comércio orientado pelo mercado.

O Projeto discutido, no entanto, difere em alguns pontos do que foi aprovado pela Rodada Uruguai. Não houve acordo no SGT-8 sobre o limite, abaixo do qual os países não precisarão se comprometer com reduções dos gastos públicos para ajuda interna à agricultura. As propostas discutidas para este limite variaram de 5% a 10% do valor da produção agropecuária, em termos globais ou de acordo com cada produto. No caso brasileiro, a aceitação do menor valor discutido poderia limitar em apenas US\$ 2 bilhões/ano os gastos governamentais destinados à sustentação de preços no mercado e a certos tipos de incentivos, tanto nacional como sub-regionalmente.

Embora alguns tipos de gastos com investimento e subsídios não sejam considerados para efeito desse limite, o Projeto tende a restringir os atuais instrumentos nacionais de garantia de preços mínimos, de crédito e de apoio à realização da reforma agrária.

Outra divergência que persistiu no SGT-8 foi sobre a formação de estoques públicos para fins de segurança alimentar. O Projeto prevê que esses estoques sejam excluídos dos compromissos de redução dos gastos públicos, desde que sejam adquiridos aos pre-

ços correntes do mercado e vendidos sem objetivos de controle da inflação. Além disto, o atual texto exige que esses estoques tenham uma administração transparente, um volume para no máximo dois meses de abastecimento e a preferência para qualquer outro país do Mercosul no caso de importações.

Embora ainda não esteja definida a forma institucional que o Mercosul deverá adotar no início de 95, prevê-se que o cumprimento e as alterações futuras do Acordo Agrícola serão de responsabilidade de uma nova organização – a Comissão de Agricultura do Mercosul – que, a exemplo do que ocorre no SGT-8, será composta somente por membros dos governos de cada país.

A reconversão produtiva e o caso do leite

A Política de Reconversão está sendo tratada no SGT-8 a partir de diagnósticos de danos prováveis causados pela integração e de recomendações de medidas e recursos necessários segundo o setor produtivo ou área geográfica. Ao todo já foram estudados oito setores e quatro regiões, sendo que no Brasil foram escolhidos os casos da cebola e dos lácteos, na Região Sul, que analisaremos a seguir a título de exemplo.

Embora o Brasil seja o maior produtor de leite no Mercosul, o setor lácteo no país é um dos mais sensíveis ao processo de integração em termos de competitividade. Segundo os estudos concluídos no âmbito do SGT-8 no final de 1993, as principais diferenças entre os quatro países estão na produtividade e nas margens monetárias por litro nos diferentes sistemas produtivos. Na Argentina, cada vaca produz em média quase três vezes mais leite por ano que no Brasil e as margens líquidas são até dez vezes maiores que as dos sistemas brasileiros.

Não houve acordo no SGT-8 sobre o limite, abaixo do qual os países não precisarão se comprometer com reduções dos gastos públicos para ajuda interna à agricultura. Outra divergência que persistiu no SGT-8 foi sobre a formação de estoques públicos para fins de segurança alimentar.

A análise regional do setor em cada um dos países revela que cerca de 110 a 140 mil famílias de pequenos produtores de leite do Sul do Brasil, que operam com baixas margens monetárias, são as mais prejudicadas pela integração nos próximos dois a cinco anos. Além disto, prevê-se que pelo menos 12 mil empregos nos pequenos laticínios sejam afetados. Entre as causas apontadas para isso está a crescente busca da especialização da produção.

As recomendações feitas no âmbito do SGT-8 até o momento prevêem gastos da ordem de US\$ 545 milhões para os quatro países,

Embora o Brasil seja o maior produtor de leite no Mercosul, o setor lácteo no país é um dos mais sensíveis ao processo de integração em termos de competitividade.

que incluem investimentos (83% do total) e medidas para capacitação, informação e assistência técnica. E sugeriu-se que o chamado “setor privado” seja o principal agente do processo tanto como beneficiário de financiamentos (47% do total dos recursos) quanto como investidor direto (26% do total).

A mesma fonte calcula que a reconversão de todo o setor lácteo no Brasil necessita de US\$ 2,5 bilhões entre 1994 e 1997. No entanto, as recomendações feitas até o momento citam apenas cerca de US\$ 17 milhões (em quatro anos) para modernização de metade dos pequenos laticínios que fabricam queijos artesanalmente e US\$ 15 milhões (em dois anos) para programas de geração de 6 mil postos de trabalho por ano, com atividades de capacitação e constituição de dez empresas associativas de produção.

Assim como no caso do leite, a maioria dos diagnósticos realizados até o momento não permite identificar e qualificar as relações existentes entre os produtos, as condições produtivas e os atores sociais, inclusive o Estado. Isto impede um encaminhamento satisfatório das questões relativas à reconversão, se entendida como um processo de ajuste ou reorientação produtiva de segmentos sensíveis onde se faça necessária uma ação decisiva do setor público.

A proposta sindical de criação de um Fundo Social de Reconversão visava introduzir um instrumento complementar à TEC para operacionalizar políticas setoriais de promoção do desenvolvimento baseado na complementaridade produtiva e na geração de emprego qualificado no espaço regional.

Porém, não estão previstos no âmbito institucional dos quatro países uma estrutura e um planejamento mínimo para viabilizar um processo de coordenação para implantação da reconversão baseado na participação ativa dos diversos atores.

A articulação dos agricultores familiares

As transformações decorrentes do processo de integração têm levado a novas exigências para a ação dos movimentos sociais, principalmente em relação ao novo espaço de articulação política e às novas formas de relação entre o Estado e os atores sociais.

O esforço realizado pelos trabalhadores para atender às questões colocadas a partir do Mercosul ampliou, sem dúvida, a dimensão do espaço político e democrático, promovendo parcerias inéditas. As críticas sobre o modelo do processo de integração e a busca da ampliação dos direitos de intervenção talvez sejam os principais elementos de aglutinação de diferentes atores políticos que procuram articulações regionais autônomas.

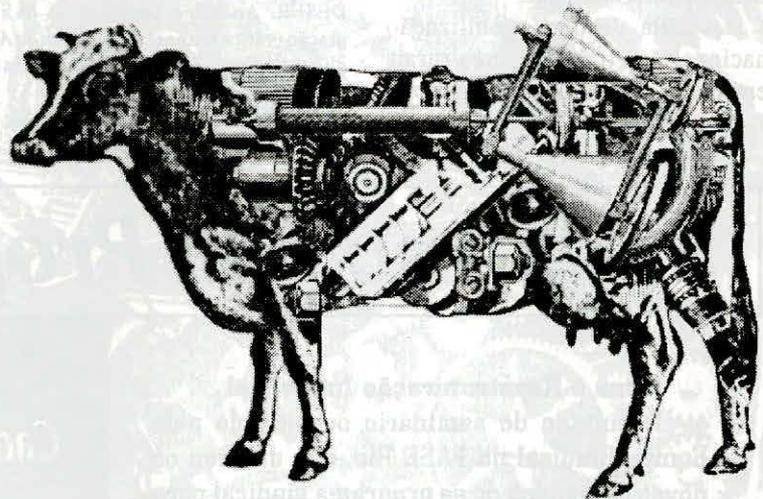
No entanto, desde o início do processo, algumas análises colocavam a necessidade de se ir além da denúncia do caráter antidemocrático e “ameaçador” do Mercosul.

As iniciativas no campo da política agrícola da Coordenadoria de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSS) – criada com o apoio da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) – foram dificultadas pois, à exceção da CUT-Brasil, nenhuma das outras Centrais possui organização específica e representatividade entre os trabalhadores rurais, especialmente os produtores familiares.

As recentes articulações de entidades sindicais e não-sindicais através da Coordenação Latino-Americana de Organizações Camponesas (CLOC) e da Rede Interamericana Agricultura e Democracia (RIAD) buscam coordenar atividades para apresentar propostas concretas e tentar participar efetivamente nas definições que ainda restam no SGT-8.

Uma rápida tentativa de iden-

O esforço realizado pelos trabalhadores para atender às questões colocadas a partir do Mercosul ampliou, sem dúvida, a dimensão do espaço político e democrático, promovendo parcerias inéditas.



tificar alguns obstáculos para atingir esses objetivos poderia incluir três pontos:

1º) A idéia de que a necessidade da reestruturação produtiva do setor agropecuário brasileiro era anterior ao Mercosul – e mais complexa do que ele em si – não está consolidada entre os trabalhadores rurais. Além disso, a compreensão de que as políticas setoriais estão sob forte determinação das políticas macroeconômicas ainda não é generalizada entre os movimentos sociais que atuam no campo.

Isto tem implicado em dificuldades adicionais para tratar “novos” temas como “tarifa externa”,

“desregulamentação”, “defesas comerciais”, “segurança alimentar”, “reconversão produtiva” etc. Além disso, são maiores os problemas para repensar os instrumentos tradicionais de intervenção do Estado e o seu papel na promoção de um desenvolvimento nacional que permita a complementação regional em novas bases.

2º) A amplitude e o ritmo do processo de integração econômica e regional estão fortemente determinados pelas iniciativas comerciais e pelos investimentos empresariais, especialmente de multinacionais.

Na prática, isto leva a dois processos de integração: o “real”, realizado pelas empresas, e o “formal”, trabalhado pelos governos. Em consequência, passa a exigir dos movimentos sociais no campo uma atuação coordenada internacionalmente frente ao setor empresarial.

3º) Observa-se um descompasso entre a organização dos trabalhadores rurais e as formas específicas de negociação propostas pelos governos.

A estratégia do governo brasileiro previu quatro formas de negociação da política agrícola:

– Seminários Quadripartites do

Setor Privado (por cadeia produtiva);

– Fóruns Estaduais da Pequena Produção;

– Fóruns Permanentes de Consultas (abertos à sociedade); e

– Comitês Técnicos Estaduais (governamentais).

Estas formas não correspondiam às ações realizadas pelos movimentos sociais, cuja base é predominantemente diversificada em termos da produção. Essas ações estavam centradas na defesa dos interesses de segmentos específicos em detrimento de interesses mais gerais, na ênfase dada ao discurso “político” em oposição a atuação “técnica” e na pouca articulação interestadual.

A falta de uma mobilização nacional dos trabalhadores rurais em torno dos temas relativos ao

Mercosul esteve associada à dificuldade de priorizar a incorporação desses temas nas suas reivindicações imediatas, o que se deveu em parte à uma importância bastante diferenciada que esses temas adquiriram entre as regiões do país.

Estas são preocupações que certamente continuarão a exigir novas reflexões após o período de transição do Mercosul.

Referências Bibliográficas:

ALIMONDA, Héctor. Notas sobre o Mercosul e a democracia. In: *Indicadores Econômicos FEE*, v. 21, n. 3. Porto Alegre: FEE. 1993.

DESER. Análise e perspectivas da integração (vários artigos). In: *Boletim da Agricultura Familiar no Mercosul*, n. 1. Curitiba: Deser. 1994.

GARGIULO, Gerardo R. *Reconversión y reestructuración de las actividades agropecuarias y agroindustriales: informe final*. Montevideo: BID/SGT-8 (mimeo.), 1993.

IPARDES (coord.). *Política de reconversión: critérios e parâmetros para a formulação de um projeto de reconversão*. Brasília: IPEA (Estudos de Política Agrícola, Documento de Trabalho n. 9), 1994.

MALUF, Renato. *Políticas setoriais e reestruturação produtiva: o segmento agroindustrial no Mercosul*. São Paulo: Desep-CUT (Relatório do Programa de Pesquisa e Formação Sindical do Ires-CGIL/Desep-CUT), 1993.

MARTINEZ, Benjamin M. Avaliação retrospectiva e factual do desenvolvimento das negociações do âmbito do subgrupo de trabalho n° 8 do Mercosul. In: *Boletim de Integração Latino-Americana* n. 13. Brasília: MRE, 1994.

RIAD. *Relatório do Encontro de Dirigentes de Organizações de Pequenos Agricultores no Âmbito do Mercosul*. Porto Alegre, agosto de 1994 (Versão preliminar).

Cadernos de Proposta

Crise e Reestruturação Industrial

Resultado do seminário organizado pela Equipe Sindical da FASE Rio, que debateu os novos conteúdos do seu programa sindical para o triênio 93-95, cujo eixo central é elaborar propostas que possam contribuir para a ação dos trabalhadores e do movimento sindical num quadro de crise e de reestruturação. “Crise e Reestruturação Industrial” aborda a questão nos contextos nacional e internacional – o colapso do modelo de desenvolvimento industrial brasileiro; complexo industrial e inovações tecnológicas; sindicalismo e reestruturação, dilemas e perspectivas –, realidades regionais – Carajás, Mercosul e a recessão na Zona Franca de Manaus – e CUT, o BNDES e as relações de trabalho.

Onde adquirir:

FASE - Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo

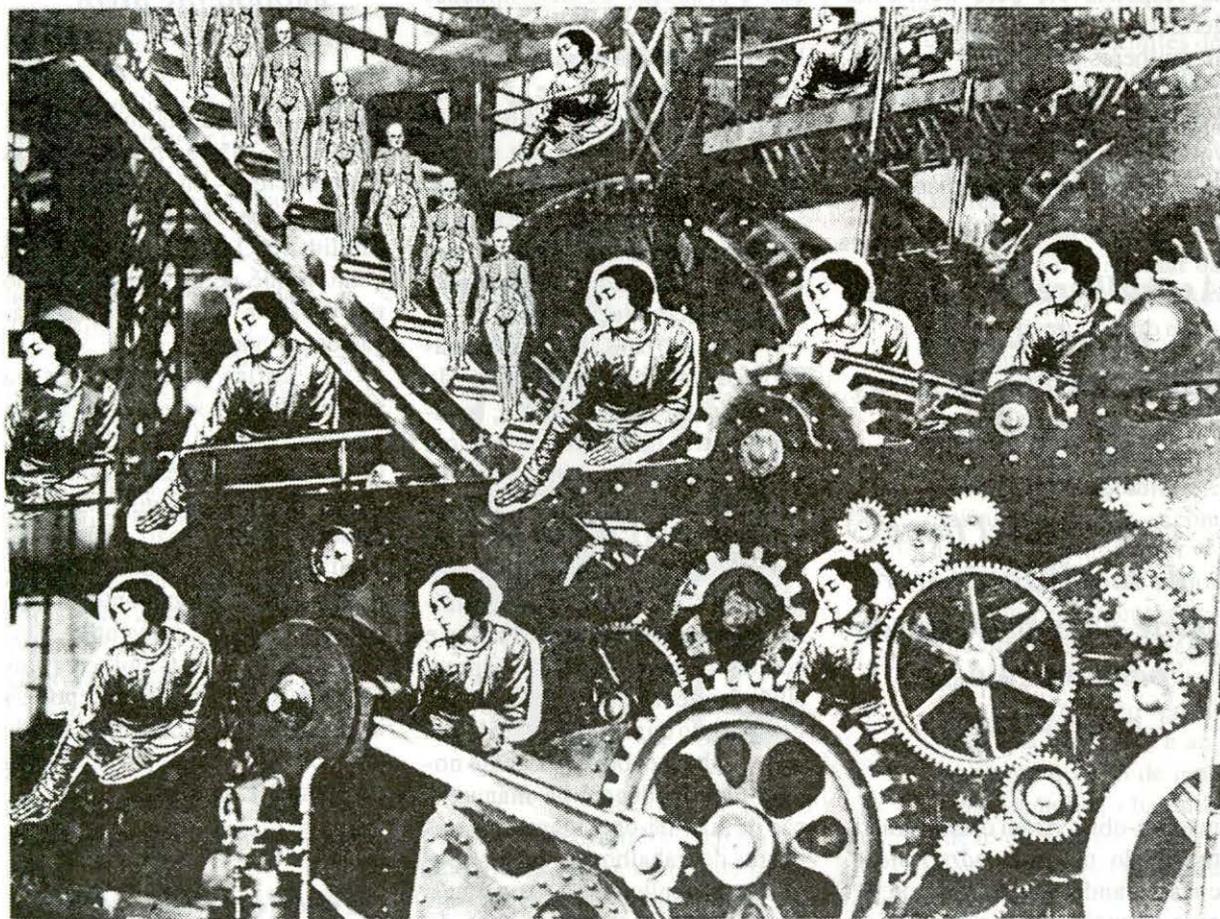
Cep 22270 - 070 - Rio de Janeiro - RJ

Tel:(021)286-1598



REESTRUTURAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO: UM DEBATE SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Wania Sant'Anna



A economia mudou e, em certa medida, são as mulheres que têm possibilitado as mudanças positivas. O desenvolvimento e o crescimento econômico parecem estar indissolavelmente relacionados com o progresso das mulheres. Em países onde as mulheres alcançaram progressos, o crescimento tem sido usualmente percebido. No entanto, tem-se observado estancamentos nos casos onde não é permitida às mulheres uma

plena participação.”¹

Não tem sido pouco comum notar-se nos processos de reestruturação e liberalização dos mercados o aumento do número de mulheres nos indicadores de população economicamente ativa. Estudos das Nações Unidas são enfáticos em apontar a região asiática como um bom exemplo deste fenômeno. No entanto, o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho não significa

1- Desarrollo Sostenible y Cooperación Económica Internacional Adelanto de la Mujer - Estudio mundial de 1994 sobre el papel de la mujer en el desarrollo - Informe del Secretario General. Documento das Nações Unidas A/49/378, 12/9/1994.

WANIA SANT'ANNA - Historiadora, assistente de direção da FASE.

a ocupação por elas de postos de trabalho antes ocupados por homens, mas ocupação de novos postos de trabalho em alguns setores. Note-se que esses novos setores têm sido férteis em captar as necessidades expressas pelas mulheres, fenômeno perfeitamente analisável dentro de uma perspectiva de gênero.

Dada a forma como foram socializadas, reforçando-se o papel de responsáveis pelo bem-estar geral das famílias e comunidades, as mulheres têm aceito mundialmente trabalhar por menores salários, o que significa um considerável fator de mobilização por parte do empresariado para o uso dessa

As mulheres têm aceito mundialmente trabalhar por menores salários, o que significa um considerável fator de mobilização por parte do empresariado para o uso dessa mão-de-obra.

mão-de-obra. Além disso, a instituição do trabalho *part time* é, considerando-se o arranjo de gênero, “benéfico” à sociedade. Esta forma de trabalho é atraente às mulheres que analisam esta possibilidade como solução às suas necessidades junto a suas famílias e comunidade de um outro aspecto da sua personalidade: a de provedoras do bem-estar familiar e comunitário.

No entanto, esta forma de participação no mercado de trabalho – embora considerado por alguns como estruturalmente positivo por significar, ao final, uma possibili-

dade de acesso a algum tipo de remuneração – guarda conseqüências negativas. Por exemplo, as mulheres continuam sendo o grupo de mais baixa remuneração. Também faz-se uso de tradicionais percepções sobre a personalidade feminina, como habilidade para trabalhar horas e horas sem interrupções em atividades repetitivas e que exigem adestramento manual para afirmar sua adequação à produção de determinadas mercadorias. E, ainda, apóia-se na baixa capacidade de reivindicação das mulheres que, frente à possibilidade de perderem o emprego, submetem-se a condições de trabalho extremamente desvantajosas.

É verdade também que se continua a imaginar as mulheres como aquelas primeiramente responsáveis pela reprodução social.

Por outro lado, devemos considerar os impactos das reformas do Estado como, por exemplo, redução e cortes do quadro de pessoal em algumas áreas, além dos cortes orçamentários em áreas sociais estratégicas. O Estado tem sido notoriamente um grande empregador da força de trabalho feminina. As áreas de educação, saúde e administração pública são expressivas evidências disto. No enxugamento do quadro de pessoal, tem sido também expressivamente notada uma tendência de manutenção da mão-de-obra masculina nos postos de trabalho: em poucas palavras, as mulheres são as primeiras a serem postas para fora do mercado de trabalho (ou reincorporadas quando é o caso).

Quanto aos cortes do orçamento em áreas sociais, os impactos sobre as mulheres são múltiplos, sobretudo se devidamente considerada uma análise de gênero face à situação geral: cortes orçamentários na educação, que acabam por significar o oferecimento de um serviço precário, deixa às mulheres a preocupação de proporcionar às crianças alguma atividade

O Estado tem sido notoriamente um grande empregador da força de trabalho feminina. As áreas de educação, saúde e administração pública são expressivas evidências disto.

complementar à sua socialização. Neste caso, não se pergunta se as mulheres têm – ou se lhes é dada – condições para assumir tal responsabilidade. O que impera é o senso comum que vê as mulheres como responsáveis “naturais” pela educação das crianças.

Os cortes orçamentários na saúde também sobrecarregam as mulheres. Afinal, são elas, em última instância, as responsáveis por cuidar dos doentes que o sistema de saúde público não atende adequadamente. A falta de investimento no estabelecimento de uma política de saúde preventiva também sobrecarrega as mulheres pois as crianças são mais susceptíveis às doenças decorrentes da falta de cuidados elementares com a higiene pessoal e ambiental.

Não tem sido pouco comum notar-se nos processos de reestruturação e liberalização dos mercados o aumento do número de mulheres nos indicadores de população economicamente ativa.

Esses são alguns elementos que inspiraram às organizações de mulheres, em todo o mundo, a fazer uma crítica deste momento de reestruturação econômica que apresenta a iniciativa privada como sendo a principal saída para todos os males contemporâneos. Como bem assinala um recente documento das Nações Unidas, em seu parágrafo 22: "A situação [das mulheres] se complica ainda mais dado ao fato de as novas empresas do setor serem incapazes de manter os serviços sociais de apoio que compunham parte do emprego no sistema anterior ou ainda de não estarem dispostas a fazê-lo, tornando mais difícil a participação da mulher em atividades econômicas nas mesmas condições de antes".²

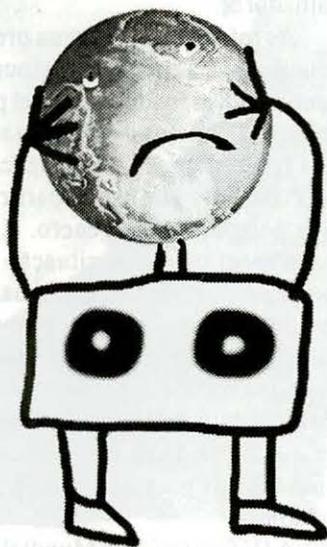
No caso brasileiro, as tendências negativas já transparecem de forma bastante bem definida. Não é desconhecida a crítica do setor privado em relação à licença maternidade de 120 dias concedida às trabalhadoras-mães. Também não é desconhecida a irritação empresarial contra as mães trabalhadoras e a sua necessidade de ausentar-se do trabalho por questões familiares (leia-se cuidado com crianças e pessoas idosas e/ou doentes).

Ainda sobre o caso brasileiro, as recentes declarações sobre a reforma previdenciária pretendida pelo governo Fernando Henrique Cardoso expõe em várias propostas o impacto negativo sobre as mulheres:

1) Existência de sistemas distintos de aposentadoria para categorias específicas como servidores públicos, parlamentares, magistrados etc nos três níveis do governo.

Já assinalamos como as mudanças/reformas dirigidas ao setor

Aposentar-se cinco anos mais cedo não significa privilégio, mas sim liberação para o exercício de atividades que eram antes executadas concomitantemente à atividade remunerada.



público tendem a afetar considerável parcela de mulheres que integram a força de trabalho ativa. O Estado é um grande empregador da força de trabalho feminina.

2) Discriminação por sexo e setor de atividade nas regras de aposentadorias.

Os limites para a aposentadoria por idade e tempo de serviço são inferiores aos dos homens em cinco anos. A justificativa utilizada para cortar o que se adjectiva como "privilégio" das mulheres é a de que as mulheres têm sobrevida maior que os homens. "Portanto, as mulheres contribuem mais que

proporcionalmente para o desequilíbrio atuarial do sistema." Esquecem os burocratas do Estado todas as outras atividades das mulheres trabalhadoras com a reprodução social. Aposentar-se cinco anos mais cedo não significa privilégio, mas sim liberação para o exercício de atividades que eram antes executadas concomitantemente à atividade remunerada.

O objetivo das mulheres brasileiras aposentadas não é exatamente passar férias sem limites de tempo nas águas quentes do Caribe. Mulheres aposentadas se ocupam, na maior parte do tempo, no cuidado de netos, parentes ou outras pessoas e/ou outras atividades voltadas para o bem-estar da comunidade. Além disso, a baixa remuneração recebida durante o período de vida ativa reflete-se no período de aposentadoria. Na maioria das vezes, sem condições econômicas e físicas para manter-se com autonomia, acabam por viver às expensas de filhos e/ou outros parentes/conhecidos. Diante deste quadro, importa reconsiderar a adjectivação "privilégio". O privilégio é antes a manutenção de uma explícita política baseada na construção do gênero.

3) Aposentadoria por tempo de serviço.

Os planejadores do governo querem pôr fim à onda de aposentadorias precoces que, segundo afirmam, "oneram as contas". Parece pouco trabalhar 25 ou 30 anos em condições que sequer chegam perto das de uma trabalhadora de país desenvolvido. Parece pouco passar entre 2 e 4 horas no trânsito para ir e voltar do emprego. Parece

2- Ibidem.

pouco trabalhar 25 ou 30 anos sobre a tensão de meses e anos de desemprego e/ou subemprego. Também parece pouco a falta de segurança física e emocional nos locais de trabalho por tanto tempo.

Os trabalhos no campo e nas casas de família são aqueles que mais incorporam mulheres às suas frentes. Por isso é perverso afirmar ser um privilégio aposentar-se com 60 anos nas zonas rurais, dado o que este grupo contribui na sustentação do país. Também é perverso supor que uma empregada

***É difícil
não deduzir que
as reformas
propostas serão
contrárias aos
justos interesses
das mulheres
trabalhadoras.***

doméstica com mais de 30 anos na profissão ainda não esteja plenamente dedicada à função e apta a beneficiar-se dos benefícios previdenciários.

4) Período computado no cálculo do salário de benefício.

Todos os planejadores sabem que o fluxo de mulheres no mercado de trabalho é regulado por sua situação especial frente à reprodução e à socialização das crianças. É comum as mulheres ingressarem no mercado de trabalho, retiraram-se no auge de sua capacidade reprodutiva, aos 20 anos, retornando entre os 30 e 35 anos, ou seja, após superada a primeira etapa da criação dos filhos.

Isto é apresentado como tendência geral, embora a crise econômica já detecte situações de maior permanência. Pois bem, o fato é que as mulheres tendem a ter posições mais estáveis e mais bem

remuneradas, dentro de um quadro generalizado de baixos salários, no “fim” de seus anos formais de trabalho. Assim, pode resultar igualmente negativo o aumento do período a ser considerado no cálculo do salário de benefício, que hoje se baseia na média dos 36 últimos meses de contribuição para a Previdência.

5) Acúmulo de aposentadorias.

Quanto ao fim do acúmulo de aposentadorias, podemos imaginar o número de professoras públicas e profissionais de saúde atingidos pela reforma proposta. Finalmente, é difícil não deduzir que as reformas propostas serão contrárias aos justos interesses das mulheres trabalhadoras.

As reformas no sistema previdenciário são apenas um aspecto, dentre muitos, onde é possível perceber os impactos da globalização e da reestruturação. Daí a necessidade de uma análise a partir de uma perspectiva de gênero. A revisão aprofundada da situação das mulheres sugere mudanças na interpretação do seu papel na sociedade e indagações sobre o quanto é suportável continuar mantendo a maioria da população do planeta na subalternidade e com acesso limitado aos progressos da humanidade.

A IV Conferência Mundial das Mulheres, convocada pelas Nações Unidas para setembro deste ano, em Beijing (China), pretende, entre outras questões, debater os impactos das políticas de desenvolvimento sobre as mulheres. No mundo inteiro, centenas de organizações planejam sua participação no evento que reunirá aproximadamente 35 mil mulheres.

Antes da IV Conferência haverá ainda a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (Copenhague) onde as mulheres já despontam como o maior grupo de pressão. Reunidas no chamado “Caucus das Mulheres”, 100 pessoas de 23 países, com o apoio de duas orga-

nizações de mulheres – WEDO (Organização de Mulheres para o Meio Ambiente e Desenvolvimento) e DAWN (Alternativas de Desenvolvimento com as Mulheres para uma Nova Era) –, lançaram um documento que reivindica para as mulheres “a máxima credibilidade ao definir o nexo entre aque-

***A revisão
aprofundada da
situação das mulheres
sugere mudanças na
interpretação do seu
papel na sociedade e
indagações sobre o
quanto é suportável
continuar mantendo a
maioria da população
do planeta na
subalternidade e com
acesso limitado aos
progressos da
humanidade.***

les fatores culturais, sociais, econômicos e políticos que têm ajudado a perpetuar a pobreza, aumentar a pobreza e gerar violência. As mulheres, especialmente as do Terceiro Mundo e as mulheres de cor, não só temos sido as vítimas de políticas que aprofundam estes problemas: vimos enfrentando-as – amiúde e heroicamente – e, neste processo, temos mostrado o caminho para o desenvolvimento humano sustentável”.³

3- Posição do Caucus das Mulheres em “Uma Cúpula das Mulheres”, por Adriana Santa Cruz, em Mulher/Fempres – Especial Desenvolvimento Social, Rio de Janeiro, 1995.

Neste sentido, as mulheres resumem alguns objetivos para a Cúpula:

– Criar um mundo sem pobreza, que permita a todos contribuir com desenvolvimento e que envolva as mulheres na tomada de decisões a esse respeito;

co Mundial e Fundo Monetário);

– Reconhecer o centralismo da universalização, a indivisibilidade e a interdependência de todos os direitos humanos, reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, com todos os seus objetivos;

favor dos direitos, igualdade e “fortalecimento” das mulheres em qualquer esfera;

– Reconhecer que os Estados já não são os únicos grandes setores nacionais e internacionais. As instituições multilaterais, o capital transnacional e as organizações não-governamentais são, no presente, os setores que conformam a comunidade global e nacional e, em alguns casos, superam as organizações democráticas;

– Reconhecer que a ética e a espiritualidade são essenciais à formação de indivíduos seguros e harmoniosos e à criação de relações humanas, paz global e segurança;

– Reconhecer que os Estados promovem o preconceito de gênero e que as mulheres têm sido excluídas majoritariamente da definição dos problemas nacionais e globais e da formulação de soluções. O resultado tem sido um desequilíbrio fundamental nas perspectivas políticas e no acesso e distribuição de recursos e benefícios, com conseqüências negativas para o desenvolvimento social e para o bem-estar familiar, nacional e global.

Nesta “plataforma” transparece, de maneira concisa, a preocupação e o interesse das mulheres em elaborar estratégias para o desenvolvimento de uma comunidade global mais saudável, equilibrada e livre de preconceitos. Enfim, é a busca de uma comunidade e não de um mercado.⁴



– Alcançar um equilíbrio de gênero em todos os processos e em todas as instituições, no desenho, no desenvolvimento e na implementação de programas;

– Buscar estratégias para a construção de comunidades e não de mercados;

– Redefinir a segurança e o desenvolvimento: o desenvolvimento social deve representar o elemento-chave para a definição da segurança;

– Introduzir este novo paradigma de desenvolvimento no coração de todas as instituições pertencentes às Nações Unidas e nas instituições de Bretton Woods (Ban-

– Destacar o compromisso que deverão assumir frente às normas de direitos humanos todos os agentes de políticas sociais e econômicas, governamentais e não-governamentais, incluindo as instituições internacionais, a nova Organização Mundial de Comércio do GATT e todos os outros acordos comerciais;

– Reconhecer a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, a Convenção sobre os Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias, além de outros instrumentos, como a estrutura básica para avançar em

4- A revista Mulher/Fempres – Especial Desenvolvimento Social reúne 36 artigos latino-americanos sobre temas relacionados às mulheres e que estão sendo tratados na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social. Informações e pedidos: Rua Ribeiro de Almeida 14/301 – 22240-060 – Rio de Janeiro.

O DÉFICIT DO MERCOSUL É SOCIAL

Raimundo Teixeira Mendes

(Entrevista* concedida a Marcelo Montenegro)

Em um recente fórum internacional realizado em São Paulo para discutir as relações entre o Nafta e o Mercosul, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, queixou-se da existência de “um déficit que o Mercosul tem desde o seu nascimento”. Aludia às carências institucionais e legais dos acordos quadripartites em matéria trabalhista e social.

Coincidentemente, os representantes das centrais sindicais dos países que integram o Mercosul, em uma breve reunião com seus respectivos presidentes em Ouro Preto (MG), entregaram uma pauta de reivindicações onde estabelecem os temas que configuram a “assinatura pendente” do mercado comum do Sul: a temática dos trabalhadores.

Para o ex-chanceler do Brasil, Celso Amorim, a razão do atraso do Mercosul com relação aos temas sociais foi produto das urgências introduzidas pelo Tratado de Assunção para o cumprimento dos objetivos comerciais da unificação alfandegária.

“Mas creio que este não é um processo definitivo e acabado, que se tenha acabado de construir a casa e que ninguém mais possa fazer mudanças. Não é assim. A casa vai ser reformada e melhorada”, sugeriu Amorim.

Os líderes sindicais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai pediram aos presidentes (e obtiveram sua palavra) que a questão trabalhista fosse o primeiro tema a

ser tratado na próxima reunião do Mercosul que deverá ser no Paraguai (país sede da nova presidência “pro-tempore”).

Os sindicalistas manifestaram sua preocupação perante a falta de definições sobre a área social especialmente frente às consequências que podem advir da maior abertura competitiva que está prevista no Mercosul. Anteciparam que os sindicatos defenderão a harmonização dos salários no Mercosul e disseram que as novas políticas industriais devem contemplar a qualidade de vida, ajudando os setores menos fortes e menos competitivos.

No documento que entregaram aos presidentes, as centrais afirmam que o Mercosul conta com quase 90 milhões de trabalhadores, dos quais aproximadamente 30% se encontram em situação legal irregular. Insistem na proposta de uma Carta de Princípios Fundamentais para regular a questão da temática trabalhista no Mercosul e no estabelecimento de um acordo regional com normas básicas de saúde e segurança no trabalho.

Os trabalhadores defendem o direito à filiação sindical, à formação de comissões (transnacionais) de trabalhadores das empresas multinacionais e à formação de um Fundo de Apoio para a Reconversão e a Reclassificação Profissional.

Para podermos ter uma avaliação dos negociadores sindicais no Subgrupo de Trabalho 11 do GMC, conversamos com o advogado tra-

balhista Raimundo Teixeira Mendes, que participa no Mercosul como assessor da Central Única dos Trabalhadores. Raimundo assessorou os sindicatos em suas negociações no processo associativo no S-GT 11 e é autor de um livro sobre o universo do trabalho no Mercosul que estará chegando às livrarias em abril.

Segundo sua avaliação, nenhuma das iniciativas dos sindicatos (quase todas apresentadas com o apoio explícito das suas respectivas Câmaras Industriais) foi incorporada nos resultados das negociações.

De qualquer maneira, nesta questão, segundo Teixeira, os sindicatos que participaram de outras experiências integradoras de países – como o Nafta ou a experiência mais prolongada e profunda da integração da União Européia – também não obtiveram melhores resultados.

Em seguida destacamos os aspectos mais relevantes desta entrevista.

RAIMUNDO TEIXEIRA MENDES – Advogado, assessor da CUT no S-GT 11 do Mercosul.

MARCELO MONTENEGRO – Correspondente no Brasil da revista argentina SUCESOS.

*Esta entrevista nos foi cedida pela revista SUCESOS de la Integración (uma publicação de SUCESOS S.R.L. – Agencia de Noticias).

MARCELO MONTENEGRO –
Como você avalia os avanços do Mercosul com relação às questões trabalhista e social?

TEIXEIRA MENDES – De imediato constatou-se que o Tratado de Assunção não havia determinado a formação de nenhum subgrupo para tratar das questões do trabalho, da legislação trabalhista, da situação e formação da mão-de-obra, das questões de saúde e segurança no trabalho e da previdência social.

Além disso – o que é mais grave ainda –, tampouco estava contemplada no Tratado de Assunção a sanção de um Carta de Princípios, uma carta social da integração regional. Assim, o processo assumiu uma natureza econômico-financeira com uma visão mercantil, uma visão neoliberal da integração regional.

Os esforços dos trabalhadores conquistaram a formação do S-GT 11, organizado com oito comissões para tratar dessas questões básicas que mencionei no início.

MARCELO MONTENEGRO –
Quais são essas comissões e de que temas tratam?

TEIXEIRA MENDES – As relações de trabalho dos quatro países foram tratadas na Comissão 1 com estudos de legislação comparada e definição de assimetrias. Por outro lado, esta comissão fez um estudo comparativo dos custos trabalhistas.

A Comissão 2 discutiu as relações coletivas de trabalho, o contrato coletivo. Na Comissão 3 estudou-se a temática da mão-de-obra dos quatro países. A Comissão 4 abordou a formação profissional: a formação de mão-de-obra e a especialização. A Comissão 5 se ocupou da saúde e a 6 dos temas ligados à previdência. A Comissão 7 tratou da questão dos trabalhadores rurais e o grupo 8 redigiu o projeto da Carta Social e realizou um estudo das convenções internacionais da OIT.

O Mercosul iniciou o processo formal e definitivo de integração em janeiro de 95 e nós estaremos, do ponto de vista da Carta Social, numa situação mais atrasada que a do Nafta e da União Européia.

Houve também uma discussão para definir e avançar sobre a adesão dos quatro países às convenções da OIT e determinar as assimetrias que podem ocorrer em função dessa adesão.

MARCELO MONTENEGRO –
Os sindicatos da região estavam preparados para encarar este processo de negociação?

TEIXEIRA MENDES – Este processo, que teve início em maio de 1992, foi difícil e complicado, exigindo muito das centrais sindicais.

Foi fundada uma Coordenação de Centrais Sindicais da América Latina da qual fazem parte as três centrais sindicais do Brasil (CGT, CUT e Força Sindical); a CGT da Argentina e o PIT-CNT do Uruguai. A CUT paraguaia participou de todo o processo e participa até agora. Há mais duas centrais paraguaias de pouca representatividade. Na verdade as centrais do Brasil, Argentina e Uruguai não dialogam muito com as centrais paraguaias, com exceção da CUT.

MARCELO MONTENEGRO –
Por que uma Carta de Princípios?

TEIXEIRA MENDES – A Carta de Princípios do Mercosul é uma proposta central para os tra-

balhadores. Apesar de sabermos que uma iniciativa semelhante não obtivera êxito nas negociações do Nafta norte-americano, fizemos uma proposta que tanto os trabalhadores do Nafta quanto os da União Européia haviam tentado sem sucesso. É isto que nós também não estamos conseguindo.

O Mercosul iniciou o processo formal e definitivo de integração em janeiro de 95 e nós estaremos, do ponto de vista da Carta Social, numa situação inclusive mais atrasada que a do Nafta e da União Européia. Houve uma resistência muito grande dos setores governamentais não só no que diz respeito ao projeto da Carta de Princípios como também a uma série de instrumentos regionais que derivam dessa iniciativa. Estes instrumentos estão direcionados a funcionar como controle em uma série de aspectos importantes das relações de trabalho. Temos inclusive a idéia de formar um Tribunal Regional de Trabalho.

Posso assegurar que, do ponto de vista da realidade, já existe a circulação de mão-de-obra dentro do Mercosul.

Todas essas iniciativas foram rechaçadas pelos governos que não permitiram nenhum avanço em relação a esses temas. E assim chegamos ao início formal da integração com as limitações que lhe foram estabelecidas porque, por exemplo, não haverá formalmente a livre circulação de mão-de-obra nos quatro países.

MARCELO MONTENEGRO –
Quais são as implicações que causarão a postergação da livre cir-

culação de mão-de-obra dentro do Mercosul?

TEIXEIRA MENDES – Significa uma limitação para a introdução mais acentuada da discussão sobre assimetrias e sobre a própria legislação trabalhista dos quatro países porque, do ponto de vista formal, não está prevista a livre circulação de mão-de-obra.

A livre circulação dos fatores de produção a partir de janeiro de 95 era um pressuposto que se julgava que ocorreria. Mas hoje sabe-se que, por enquanto, haverá somente uma integração aduaneira. Mas isso é só do ponto de vista formal porque eu posso assegurar que, do ponto de vista da realidade, já existe a circulação de mão-de-obra dentro do Mercosul.

MARCELO MONTENEGRO – Em que setores produtivos?

TEIXEIRA MENDES – Setores como o da construção civil, por exemplo. A Argentina e principalmente o Uruguai importaram grandes contingentes de trabalhadores do Brasil. A CUT fez denúncias em março do ano passado por ocasião de uma reunião internacional, que teve lugar no Parlatino, com alguma repercussão na imprensa nacional e regional, por ocasião da morte de um trabalhador brasileiro na construção de um supermercado Carrefour em La Plata, Argentina. Esse acidente permitiu demonstrar que não há nenhum tipo de proteção legal (nem no Brasil nem na Argentina) para esse trabalhador que estava ganhando um salário irrisório e vivia em um regime de quase prisão domiciliar.

Depois desta denúncia, transpirou também que havia trabalhadores brasileiros em construções em Maldonado e Punta del Este, no Uruguai, e também na área rural. Também no Uruguai soubemos de estabelecimentos onde brasileiros trabalham em regime de semi-escravidão.

Na Argentina, impulsionado

Os sindicatos não conseguiram contar com nenhum tipo de instrumento de fiscalização do trabalho, apesar de termos dito que não seria necessário uma cláusula definida em tratado.

pela CGT, iniciou-se um movimento sobre as condições de trabalho na construção civil. Chegamos à conclusão de que, como sempre ocorre quando não se tem fiscalização, havia um processo clandestino de circulação de mão-de-obra. Apesar disso tudo, no Mercosul, do ponto de vista formal, não há a livre circulação de trabalhadores. O processo que remeterá para este ponto creio que ainda levará alguns anos.

MARCELO MONTENEGRO – Você acha que houve um “chega para lá” do governo em relação aos sindicatos?

TEIXEIRA MENDES – De fato, os sindicatos não conseguiram contar com nenhum tipo de instrumento de fiscalização do trabalho, apesar de termos dito que não seria necessário uma cláusula definida em tratado. Sustentamos

Os sindicatos tiveram um papel importante na discussão sobre custos trabalhistas e conseguiram inclusive com que algumas de suas propostas fossem adotadas.

que nada impede que as autoridades dos Ministérios do Trabalho dos quatro países possam atuar como poder controlador e fiscalizador. Para tanto, não se necessita nem de um tratado nem de uma instituição coordenadora; bastaria que as autoridades do trabalho da Argentina impusessem normas de respeito à própria legislação do país. Na medida em que todos os países do Mercosul são signatários do Tratado de Bustamante e respeitam o Código de Bustamante, simplesmente se exigiria que na Argentina se cumprisse as leis da Argentina, o mesmo no Uruguai, no Brasil e no Paraguai com relação aos trabalhadores estrangeiros.

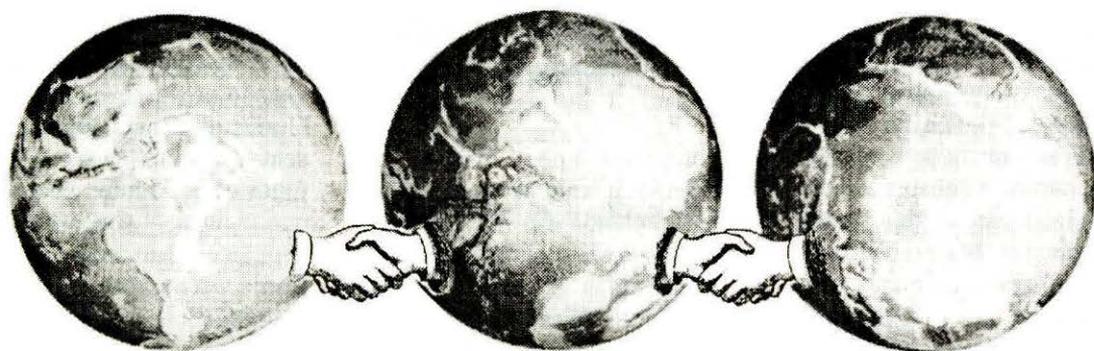
MARCELO MONTENEGRO – Você acha que os sindicatos estão satisfeitos com o desempenho que tiveram até agora?

TEIXEIRA MENDES – Resumidamente podemos dizer que as centrais sindicais alcançaram um relativo grau de organização através da sua Coordenação e conseguiram intervir em vários dos processos de discussão do Mercosul. Creio que os sindicatos tiveram um papel importante na discussão sobre custos trabalhistas e conseguiram inclusive com que algumas de suas propostas fossem adotadas. Tivemos também alguns avanços na área da formação profissional com a participação da OIT e a realização de seminários internacionais.

Com relação às convenções da OIT assinadas pelos países do Mercosul, também houve um avanço relativo. O ponto sobre o qual não conseguimos consenso foi em torno da Convenção 87 da OIT que regula a questão de liberdade e autonomia sindicais e permite o pluralismo sindical. O Brasil alegou que por causa de um imperativo constitucional – que estabelece o princípio da unicidade sindical – estaria impossibilitado de aceitar que o Mercosul ratificasse e incorporasse essa convenção da OIT. ☉

PLATAFORMA POR UM MUNDO RESPONSÁVEL E SOLIDÁRIO

Histórico e perspectivas



Histórico

Em 1986, com o apoio da Fundação para o Progresso Humano, instituição independente de direito suíço, diversas personalidades de fala francesa, de diferentes horizontes e nacionalidades, decidiram compartilhar suas interrogações e reflexões para constituir uma voz coletiva sobre os grandes problemas do nosso tempo. Formaram o Grupo de Vézelay, nome de uma aldeia da Borgonha, na França, tombada pela Unesco como patrimônio mundial.

Depois da morte de Casamayor, jurista francês, o Grupo se compôs de oito pessoas: Calliope Beaud, coordenadora das Jornadas de Vézelay, França; Michel Beaud, economista, França; Mohamed Larbi Bouguerra, professor na Faculdade de Ciências de Túnis, Tunísia; Pierre Calame, presidente da Fundação para o Progresso Humano, França; Venant Cauchy, presidente

honorário da Federação Internacional das Sociedades de Filosofia, Canadá; Maurice Cosandey, ex-presidente do Conselho das Escolas Politécnicas Federais, membro do Conselho da Fundação para o Progresso Humano, Suíça; Joseph Ki Zerbo, historiador, Burkina-Faso; René Loubert, presidente de órgãos públicos, França.

Desde a sua criação, o Grupo decidiu dedicar-se à reflexão sobre os riscos planetários decorrentes das atividades humanas sobre a atmosfera e do desenvolvimento das biotecnologias e da energia nuclear para fins civis.

Redigida em outubro de 1987, a declaração do Grupo de Vézelay analisa as raízes econômicas, técnicas, filosóficas e políticas da situação.

Em março de 1988, o Grupo lançou, com diversas personalidades, o "Apelo pelos Estados Gerais do Planeta" em referência à dinâmica plural e convergente que, há dois séculos na França,

permitiu lançar as bases de uma nova sociedade. Traduzido em nove línguas, este apelo é a base de uma ampla campanha de assinaturas.

A humanidade não necessita referências, valores e regras para superar os novos desafios? Não se faz necessário pôr em movimento, neste sentido, e de maneira convergente, forças espirituais, científicas, econômicas, associativas, políticas de todas as origens geográficas? Este é o processo que o Grupo chama de "Preparação dos Estados Gerais do Planeta".

A partir de 1988, o Grupo trabalhou, juntamente com outros, no sentido de aprofundar a análise e as proposições, sobretudo na forma de sessões de trabalho realizadas entre 1989 e 1991 com diversos especialistas: foram as chamadas "Jornadas de Vézelay". Nesse período, tomou-se consciência da impossibilidade de separar a questão dos atentados ao meio ambiente dos pro-

cessos profundos que ocorrem na evolução do planeta e que marcam predominantemente as relações entre o Norte e o Sul.

Ao mesmo tempo e no impulso suscitado pela publicação do Relatório Brundtland – “Nosso Futuro Comum” –, o meio ambiente pareceu beneficiar-se de um real interesse: declarações oficiais, mobilização dos meios de informação, atenção explícita das firmas industriais. O conceito de “desenvolvimento sustentável” se popularizou. A preparação da Cúpula da Terra em junho de 1992 no Rio, sob os auspícios das Nações Unidas, foi ocasião de uma formidável tomada de consciência, de inúmeros debates e análises. Ao lado dos Estados, numerosas organizações preocupadas em conciliar meio ambiente e desenvolvimento se envolveram na discussão dos tratados internacionais no Cúpula da Terra e na preparação da Agenda 21.

O Grupo de Vézelay, encorajado por esse impulso, mas também consciente de certos limites do processo empreendido, decidiu seguir sua linha de ação. Na sua declaração de junho de 1990, reafirmou seus valores e perspectivas, formulou um programa de trabalho apoiado pela Fundação para o Progresso Humano – “os doze trabalhos do Grupo de Vézelay” – e propôs uma primeira etapa na preparação dos Estados Gerais do Planeta: uma “convenção preparatória” a realizar-se em 1993.

A partir de 1991, o Grupo de Vézelay e a Fundação para o Progresso Humano concorreram para a organização desta convenção.

Todos os problemas estão ligados e remetem às raízes profundas, filosóficas e intelectuais, do modo de desenvolvimento ocidental. É por isso que se torna necessário promover procedimentos que levem em conta a grande interdependência dos fenômenos de escala planetária e,

***É no contexto
de uma “aliança por
um mundo
responsável e
solidário” que se dará
continuidade à
convenção, que se
dará precisão e se
prepararão os
“Estados Gerais do
Planeta”.***

ao mesmo tempo, a extrema diversidade das situações locais e a multiplicidade das lógicas existentes.

Inúmeras reflexões individuais e coletivas foram realizadas no contexto do programa dos “doze trabalhos” e foram objeto de publicações da Fundação para o Progresso Humano por ocasião da convenção.

O Grupo iniciou uma rede de intercâmbio de experiências animada por um de seus membros, Mohamed Larbi Bouguerra. Foram organizadas sessões internacionais de trabalho, dentre as quais um encontro de juristas sobre o direito internacional do meio ambiente, um encontro sindical e dois encontros estudantis. E, além

***Se nossas
sociedades
continuarem a viver e
a desenvolver-se da
maneira como o
fazem,
a humanidade se
auto-destruirá.
Recusamos esta
perspectiva.***

disso, o Grupo e a Fundação organizaram, entre junho de 1992 e junho de 1993, sete encontros regionais (América Latina, países árabes, América do Norte, África do Sub-Saara, Europa Ocidental e Oriental, Ásia do Sul e China). Estes encontros permitiram estabelecer um diálogo sobre os principais problemas, os valores, as prioridades para a ação e esclarecer possíveis divergências.

O conjunto do processo terminou com a realização na França, em Vaux de Cernay, de 27 a 30 de setembro de 1993, da convenção preparatória aos Estados Gerais do Planeta. Ela reuniu sessenta personalidades vindas de todos os horizontes e de todos os continentes. No decorrer da convenção confrontaram-se os pontos de vista e buscou-se áreas de convergência. Um projeto de plataforma foi apresentado e debatido. No fim dos debates, os participantes foram convidados a propor emendas e melhoramentos. A “Plataforma por um mundo responsável e solidário” é o resultado desse processo.

Perspectivas

Ao final da “Convenção Preparatória aos Estados Gerais”, abriu-se uma nova etapa definitivamente planetária. Ela envolve personalidades vindas das diferentes regiões do mundo. Ela irá da “convenção preparatória” à realização, numa forma a ser criada, de um evento fundador – que chamamos provisoriamente “Estados Gerais do Planeta” – capaz de associar os povos do planeta à definição de perspectivas comuns para o século XXI. Este evento fundador poderá realizar-se em 1999.

Neste segundo período, serão associados todos os signatários da “Plataforma por um mundo responsável e solidário”. Alguns, dentre estes, para além da

assinatura da Plataforma, queremos contribuir para a realização das perspectivas por ela abertas.

É no contexto de uma *“aliança por um mundo responsável e solidário”* que se dará continuidade à convenção, que se dará precisão e se prepararão os “Estados Gerais do Planeta”. Esta aliança não terá estrutura jurídica. Não será uma instituição a mais, porém o foco de convergência em torno de uma perspectiva comum, das energias, das competências, das experiências e dos desejos de pessoas e de instituições que têm seus próprios compromissos militantes e profissionais.

A Fundação para o Progresso Humano apoiará esta segunda etapa (1994/1999) como apoiou a primeira (1986/1993). Mas, considerando a ambiciosa amplitude da iniciativa, ela não será mais suficiente para cumprir a tarefa e outros apoios serão necessários.

Há signatários na maioria dos países da América Latina. No Brasil, constam das primeiras listas de signatários Marcos Arruda, Sônia Bergamasco, Sebastiana Cesario, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Herbert de Souza, Sílvio Gomes de Almeida, Cândido Grzybowski, Jean-Pierre Leroy, Yves de Meaupou, Francisco Menezes, Kristina Michahelles, Plínio de Arruda Sampaio, Sérgio Schlesinger, Vera Lúcia Teixeira Carneiro, Jean-Marc von der Weid.

A *“Aliança por um mundo responsável e solidário”* interpela seus signatários: “Você assinou a plataforma. Como ir além da sua assinatura?” Talvez, mais importante que promover uma campanha de assinaturas, seja útil incorporar esta reflexão e a discussão da proposta de um encontro mundial nos espaços de diálogo já existentes na sociedade, nos fóruns, nas redes, nas campanhas em que afirmamos nossa cidadania

brasileira e nossa cidadania mundial.

Para maiores informações, podem contatar uma das seguintes entidades que contam com signatários entre seus membros: AS-PTA, Fase, Ibase, PACS.

Plataforma por um mundo responsável e solidário

Se nossas sociedades continuarem por muito tempo ainda a viver e a desenvolver-se da maneira como o fazem, a humanidade se auto-destruirá. Recusamos esta perspectiva.

Nosso mundo é ao mesmo tempo único e infinitamente diverso. A estratégia a inventar para assegurar nossa sobrevivência e nosso desabrochar deve respeitar simultaneamente esta unicidade que nos liga e esta diversidade que nos enriquece.

Para evitá-la, teremos que transformar profundamente nossa maneira de pensar e de viver. Esta transformação envolve cada um de nós. Mas cada um é impotente, a não ser que sua ação e suas vontades convirjam com aquelas de milhões, de bilhões de outros. Para que esta convergência se faça, é necessário que cheguemos a um acordo sobre o essencial: um diagnóstico, valores e princípios para a ação, priori-

dades e uma estratégia. É o que nós, que firmamos esta declaração, chamamos *“Plataforma por um mundo responsável e solidário”*. Nela queremos apoiar-nos, para construirmos juntos o futuro.

Nosso mundo é ao mesmo tempo único e infinitamente diverso. A estratégia a inventar para assegurar nossa sobrevivência e nosso desabrochar deve respeitar simultaneamente esta unicidade que nos liga e esta diversidade que nos enriquece. A plataforma exprime este duplo movimento. As prioridades variam de um país a outro, de um continente a outro. Estas variações não impedem um acordo sobre o essencial.

I. Elementos de diagnóstico

No nosso mundo coexistem, de um lado, necessidades fundamentais não satisfeitas, recursos desperdiçados e destruídos e, de outro, capacidades de trabalho e de criatividade não utilizados. Isto é inaceitável.

Sofremos de três desequilíbrios maiores: entre o Norte e o Sul do planeta; entre os ricos e os pobres no seio de cada sociedade; entre os seres humanos e a natureza. Estes três desequilíbrios refletem uma tripla crise das relações e da troca: entre as sociedades, entre os seres humanos, entre estes e seu meio de vida. Estas crises são inseparáveis. O desrespeito ao meio ambiente, por exemplo, acompanha muitas vezes o desrespeito às mulheres e aos homens.

As três crises não podem ser superadas separadamente. Não conseguiremos construir, em qualquer nível que seja, a harmonia das relações entre o ser humano e seu meio ambiente se não construirmos ao mesmo tempo a harmonia das relações entre os seres humanos e entre as sociedades.

Estas crises têm causas comuns. O mundo evoluiu muito

depressa ao longo dos dois últimos séculos. A “modernidade” inventada no Ocidente difundiu-se pelo mundo inteiro. A maioria dos países passa por uma crise espiritual e moral. Não temos sabido canalizar em benefício de todos os seres humanos as nossas formidáveis capacidades de compreender, de empreender e de criar. É difícil não ver no coração destas três crises os efeitos das formas atuais do desenvolvimento científico e tecnológico, da acentuação da divisão do trabalho, do inchamento da esfera do mercado e da circulação incessantemente multiplicada das mercadorias e do dinheiro: em suma, fatores constitutivos da “modernidade ocidental” ou, para alguns, da “modernidade”.

No espírito dos seus promotores, estes fatores da modernidade deveriam ser os meios do progresso da humanidade e deveriam assegurar a todos os seres humanos prosperidade, paz, segurança, felicidade, liberdade. Para uma parte da humanidade, eles de alguma maneira contribuíram para isso mas, ao mesmo tempo, geraram miséria, guerras, insegurança, privação, opressão e, finalmente, a tripla crise que evocamos acima.

A modernidade ocidental impôs-se, em poucos séculos, ao conjunto dos países do mundo, por uma mistura de imposição e atração. A colonização e depois a descolonização contribuíram para difundir por toda parte o modelo ocidental de desenvolvimento e de sociedade. Pela fascinação que ela exerce e pela eficácia que comporta, a modernidade tornou-se, sob formas políticas diversas, a referência principal das elites de todos os continentes. Relações de poder e jogo do mercado contribuíram juntos para dissolver os valores e as relações de troca não comerciais e, ao fazê-lo, desestruturaram as sociedades tradicionais.

O mundo evoluiu muito depressa ao longo dos dois últimos séculos. A “modernidade” inventada no Ocidente difundiu-se pelo mundo inteiro. A maioria dos países passa por uma crise espiritual e moral.

Os dois pilares da modernidade – a liberdade das trocas e a ciência – deviam ser meios a serviço do progresso dos seres humanos. Mas hoje são geralmente considerados como fins em si mesmos. Assim, segundo a mitologia econômica em moda, supõe-se que a liberalização de todas as trocas, das mercadorias como do dinheiro, garanta em todos os domínios um equilíbrio automático e máximo das trocas entre os seres humanos. Assim também, segundo a mitologia cientificista, para além dos problemas ou dos prejuízos, a aliança da ciência, da técnica e da indústria terminará sempre por oferecer as soluções e fazer progredir a humanidade. Restaria apenas entregar-se ao mercado e à ciência.

Certamente a ciência é uma fonte de compreensão, de capacidade de ação e de criatividade excepcional; mas, se ela pode ser mobilizada para o melhor, pode também o ser para o pior. Da mesma forma, o mercado é um instrumento insubstituível para relacionar de maneira flexível uma multidão de agentes, cada um com suas necessidades, desejos, e capacidades a oferecer em troca; mas as populações caren-

tes, as necessidades fundamentais insolúveis, os riscos ecológicos, os interesses das gerações futuras estão, digamos assim, fora de seu âmbito. Ciência e mercado não valem, afinal de contas, senão em relação às escolhas e às finalidades das sociedades nas quais se desenvolvem. Elas devem se situar como ferramentas; ferramentas essenciais, é certo, mas ferramentas a serviço de outras finalidades além delas próprias.

Ora, uma grave crise de valores acompanhou a difusão da ciência e do mercado. Esta difusão, na verdade, contribuiu muito para a crise. A ciência e a tecnologia, ao acentuarem o controle e a manipulação dos seres humanos e das coisas, fortaleceram atitudes predatórias, reduzindo a natureza, o mundo vivo e os homens ao estado de instrumentos, abando-

Os dois pilares da modernidade – a liberdade das trocas e a ciência – deviam ser meios a serviço do progresso dos seres humanos. Mas hoje são geralmente considerados como fins em si mesmos.

nando os caminhos mais globais, mais modestos e mais respeitosos que exigiriam a busca de uma harmonia e de uma solidariedade entre os homens e com seu meio ambiente. A exaltação do poder predomina sobre a busca da sabedoria. Por seu lado, o mercado tende a reduzir os seres e as coisas ao seu valor monetário. Propaga a idéia de que o enriqueci-

***O conceito de
“desenvolvimento
sustentável” se
popularizou. A
preparação da
Cúpula da Terra
em junho de 1992 no
Rio, foi ocasião de
uma formidável
tomada de
consciência, de
inúmeros debates e
análises.***

mento é a medida última do sucesso dos seres humanos e das sociedades. Impõe uma dominação do material sobre o espiritual. Para funcionar, tem necessidade de fazer nascer sempre novas necessidades, cuja solução desvia as energias e as inteligências das necessidades mais fundamentais. Conduz a privilegiar o curto prazo em detrimento do longo prazo. Os frutos disso estão aí: o colapso moral de muitas sociedades, a generalização da corrupção, o refúgio na droga, a indiferença em relação aos outros ou ao meio ambiente, a perplexidade da juventude.

Se a submissão crescente das nossas sociedades à ciência e ao mercado está no coração da tripla crise do mundo atual, é certamente por causa dos seus próprios limites, mas também porque elas são meios perigosamente eficazes a serviço de sociedades profundamente desiguais, ávidas, imprevidentes. É, enfim, porque o mundo mudou tão depressa, o impacto dos seres humanos sobre seu meio ambiente cresceu com tanta velocidade, as trocas internacionais ganharam uma extensão tão súbita, que a humanidade

foi superada pelo seu próprio movimento. As formas antigas de regulação das atividades humanas, construídas ao longo dos milênios, foram superadas sem que novas formas tenham tido o tempo de nascer. Em inúmeros campos, as questões ganharam dimensão planetária e escaparam às instituições políticas tradicionais, ao controle democrático. É em escala planetária que devemos assumir as responsabilidades e realizar as escolhas, porém não há locais ou instituições para isto ser feito. A humanidade se vê obrigada a assumir a evolução do seu destino, mas não sabe como fazê-lo.

Nosso mundo está submetido a uma aceleração sem precedente: generalização do reino da mercadoria, crescimento da produção, das populações e das necessidades, circulação das informações, dos produtos, dos seres humanos e dos capitais, estabelecimento de sistemas técnicos cada vez mais potentes, aumento da depredação de recursos, de rejeitos e do lixo. Os equilíbrios fundamentais do planeta e do ser vivo estão ameaçados, assim como os interesses das gerações futuras.

Porém, ao mesmo tempo, cada sociedade se volta para suas urgências e seus próprios objetivos. As sociedades mais ricas buscam salvaguardar ou melhorar seu bem-estar combatendo o desemprego e a pobreza, e para isso procuram criar ainda mais mercadorias; outras sociedades buscam a marcha forçada da industrialização e da modernização, à custa de graves violências ao meio ambiente e aos seres humanos, tendo como meta alcançar os mais ricos; outros buscam arrancar da extrema penúria partes importantes das suas populações; outros enfim procuram sobreviver, simplesmente sobreviver, muitas vezes mediante rupturas e afron-

tamentos. Estas buscas – paralelas, mais que convergentes – só podem conduzir ao desenvolvimento de novas desigualdades, ao estabelecimento, no seio das sociedades e entre sociedades, de novas formas de *apartheid* entre ricos e pobres, e a profundos desequilíbrios ecológicos locais, regionais e mundiais que irão afetar prioritariamente os mais desprotegidos.

O conjunto dos estudos converge sobre este ponto. A profundidade, a gravidade, o grau de irreversibilidade dos desequilíbrios aos quais a humanidade será confrontada na primeira metade do próximo século dependem muito das decisões que serão ou não tomadas nos anos 90, das inflexões que serão ou não obtidas nas áreas de maior importância. Acreditamos que a humani-

***É em escala planetária
que devemos assumir
as responsabilidades e
realizar as escolhas,
porém não há locais
ou instituições para
isto ser feito. A
humanidade se vê
obrigada a assumir a
evolução do seu
destino, mas não sabe
como fazê-lo.***

dade vai ter que empreender nos próximos anos uma revolução espiritual, moral, intelectual e institucional de muito grande amplitude. Ela não poderá fazê-lo senão indo buscar diretrizes para a ação no melhor das suas tradições e das suas civilizações e nos seus impulsos mais generosos.

II. Princípios comuns para um mundo responsável e solidário

Afirmamos que não há fatalidade, que a gravidade das ameaças ou a complexidade dos desafios devem dar lugar à determinação e não à renúncia. Porque podem pensar o seu futuro, os seres humanos, as sociedades humanas têm uma riqueza de princípios capazes de guiar suas escolhas e suas decisões.

Alguns princípios, formulados sob formas variadas na diversidade das culturas e das sociedades, constituem pontos de apoio essenciais no período atual:

1) **Princípio da salvaguarda:** a terra que herdamos dos nossos antepassados não pertence só a nós; nós a devemos também às gerações futuras. O lugar eminente que nela ocupamos, que não vai além das nossas capacidades técnicas, não nos dá o direito de extrair nem de destruir desenfreadamente. O avanço da ciência e das técnicas nos deu uma liberdade nova. Esta liberdade deve ser complementada por um sentimento de reverência em relação à natureza, cujos limites e ritmos devemos respeitar, cujos bens essenciais devemos preservar: a água, o ar, os solos, os oceanos, os seres vivos e os grandes equilíbrios necessários à vida. Por isso as sociedades humanas devem buscar os modos de produção e de vida que excluam a depredação, os lixos e rejeitos que atentam aos equilíbrios essenciais dos meios locais ou da terra.

2) **Princípio de humanidade:** a possibilidade para cada ser humano de dispor do essencial e de ter uma vida digna, o respeito, a equidade e a solidariedade entre os seres humanos e entre as sociedades, o respeito à natureza e ao ser vivo são verdadeiras medidas da essência humana da humanidade.

*Afirmamos que
não há fatalidade,
que a gravidade
das ameaças
ou a complexidade
dos desafios devem
dar lugar à
determinação e
não à renúncia.*

3) **Princípio de responsabilidade:** os indivíduos, as empresas, os Estados, os organismos internacionais devem assumir suas responsabilidades na construção de uma harmonia das sociedades e dos seres humanos entre si e com seu meio ambiente; devem fazê-lo na medida da sua riqueza e do seu poder. Os povos são co-responsáveis pelo destino da humanidade.

4) **Princípio de moderação:** devemos aprender a refrear nossa ambição. Os mais ricos, que estão presos no turbilhão do desperdício, têm que reformar seu modo de vida, moderar seu consumo, aprender a frugalidade.

5) **Princípio de prudência:** as sociedades humanas só devem criar novos produtos ou novas técnicas depois de capacitar-se

*O que hoje
predomina é um
profundo sentimento
de impotência.
Cada sociedade,
tomada isoladamente,
parece paralisada
diante da amplitude
das transformações a
realizar.*

para controlar seus riscos presentes e futuros.

6) **Princípio de diversidade:** a diversidade das culturas, como a dos seres vivos, é um bem comum cuja preservação constitui um dever de todos os seres humanos. A diversidade das civilizações é a melhor garantia da capacidade da humanidade de inventar respostas adaptadas à infinita diversidade de situações, de desafios e de meios. Os recursos genéticos do planeta⁴ devem ser protegidos, no respeito às comunidades que até agora os têm preservado e valorizado.

7) **Princípio de cidadania:** devemos aprender a considerarnos e a considerar todos os seres humanos como membros integrantes da imensa comunidade humana.

Frente aos que gostariam de reduzir o mundo ao mero jogo de interesses particulares, de poderes e de mercados, estes princípios merecem ser reafirmados e servir efetivamente de guia no enunciado das prioridades e na determinação de estratégias de ação.

III. Esboço de uma estratégia de ação

1. A necessidade de uma estratégia de conjunto

Frente às três crises que a humanidade está vivendo, muitas reações positivas têm emergido: da ação pontual exemplar, em aldeias ou cidades, às recentes convenções internacionais, cartas de princípios ou contabilidades ambientais de certas empresas, às políticas energéticas de certos países, conscientização pelos consumidores do aparecimento de agriculturas ecológicas.

Mas estes progressos são ainda bastante limitados e dispersos em relação às dinâmicas maiores que caracterizam o nosso mundo.

O que hoje predomina é um profundo sentimento de impotência. Cada sociedade, tomada isoladamente, parece paralisada diante da amplitude das transformações a realizar. Cada um – indivíduo, empresa ou Estado – sabe que é preciso agir mas se resigna a nada fazer, esperando que os outros comecem ou que outros tomem decisões... Ciência, técnica, mercado convertem-se nos novos nomes do destino. Evoluindo demasiado devagar, as ideologias e as instituições estão freqüentemente inadaptadas às urgências e aos desafios da época.

Não devemos ser tímidos. Temos o dever de ousar. Precisamos, entre os diferentes futuros possíveis, traçar, com base nos nossos valores comuns, o esboço de um futuro desejável: depois, conceber um conjunto coerente de ações que respondam às urgências de hoje e estejam ao nível dos desafios de amanhã. As três crises e as suas respostas são inseparáveis.

Não acreditamos na possibilidade de chegar a um desenvolvimento “sustentável” que respeitaria os grandes equilíbrios ecológicos à custa da exclusão de uma grande parte da humanidade. Desconfiamos das tentativas de resolver os problemas mediante o avanço tecnológico ou através dos limites impostos pelos mais poderosos sobre as maiorias. Estamos convencidos de que as ações a empreender devem visar construir relações equilibradas entre os seres humanos e seus meios, em toda a sua complexi-

dade e sua diversidade e, ao mesmo tempo, construir relações equilibradas entre os seres humanos e as sociedades. Não se trata de estabelecer uma hierarquia de gravidade entre as três crises, mas de encontrar as formas de ação que contribuam simultaneamente para a sua resolução. Esta convergência deve ser, juntamente com a realização dos sete princípios enunciados acima, o principal guia para o estabelecimento de uma estratégia de ação. Um mundo responsável e solidário é o que queremos construir.

Não devemos ser tímidos. Temos o dever de ousar. Precisamos, entre os diferentes futuros possíveis, traçar, com base nos nossos valores comuns, o esboço de um futuro desejável.

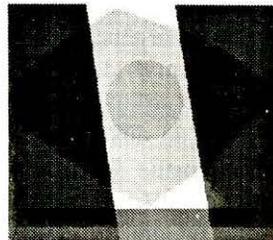
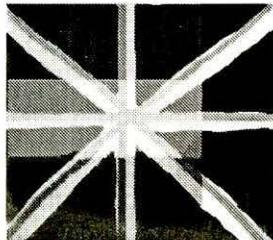
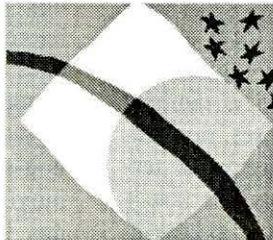
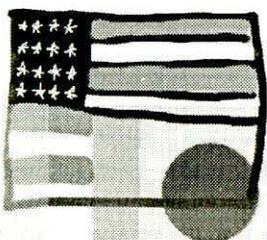
Para isso não poderemos escapar de uma mobilização excepcional de meios e de vontades. É possível. O mundo ocidental saiu da grande crise de 1930 através de uma mobilização inaudita de meios para a preparação e a condução da Segunda Guerra Mundial. Propomos mobilizar neste fim de século meios equivalentes para lutar contra todas as formas

de pobreza e de exclusão e para criar tecnologias e formas de produção que respeitem os nossos meios de vida.

Vinte por cento dos seres humanos dispõem hoje de mais de oitenta por cento das riquezas. Certas famílias recebem rendas monetárias que equivalem aos recursos de centenas de milhares – talvez de milhões – de famílias empobrecidas. Pessoas e países detentores de grandes riquezas deverão, portanto, suportar grande parte desse esforço.

Claramente aceito, o esforço de solidariedade constituirá a condição política que permitirá a adoção, por todos os países, de objetivos comuns e de uma estratégia coerente. Será a expressão concreta do reconhecimento da unidade da comunidade humana. Poderá, além disso, constituir uma etapa marcante na edificação de novos mecanismos de solidariedade e de redistribuição, semelhante àqueles que as sociedades humanas souberam inventar no passado. Para isto, torna-se cada vez mais necessária, ao nível mundial, a multiplicação dos laços entre as sociedades e os seres humanos do mundo inteiro.

A estratégia de ação, enfim, para estar à altura das suas expectativas, deve ser tão coerente, tão completa quanto o modo atual de desenvolvimento: ela precisará das organizações, dos dirigentes, dos modos de regulação, das tecnologias adaptadas às finalidades buscadas; ela se construirá ao longo do tempo e à custa de uma determinação impecável.



2. A unidade e a diversidade das prioridades

As três crises são mundiais e geram em escala mundial prioridades comuns para a ação: a reabilitação e a difusão de valores comuns, a redução das desigualdades entre as pessoas e entre as sociedades, a salvaguarda e a restauração das fontes essenciais da vida, a construção de novas relações entre os seres humanos e seus ecossistemas, o freio ao desperdício energético e alimentar. Mas as prioridades comuns se traduzirão menos por medidas uniformes, adotadas a nível mundial, e mais por iniciativas coordenadas, adaptadas à infinita diversidade dos contextos.

Ademais, prioridades particulares emergem em cada região do globo. Os países mais ricos estão principalmente confrontados com novas formas de exclusão e com a necessidade de rever em profundidade seu modo de vida; os países do antigo bloco soviético devem enfrentar um desemprego de grande monta, a conversão de um sistema de produção ineficaz, a deterioração do seu meio ambiente; nos novos países industrializados é frequente a exploração aguda dos seres humanos e do meio ambiente; os países mais pobres têm dificuldade de dominar o crescimento de suas populações, de superar a extrema pobreza, de preservar as águas e os solos, de desenvolver meios científicos e tecnológicos realmente enraizados na sua cultura e adaptados às suas situações; para o conjunto dos países áridos, a água e a preservação da cobertura vegetal e dos solos tornam-se urgências vitais etc.

As prioridades que pudermos atender no âmbito do planeta (preservação dos oceanos, proteção da camada de ozônio, limitação das emissões de gás carbônico...) não podem ser concebidas nem

aceitas da mesma maneira em situações diferentes, sobretudo se elas aparentam ser impostas aos mais fracos pelos mais poderosos.

A necessidade de traduzir localmente as prioridades comuns e a consideração das prioridades particulares obrigam a reconhecer sempre a unidade e a diversidade do mundo. Impedem-nos de conceber estratégias monolíticas impostas "de cima". Precisamos conceber uma estratégia plural que organize as convergências.

A necessidade de traduzir localmente as prioridades comuns e a consideração das prioridades particulares obrigam a reconhecer sempre a unidade e a diversidade do mundo.

3. A articulação dos níveis de ação

Frente às questões principais do período, a ação deve ser realizada em todos os níveis.

Ao nível dos indivíduos, cidadãos e consumidores, a educação, a informação, a conscientização, a afirmação da dimensão ética devem contribuir para a evolução dos sistemas de valores e dos comportamentos, com efeitos tanto na esfera local quanto nas esferas regional e mundial.

Há muito que fazer também no plano das empresas, dos municípios, das coletividades territoriais. Estão envolvidos os seus dirigentes, quadros e assalaria-

dos; e também os clientes das empresas e os habitantes dos municípios, assim como as normas, regulamentos e legislações em cujo contexto eles atuam. As pequenas comunidades humanas, as aldeias, as localidades, as bacias fluviais, as cidades, as unidades geológicas, climáticas, hidrológicas e históricas que desempenharam um papel tão importante na história antiga são chamadas a cumprir um papel completamente renovado. É de fato nesta escala que a diversidade das situações e dos contextos culturais, sociais e ecológicos pode ser considerada. É nesta escala que podem ser democraticamente concebidas, debatidas e postas em prática abordagens integradas que reconciliem os seres humanos com os seus ecossistemas.

Nos séculos passados, os Estados-nações foram a base principal do assentamento das regulações e da edificação das solidariedades. Numa época em que as trocas sociais e econômicas se organizavam essencialmente no interior do seu espaço, e no qual os danos causados aos meios naturais eram circunscritos ao interior das suas fronteiras: é na escala dos Estados-nações que se conceberam os equilíbrios sociais e ecológicos, os modelos de desenvolvimento adaptados ao temperamento de cada povo, as modalidades de controle democrático, os sistemas de normatização, de legislação e de controle.

Este papel preponderante dos Estados é hoje amplamente questionado: de cima, pela globalização das trocas, da informação, dos desequilíbrios ecológicos; de baixo, pela expansão das aspirações a maior autonomia. A idéia de plena soberania, assim como a do fechamento das fronteiras, tornou-se uma ilusão. Este duplo movimento de desmantelamento dos Estados é irreversível. No

entanto, cada Estado-nação vai permanecer durante muito tempo como instância decisiva para o debate político, para a elaboração das grandes decisões, para a implementação das solidariedades, para a legislação, o sistema impositivo e o controle. Simplesmente, ele deve aceitar ser apenas um dos níveis, certamente eminente mas ligado aos outros, da gestão de um mundo solidário e responsável; e deve aceitar que suas estratégias façam parte de dinâmicas mais abrangentes.

Há um nível que deverá desempenhar um papel cada vez mais importante no século que vem: é o nível regional. Os Estados-nações são demasiado numerosos, demasiado díspares, demasiado desiguais para poderem dialogar eficazmente e em pé de igualdade em âmbito mundial e para elaborarem juntos as estratégias ambiciosas que os desafios a superar exigem. Múltiplas iniciativas de organização regional têm surgido e se esboça a possibilidade de uma organização do mundo, provavelmente de geometria variável segundo a área, mas por meio da qual emergem de oito a dez grandes regiões. Estas poderão desempenhar, no século XXI, um papel na organização dos seus mercados internos e na abertura aos mercados externos, análogo ao que desempenhou o Estado-nação nos cinco séculos passados. Ademais, elas parecem constituir um nível particularmente adequado para a regulação das relações tanto entre os seres humanos e a natureza quanto entre os próprios seres humanos.

Na perspectiva de uma gestão do planeta que não seja dominada pelo(s) país(es) mais poderoso(s), nem entregue à gestão dos especialistas, um colégio que represente as grandes regiões do mundo deveria ser chamado a desempenhar um papel sempre

maior. Estas regiões serão sem dúvida chamadas a atuar de forma determinante em matéria de segurança. Uma das condições para a redução dos armamentos é assegurar a segurança das nações e dos povos. Entre os acordos entre Estados e a intervenção de uma instância mundial, as instâncias e os procedimentos regionais deveriam ter, af também, um papel essencial.

O plano mundial, enfim, vai necessariamente tornar-se decisivo nas próximas décadas, quer se trate de normas, de direito e de regulação, de impostos, de controle, de lançamento de grandes iniciativas e de coordenação de grandes ações plurinacionais. Para chegar a isto, será necessá-

***Deve ser dada
clara prioridade à
iniciativa local, à
gestão local, únicas
capazes de vitalizar os
laços entre as
sociedades e seus
meios de vida. É o
princípio da
subsidiariedade.***

rio primeiro que uma autoridade mundial saiba obter a legitimidade necessária, mostrar vontade de impor regras comuns mesmo aos atores econômicos e políticos mais poderosos. Será preciso também que possa estabelecer um dispositivo institucional que assegure a indispensável separação dos poderes, sobretudo entre o legislativo, o executivo e o judiciário. Depois, será necessário sair do claustro das negociações; ligar, por exemplo, as negociações sobre o comércio a um acor-

do sobre a proteção ambiental. Será preciso, enfim, que a comunidade internacional apoie a emergência de redes mundiais capazes de constituir ferramentas úteis de contra-poder, meios de vigilância e forças de proposição mobilizáveis para uma estratégia de conjunto.

Do indivíduo ao mundo, é evidente que não escapamos da articulação das responsabilidades e das competências nas diversas esferas. Será preciso inovar profundamente para evitar o amontoar-se das burocracias, o emaranhado das competências, tão propícias à irresponsabilidade generalizada. Deve ser dada clara prioridade à iniciativa local, à gestão local, únicas capazes de vitalizar os laços entre as sociedades e seus meios de vida. É o princípio da subsidiariedade. Mas esta subsidiariedade não significa que cada coletividade pode dispor livremente do espaço do seu território. Elas não são proprietárias, mas sim gestoras: têm a responsabilidade de estabelecer princípios de salvaguarda, de cuidado, de prudência, de moderação. Cabe a elas escolher livremente seus meios, mas no interior de fins e de coerências discutidas e enunciadas noutro nível.

É para sublinhar este dever de articulação que preferimos falar de subsidiariedade ativa. Este princípio se aplica em todas as esferas, do mundo inteiro à comunidade de base. Desde os indivíduos até o planeta, as comunidades humanas estão ligadas entre si por contratos que equilibram seus direitos e deveres, tanto a respeito dos seus administrados quanto do planeta e das gerações futuras.

**4. Os elementos de
dinamização**

Contribuir para que a humanidade contemporânea compre-

enda o grau de sua responsabilidade e a assuma; que a humanidade, através dos seus povos, das suas nações, das suas culturas, através das suas elites e dos seus dirigentes, das suas instituições e dos seus múltiplos atores, tome consciência de suas novas responsabilidades em relação a si mesma, aos mais desprotegidos e mais fracos, à terra e aos seres vivos, às gerações futuras, e que ela se empenhe em assumi-la: esta é a questão.

Mas nossas sociedades, presas no turbilhão das urgências e grandemente desmotivadas pela estagnação dos grandes messianismos do século XIX, parecem renunciar a projetar-se no futuro. Cada vez mais complexas, elas têm dificuldade de conceber a trajetória da sua própria transformação. *A fortiori*, estão pouco preparadas para assumir o futuro do mundo.

É, pois, essencial conceber e desvelar um processo coerente de mudança. Dizer como iniciar este processo é atualmente mais importante do que dizer aonde ir.

Este processo deve ser empreendido de uma maneira multidimensional, desde a mudança de comportamento dos cidadãos e consumidores e desde as ações coletivas locais, até as decisões tomadas em escala planetária.

Este processo de mudança coletiva poderia comportar os seguintes elementos:

A mudança progressiva das representações: para a maioria, o mundo muda nas nossas cabeças antes de mudar na prática. A educação, neste caso, é uma alavanca de ação decisiva e as transformações a realizar são imensas. É um novo humanismo que é preciso fazer nascer, com um componente ético essencial e um amplo espaço para o conhecimento e o respeito das culturas e dos valores espirituais das diferentes civilizações, contrapesos ao tec-

nicismo e ao economicismo da modernidade ocidental. O ensino escolar, por seu lado, deve dar lugar a uma reflexão sobre os valores e seu papel na ação, a uma abordagem crítica da ciência e das técnicas, a uma aprendizagem de procedimentos sistêmicos mais que analíticos, cooperativos em vez de competitivos. Não se trata de acrescentar um ou dois módulos a programas já sobrecarregados, ainda menos de conceber uma iniciação à ecologia uniforme de um país a outro, mas de reorganizar integralmente o ensino em torno de uma visão de conjunto das relações e das trocas entre os seres humanos e com a natureza, insistindo nas

*É, pois, essencial
conceber e desvelar
um processo coerente
de mudança. Dizer
como iniciar este
processo é atualmente
mais importante do
que dizer aonde ir.*

diversidades dos binômios ser humano-meio ambiente. Estas formações deveriam ser introduzidas contemporaneamente nos sistemas de ensino e oferecidas aos cidadãos que as desejarem, sobretudo aos formadores e professores, jornalistas, técnicos, engenheiros, tomadores de decisões.

A construção de um imaginário coletivo: só uma visão comum do futuro, por etapas, é susceptível de imantar as energias, de federar os esforços, de introduzir o longo prazo nas decisões presentes. Só um imaginário coletivo construído em comum será capaz de criar as sinergias que permitam superar a pressão dos

limites, dos interesses imediatos, ultrapassar os obstáculos, tomar cada desafio como também oportunidade para dar um salto adiante e inovar.

O co-desenvolvimento frontal das inovações: uma inovação não desponta jamais sozinha; implica outras tanto a jusante quanto a montante. Uma inovação limitada a um domínio está destinada ao fracasso. É num processo articulado que emergem as inovações técnicas, as inovações sociais, a mudança das mentalidades, dos comportamentos e das instituições. É, portanto, um procedimento coordenado de inovações técnicas e sociais que, no curso das próximas décadas, os Estados, as empresas, as organizações camponesas, os sindicatos, os movimentos de consumidores deverão estimular...

O desenvolvimento e a federação de redes de trocas de experiências: as inovações sócio-técnicas nascem sempre localmente – numa empresa, numa cidade, numa aldeia, num lugar ou em qualquer outra comunidade. Elas são sempre enraizadas, ligadas a um contexto particular. Mas é preciso também que elas se difundam, que sejam assimiladas e transformadas por outros. Para isto são necessárias redes. Ora, a maioria das redes atuais são localizadas ou especializadas, ao passo que grande parte dos desafios atuais são planetários. É preciso, portanto, desenvolver as redes existentes, suscitar novas, ajudá-las a conectar-se de maneira flexível, a federar-se. Assim será possível ganhar anos preciosos, talvez décadas, na difusão de inovações que possam contribuir para a resposta a tal ou qual aspecto das três crises que nos defrontam.

Coerência da estratégia e das ferramentas para implementá-la, ligação entre as soluções a dar às três crises, necessidade de concii-

liar a tradução local de prioridades planetárias comuns com o enunciado e a consciência das prioridades próprias a cada região do mundo, articulação dos diferentes níveis de ação e dos diferentes ingredientes da dinamização: vemos desenharem-se progressivamente as características da estratégia a inventar coletivamente. Evidentemente esta estratégia é multi-setorial, implica mudanças coordenadas das mentalidades, da educação, das instituições, das tecnologias, das normas, do direito, da fiscalidade, das relações internacionais...

5. Programas mobilizadores

A humanidade, neste fim de século XX, se defronta com dois desafios concretos, urgentes, planetários. Superá-los permitiria mobilizar as energias em alguns grandes programas. Estes não seriam de modo algum suficientes para organizar a vasta mutação das sociedades necessária ao próximo século, mas seriam o sinal tangível de uma real dinamização, mostrando que é possível enfrentar simultaneamente as três crises, suscitando oportunidades de trabalho, materializando por uma ação comum a consciência de pertencermos todos à comunidade humana, melhorando as condições de vida das populações mais empobrecidas, restaurando um melhor equilíbrio entre os seres humanos e seu meio ambiente.

Cinco programas mobilizadores nos parecem responder bem a esta definição. Dizem respeito à água, à energia, aos solos, à reabilitação de regiões profundamente degradadas, à conversão das indústrias de armamentos.

A água. Uma pessoa em três no mundo atual padece de falta d'água. Em menos de vinte anos, estima-se que em continentes como a África a penúria será dramática. Noventa por cento das

doenças prioritárias no Terceiro Mundo estão ligadas à má qualidade da água. Os conflitos entre países pelo controle deste recurso raro vão se tornar cada vez mais freqüentes e graves, pois as grandes bacias fluviais ignoram as fronteiras. Se a gestão da água é muitas vezes fonte de conflitos, ela é também freqüentemente o cimento das comunidades. Relacionado com a cidade e o campo, a saúde, a agricultura, a energia,

É possível materializar por uma ação comum a consciência de pertencermos todos à comunidade humana, melhorando as condições de vida das populações mais empobrecidas, restaurando um melhor equilíbrio entre os seres humanos e seu meio ambiente.

a alimentação, exigindo abordagens integradas a diferentes escalas, da menor à maior, um programa mobilizador em torno da água pode utilizar um amplo espectro de técnicas e criar inúmeros empregos; envolve a aprendizagem da "subsidiariedade ativa" ao privilegiar as iniciativas locais e ao situá-las dentro de uma visão de conjunto; concorre ao mesmo tempo para o melhoramento da qualidade da vida, para o desenvolvimento da atividade e para a busca de melhores equilíbrios entre os seres humanos e seus meios.

A energia. O programa deve comportar dois níveis: as economias de energia e a instalação de energias renováveis. Todos os países, inclusive os mais pobres, contêm importantes reservas de economia de energia. Valorizar estas reservas, desenvolver tecnologias que economizem energia, eliminar progressivamente as múltiplas formas disfarçadas de subvenção à utilização de energias fósseis, tudo isso concorrerá para tornar viável a instalação de energias renováveis em todo lugar e sob todas as formas disponíveis. Apoiado em grande escala, o programa permitirá aumentar a eficácia das tecnologias de produção de energia renovável. Como a da água, a gestão descentralizada da energia contribui para a aprendizagem da "subsidiariedade ativa". O programa é simultaneamente benéfico no plano local e no plano global: permite reduzir as poluições locais e, ao mesmo tempo, as emissões de gás do efeito estufa e o crescimento dos riscos e dos rejeitos nucleares.

Os solos. O programa consistirá em promover em grande escala a implementação de formas de exploração dos solos que não gerem – ou reduzam ao mínimo – a degradação das suas funções biológicas, alimentares, reguladoras das funções hidrológicas. Esta degradação maciça é atualmente fonte de graves baixas da fertilidade ambiental e, portanto, de desertificação. O programa tem como interesse principal ser bem repartido espacialmente, obrigar a uma revisão profunda dos sistemas de produção agrícola, mobilizar muita força de trabalho, reduzir a insegurança alimentar nos países mais pobres, obrigar à busca de uma gestão diversificada dos ecossistemas e de combinar programas de grande escala com micro-iniciativas.

A revitalização de regiões profundamente degradadas.

Este programa pode aplicar-se tanto aos países de antiga industrialização, quanto aos que sofreram (como na Europa central, na antiga URSS ou alhures) os excessos devastadores da modernização e da industrialização em marcha forçada. Tem um imenso valor simbólico num mundo em que os seres humanos têm tendido a emigrar quando seus meios foram arruinados por suas compulsões e imprevidências. Num planeta de contornos limitados, cada vez mais carregado de seres humanos, as estratégias de reabilitação devem sobrepor-se decididamente ao sonho de conquista de novos e improváveis espaços. A reabilitação é a nova fronteira da humanidade.

A conversão das indústrias de armamentos. Desde a Segunda Guerra Mundial, setores inteiros da economia, em diversos países, se constituíram em torno da produção de armamentos. O fim da Guerra Fria permite, em teoria, liberar as múltiplas competências e os múltiplos meios. Sua conversão da guerra para a paz é, no entanto, um grande desafio. Ela supõe ao mesmo tempo uma vontade política, uma competência técnica, a abertura de novos mercados e novas e mais entusiasmantes perspectivas para as competências e os talentos liberados. Propomos um programa mundial, concertado, de conversão das indústrias de armamentos, no sentido do desenvolvimento de tecnologias que não agridam o meio ambiente. Será um investimento pesado no início, mas rentável a longo prazo. Será também o símbolo da passagem de um período de conquistas e confrontações a um período de solidariedade e de aliança, tanto entre as sociedades quanto com a natureza. Será necessário, contudo, assegurar, sob garantia de instâncias internacionais – de preferência regionais –, as condições

A idéia de um programa mobilizador não é nova. O fracasso que tiveram idênticos programas no passado suscita sem dúvida o ceticismo. Mas estes fracassos nos ensinam algumas regras para a implementação dos programas de modo a aumentar sua probabilidade de êxito.

de segurança tanto entre países quanto para as minorias nacionais.

A idéia de um programa mobilizador não é nova. O fracasso que tiveram idênticos programas no passado suscita sem dúvida o ceticismo. Mas estes fracassos nos ensinam algumas regras para a implementação dos programas de modo a aumentar sua probabilidade de êxito:

- necessidade de uma adequação fina entre o programa e as necessidades das regiões em que é implementado (como foi o caso do Plano Marshall para a reconstrução da Europa);

- inscrição do conjunto no tempo (15 a 20 anos), eventualmente associando um programa a uma geração;

- implementação progressiva dos procedimentos e do financiamento;

- implementação de capacidades institucionais e técnicas descentralizadas, enraizadas nas populações e em consulta com elas, sobretudo com protocolos acordados com os representantes das populações;

- com base na escolha das soluções técnicas mais adequadas, implementação progressiva dos trabalhos, com avaliação regular dos seus impactos, sempre em colaboração estreita com as populações.

Os países ricos terão que dar a maior contribuição. Entre as formas de obtenção desta contribuição podem ser previstos um imposto progressivo (levando em conta as condições climáticas) sobre o consumo de energia (ou sobre as emissões de CO₂) e impostos mundiais sobre as despesas com armamentos por habitante e sobre os ganhos em bolsas de valores.

6. Os prazos

Podemos prever um triplo horizonte:

O horizonte 2000. Graças a uma ampla conscientização e à mobilização convergente de múltiplas energias – “*Os Estados Gerais do Planeta*” –, as decisões principais foram tomadas e os grandes programas definidos nas principais áreas. Inflexões decisivas estão se esboçando.

O horizonte 2030 a 2050. Este horizonte marca uma bifurcação decisiva, pois a busca das tendências atuais deveria conduzir neste período a deteriorações profundas e a desequilíbrios dificilmente reversíveis. Na maioria das áreas (demografia, coesão social, solidariedade, água, energia) deveríamos, portanto, entre agora e então, ter encontrado caminhos “sustentáveis e duráveis”.

O horizonte 2080 a 2100. É neste horizonte que podemos esperar atingir um novo equilíbrio entre os seres humanos e o planeta, com modos de vida e de produção que limitem a exploração e os rejeitos a um nível suportável para o planeta.

Dezembro de 1993



GERAÇÃO

Sistema de Informações sobre Órgãos de Fomento e Programas/Projetos de Geração de Trabalho e Renda no Brasil

O **GERAÇÃO** é um banco de dados que fornece informações sobre possibilidades de apoio financeiro e/ou técnico a todos que trabalham ou pretendem trabalhar nesta área, sejam órgãos de apoio, grupos ou microempreendimentos que buscam capacitação técnica, gerencial ou financiamento para atividades de geração de trabalho e renda. São abordadas informações sobre órgãos nacionais, entre eles o Poder Público (federal, estadual e municipal), ONGs, entidades ligadas à Igreja, órgãos do setor privado, comitês da cidadania, associações, cooperativas, sindicatos e agências internacionais de fomento.

O **GERAÇÃO** foi concebido como um sistema de informações permanente com ampliações e atualizações periódicas.

O **GERAÇÃO** é o resultado de um trabalho de parceria entre a FASE e o NAPP (Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisas), com o apoio técnico-financeiro do SACTES (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social), da GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), do Ministério do Trabalho e da Finep.

Como acessar o **GERAÇÃO**?

O **GERAÇÃO** está disponível através da aquisição de disquetes para instalação em microcomputador ou através de consulta direta na FASE tanto por telefone quanto para pedidos de listagens impressas. No caso da aquisição de disquetes, é necessário: processador 386, 25 Mhz de velocidade, 4 MByte de RAM, espaço livre de 10 Mbyte no disco rígido e disponibilidade do Windows 3.1. Junto com os disquetes é fornecido um manual de operação.

Como mandar informações?

Contribuições para ampliação ou atualização do **GERAÇÃO** podem ser feitas diretamente à FASE, onde o banco é gerenciado.

Como saber mais detalhes ?

A FASE e o NAPP estão lançando um livro com uma análise das informações contidas no banco. Além da inserção da temática no contexto da conjuntura econômica, política e social brasileira, encontram-se no livro informações sobre a metodologia do levantamento dos dados, uma análise das principais tendências de fomento a iniciativas de geração de trabalho e renda assim como das modalidades de apoio fornecidas pelos órgãos de fomento. São abordadas, também, experiências selecionadas de programas/projetos em andamento.

Para maiores informações, entre em contato conosco!

Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
CEP22221-011 - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (021) 285-2998
Fax: (021) 205-3099

O êxito da Revista Proposta **Repensando o Brasil** nos estimulou a continuar acompanhando o debate sobre os Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil.

A realização de uma Segunda Conferência Nacional em Brasília, em março de 95, colocando o acento numa agenda para o desenvolvimento nacional permite o lançamento de **Repensando o Brasil II**: agenda estratégica, consensos e conflitos. Mantendo o enfoque interdisciplinar e interinstitucional, apresentaremos artigos que cruzam criticamente os projetos estratégicos, levando em conta os seguintes eixos temáticos: novos paradigmas e modelos de desenvolvimento; desenvolvimento e sociedade; desenvolvimento e Estado; ordem econômica e inserção internacional do Brasil; apartação social; questão agrária e segurança alimentar; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; distribuição espacial do desenvolvimento; informação e comunicação; cultura etc.

Proposta nº 65 buscará uma abordagem a partir do ângulo de uma nova ética para o desenvolvimento e, a partir de um enfoque educativo, **Repensando o Brasil II** enfatizará a perspectiva da ampliação da cidadania que marcou atividades e movimentos como os da Segunda Semana Social Brasileira (CNBB), da Segunda Conferência Nacional de Projetos Estratégicos, da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e do Fórum de Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

A questão dos atores sociais como protagonistas de novas experiências, propostas e políticas públicas servirá de referência para a maior parte dos artigos que indicarão também os avanços e recuos para a chamada Revolução das Prioridades em nosso país.